



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIV — Nº 008

SÁBADO, 25 DE FEVEREIRO DE 1989

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 2ª REUNIÃO, EM 24 DE FEVEREIRO DE 1989

1.1 — ABERTURA

1.1.1 — Comunicação da Presidência

— Inexistência de "quorum" para abertura da sessão.

1.1.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.2 — ENCERRAMENTO

2 — EXPEDIENTE DESPACHADO

2.1 — Requerimento

— Nº 7, de 1989, de autoria do Sr. Senador Jutahy Magalhães, de convocação do Sr. Ministro Vicente Fialho ao Plenário do Senado Federal para responder indagações sobre o problema energético brasileiro.

3 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

— Nº 26 a 28, de 1989.

4 — DIRETORIA GERAL DO SENADO FEDERAL

— Extratos de termos aditivos.

5 — ATAS DE COMISSÕES

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 2ª Reunião, em 24 de fevereiro de 1989

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência do Sr. Pompeu de Sousa

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

— Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Perez — Carlos De'Carli — Aureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Moisés Abrão — Carlos Patrocínio — Antonio Luiz Maya — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — Chagas Rodrigues — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira —

Ney Maranhão — João Lyra — Lourival Baptista — Ruy Bacelar — Afonso Arinos — Nelson Carneiro — Severo Gomes — Pompeu de Sousa — Mendes Canale — Wilson Martins — Jorge Bornhausen — José Paulo Bisol — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— A lista de Presença acusa o comparecimento de 38 Srs. Senadores. Entretanto, não há em plenário o *quorum* regimental para abertura da sessão.

Nos termos de § 2º do art. 180 do Regimento Interno, o expediente que se encontra

sobre a mesa será despachado pela Presidência, independentemente de leitura.

Nestas condições, vou encerrar a presente reunião, designando para a sessão ordinária de segunda-feira, dia 27, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pelo Relator, Senador Mário Maia, em seu Parecer nº 8, de 1987), do Projeto de lei do Senado nº 75, de 1982, de autoria do Senador Lázaro Barboza, que acrescenta

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÓRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral NCz\$ 9,32

Exemplar Avulso NCz\$ 0,06

Tiragem. 2.200-exemplares.

parágrafo ao art. 552 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.

2

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pelo Relator, Senador Mário Maia, em seu Parecer nº 9, de 1987), do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 1982, de autoria da Senadora Eunice Michiles, que dispõe sobre licença especial para a empregada adotante de menor de 2 (dois) anos.

3

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pelo relator, Senador Mansueto de Lavor, em seu Parecer nº 10 de 1987), do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 1984, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que dispõe sobre contagem de tempo de serviço público e de atividade privada, para efeito de aposentadoria pelo INPS.

4

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 1988, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, que altera a redação e acrescenta parágrafo ao art. 84 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)
— Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15 horas)

**EXPEDIENTE DESPACHADO NOS
TERMOS DO § 1º DO ARTIGO 180 DO
REGIMENTO INTERNO.**

REQUERIMENTO Nº 7 DE 1989

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com o art. 58 da Constituição de 1988, a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia, Dr. Vicente Fialho à sessão plenária da Casa com o objetivo de responder às seguintes indagações:

a) qual a situação real e perspectivas para o fornecimento de energia elétrica nos próximos 10 (dez) anos no Brasil?

b) Qual o volume de investimentos já assegurados para os anos de 1989 e 1990, para o desenvolvimento do setor elétrico?

c) quais os riscos de déficit que os planejadores estão trabalhando, nas distintas regiões do País, para os próximos anos?

d) qual o risco de se voltar ao racionamento de energia no Nordeste nos próximos anos?

e) que procedimentos concretos estão a Eletrobrás e concessionárias de energia tomando no sentido de se reestruturarem administrativamente de forma a incorporar ao planejamento setorial as novas demandas e exigências constitucionais de preservação ambiental, respeito às populações indígenas e à cidadania e de valorização das regiões afetadas pelas grandes obras de geração e transmissão?

f) quais as dimensões concretas e repercussões da hidrelétrica de Kararaó sobre áreas indígenas, populações ribeirinhas, meio ambiente e microrregiões afetadas?

g) quais os entendimentos e acordos selados pelo Governo com representantes da sociedade civil organizada e das comunidades indígenas no sentido de assegurar a continuidade do Programa Eletrobrás 2010 e, principalmente, sua viabilidade financeira com recursos externos?

h) quando serão realinhadas as atuais tarifas de energia elétrica?

Justificação

A publicação do "Alerta à Nação" pela Associação das Concessionárias de Energia, no *Correio Braziliense* a 23 de fevereiro de 1989, denunciando os graves riscos de déficit e racionamento que se avolumam para os próximos anos só fazem confirmar a crise que atravessa o setor elétrico no Brasil.

No mesmo dia, o próprio Ministro das Minas e Energia, Dr. Vicente Fialho, confirmou a necessidade de mais de 6 milhões de dólares anuais, ainda não assegurados, para fazer frente aos investimentos programados para os próximos anos.

Esta situação já vem se arrastando desde o ano de 1987, quando o racionamento tornou-se imperativo no Nordeste gerando à região prejuízos incalculáveis. Os sucessivos pla-

nos de estabilização, fixando tarifas irrealistas para o setor, aliado ao elevado ônus financeiro de sua dívida externa, comprometeram irremediavelmente a capacidade de investimento das concessionárias. Enquanto isto, prosseguem as informações de que o Banco Mundial continua prendendo as solicitações de financiamento do Brasil, sob pressão do congresso americano e da opinião pública preocupada com a deterioração trazida à Amazônia pelas grandes hidrelétricas.

A energia é um dos setores fundamentais do desenvolvimento industrial. Onde ela carece fenecem as oportunidades de mudança econômica e redução social de milhões de pessoas.

O Brasil já dispõe de um privilegiado parque industrial e por isto mesmo está sujeito à oscilações agudas de conjuntura. Não pode, pois, permitir-se o que ocorreu com a Argentina que já vive, hoje, o fantasma da escuridão.

Trata-se, pois, de exigir a presença do Ministro das Minas e Energia ao Senado para que Sua Excelência esclareça não apenas os números reais da crise, mas as ações desenvolvidas pelo Governo para enfrentá-la.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1989.
— *Jutahy Magalhães.*

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
AUTOR DO REQUERIMENTO EM SUA
JUSTIFICAÇÃO:**

**ELETRICIDADE:
VAI FALTAR EM 3 ANOS
O Exemplo Argentino**

A Argentina está às escuras. Confirmam-se, de forma dramática, os irreparáveis danos que a escassez de energia pode causar ao bem-estar e ao desenvolvimento de uma nação.

Embora alertados, os responsáveis pelo setor elétrico daquele país pouco fizeram quanto à necessidade de obras, à realização de investimentos e, ainda, quanto ao excesso de contenção tarifária com fins políticos. Enfim, a Argentina está parada. Falta energia.

Seis horas diárias de corte na eletricidade, hospitais prejudicados, canais de TV transmitindo pouco tempo por dia, sinais de trânsito interrompidos, elevadores parados, além de danosos efeitos sobre as atividades produtivas,

inclusive com desemprego, são, dentre outras, as consequências trágicas de decisões não tomadas em tempo hábil.

Da mesma forma, a Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica — ABCE vem alertando, há anos, as autoridades de nosso País sobre a necessidade de se adotar uma nova estrutura para o setor, buscando formas criativas de capitalização e financiamento, além de maior participação da sociedade, dos consumidores e da livre iniciativa; condições essenciais para se afastar, rapidamente, o perigo da escassez iminente.

Apesar de todo o investimento feito nas últimas décadas no setor elétrico, tais como as obras de Itaipu, Tucuruí e outras, deveremos ter, já no início dos anos 90, períodos de baixa confiabilidade no sistema elétrico, ou seja, racionamento. A dívida externa do setor, hoje, é de 28 bilhões de dólares. Os investimentos necessários para que não haja falta de energia são de 6,5 bilhões de dólares por ano.

Tal situação agravou-se recentemente devido à elevação de tributos, aos cortes nos orçamentos e atrasos nas liberações de crédito feitas por instituições internacionais, alegando razões de meio ambiente e geopolíticas.

As autoridades federais da área econômica têm sido insistentemente alertadas para este estado de coisas, sem que providências cabíveis tenham sido tomadas até o presente momento.

Vai faltar energia. O alerta já foi dado e a responsabilidade deve ser assumida.

É necessário, portanto, que a população brasileira, no uso de seus direitos de cidadania, reforçados pela nova Constituição, exerçam sobre as autoridades legislativas o seu legítimo poder de pressão, para que os parlamentares, nossos representantes, sejam sensibilizados no sentido de propor leis que venham contribuir para evitar, ainda a tempo, uma situação tão dramática como a que sofre, neste momento, a nação argentina. — ABCE — Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica.

Publicado no *Correio Braziliense* de 23-2-89.

(Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.)

ATO DO PRESIDENTE Nº 26, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 001.023/89-6.

Resolve aposentar, voluntariamente, Maria Thereza Magalhães Motta, Técnico Legislativo, Classe "Especial", referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, ocupante do cargo em comissão de Diretora da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional, código SF-DAS-101.4, nos termos dos artigos 40, inciso III, alínea "a",

e 37, inciso XI, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 414, § 4º, e 416 da Resolução SF nº 58, de 1972; artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985; artigo 2º da Resolução SF nº 182, de 1987; artigo 5º da Resolução SF nº 155, de 1988; artigo 3º do Decreto-lei nº 2.204, de 1984, combinado com a Lei nº 7.338, de 1985, e artigo 2º, § 2º da lei nº 6.323, de 14 de abril de 1976, alterada pelo Decreto-Lei nº 2.270, de 1985, aplicada no Senado Federal pela Resolução SF nº 21, de 1980, e modificada pelas Resoluções SF nº 7 e 15, de 1987, e 198, de 1988, com proventos integrais, correspondentes ao vencimento do cargo efetivo, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1989.
— Senador Nelson Carneiro, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 27, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973,

Resolve nomear Marilda Borges Camargo, Técnico Legislativo, Classe "Especial", Referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, para exercer o cargo em comissão de Diretora da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional, Código SF-DAS-101.4, do Quadro Permanente do Senado Federal.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1989.
— Senador Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 28, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973,

Resolve nomear Gessi Geisa Gonzaga, Adjunto Legislativo, classe "Especial", Referência NS-19, do Quadro Permanente do Senado Federal, para exercer, em substituição, o cargo em comissão de Diretora da Subsecretaria de Expediente, Código SF-DAS-101.3, do Quadro Permanente do Senado Federal.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1989.
— Senador Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 036/88.

Contratada: Sangel Máquinas Ltda.

Contratante: Senado Federal.

Objeto: Prorrogação, por 01 (um) ano, do Contrato nº 036/88.

Crédito pelo qual correrá a despesa: À conta do Programa de Trabalho 0101001.2229/571, Natureza da Despesa 3132-0205/6.

Empenho: Foi emitida a Nota de Empenho nº 00136/8, de 16-1-89.

Valor Contratual: Estimado em NCz\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzados novos).

Vigência: 1º-1-89 a 31-12-89.

Signatários: Pelo Senado Federal: Dr. José Passos Porto. Pela Contratada: Bichara Cecílio de Sousa. — Amaury Gonçalves Martins, Diretor da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 040/88.

Contratada: AM do Brasil — Máquinas e Serviços Ltda.

Contratante: Senado Federal.

Objeto: Prorrogação, por 01 (um) ano, do Contrato nº 040/88.

Crédito pelo qual correrá a despesa: À conta do Programa de Trabalho 0101001.2229/571, Natureza da Despesa 3132-0205/6.

Empenho: Foi emitida a Nota de Empenho nº 00142/2, de 26-1-89.

Valor Contratual: Estimado em NCz\$ 3.200,00 (três mil e duzentos cruzados novos).

Vigência: 1º-1-89 a 31-12-89.

Signatários: Pelo Senado Federal: Dr. José Passos Porto. Pela Contratada: Antônio Luiz Câmara. — Amaury Gonçalves Martins, Diretor da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 121/88.

Contratada: Guanauto Veículos S/A.

Contratante: Senado Federal.

Objeto: Prorrogação, por 01 (um) ano, do Contrato nº 121/88.

Crédito pelo qual correrá a despesa: À conta do Programa de Trabalho 0101001.2229/571, Natureza da Despesa 3132-0205/6.

Empenho: Foi emitida a Nota de Empenho nº 00137/6, de 26-1-89.

Valor Contratual: Estimado em NCz\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzados novos).

Vigência: 1º-1-89 a 31-12-89.

Signatários: Pelo Senado Federal: Dr. José Passos Porto. Pela Contratada: Itanero de Souza Belém e Paulo Pereira Capetó. — Amaury Gonçalves Martins, Diretor da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 122/88.

Contratada: Pólux Veículos S/A.

Contratante: Senado Federal.

Objeto: Prorrogação, por 01 (um) ano, do Contrato nº 122/88.

Crédito pelo qual correrá a despesa: À conta do Programa de Trabalho 0101001.2229/571, Natureza da Despesa 3132-0205/6.

Empenho: Foi emitida a Nota de Empenho nº 00138/4, de 26-1-89.

Valor Contratual: Estimado em NCz\$ 5.000,00 (cinco mil cruzados novos).

Vigência: 1º-1-89 a 31-12-89.

Signatários: Pelo Senado Federal: Dr. José Passos Porto. Pela Contratada: Antônio de

Souza Freitas. — Amaury Gonçalves Martins, Diretor da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio.

**2ª Reunião Ordinária, da
Comissão Diretora
realizada
em 21 de fevereiro de 1989**

Às dez horas do dia vinte e um de fevereiro de hum mil novecentos e oitenta e nove, na Sala de Reuniões da Presidência, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Senadores Nelson Carneiro, Presidente, Iram Saraiva, Primeiro Vice-Presidente, Alexandre Costa, Segundo Vice-Presidente, Mendes Canale, Primeiro Secretário, Divaldo Sauriagy, Segundo Secretário, Pompeu de Souza, Terceiro Secretário, Lourenberg Nunes Rocha, Quarto Secretário, e Jutahy Magalhães, na condição de convidado especial do Senhor Presidente.

O Senhor Presidente, ao abrir os trabalhos da primeira reunião da atual Mesa Diretora, inicialmente agradece a presença de todos e declara a grande responsabilidade deste Colegiado, que é o primeiro eleito depois da promulgação da Constituição.

Em seguida, lê, para conhecimento de todos, o texto da carta que enviou ao ex-Presidente, Senhor Senador Humberto Lucena, reafirmando notícias veiculadas pela Imprensa e que não correspondem àquelas que transmitiu aos jornalistas.

O Senhor Presidente, prosseguindo, concede a palavra ao Diretor-Geral para que ele faça uma exposição genérica sobre os problemas atuais da Administração do Senado Federal.

O Diretor-Geral, depois de fazer uma rememoração histórica da Administração da Casa até hoje, invocando distorções e dificuldades que emperram a máquina administrativa, sugere, prioritariamente, um novo Regulamento Administrativo e o cumprimento constitucional de um só regime jurídico para os servidores.

Os Senhores Senadores ouviram atentamente a explanação e admitiram as sugestões apresentadas.

Em sequência, é concedida a palavra ao Senhor Primeiro Secretário que apresenta, à apreciação dos presentes, os seguintes assuntos:

1. Determine-se à Subsecretaria de Administração de Pessoal que:

a) efetue um cadastramento funcional dos servidores do Senado Federal;

b) informe o número de servidores do Serviço de Segurança;

c) verifique quais os servidores, lotados nos Gabinetes dos Senhores Senadores e demais Gabinetes, que estão afastados das atribuições específicas das respectivas Categorias Funcionais.

As propostas, apoiadas pelo Senhor Presidente, recebem a aprovação dos presentes.

2. Processo nº 000821/89-6, em que Victor Rezende de Castro Caiado solicita estender aos servidores do Senado Federal os bene-

fícios da convocação extraordinária do Congresso Nacional.

Discutida a matéria, os presentes não a referendam e, conseqüentemente, indeferem o pedido.

3. Processo nº 015131/88-2, em que Paulo Timm e outros "solicitam providências indispensáveis, visando a garantia da estabilidade e da proteção da relação contra a despedida arbitrária, ou seja, sem justa causa, pelos motivos que expõem".

A Comissão Diretora, depois de amplo debate sobre a matéria, resolve tomar sem efeito a decisão anterior, adotada na 6ª Reunião Extraordinária, realizada a 15 de dezembro de 1988, vez que todos os Pareceres dos órgãos técnicos da Casa são contrários à solicitação dos requerentes.

Decidem, ainda, os presentes, autorizar a rescisão do contrato de trabalho dos Assesores Técnicos e Secretários Parlamentares dos Gabinetes da anterior Mesa Diretora.

Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente apresenta as seguintes matérias:

a) Ofício nº 265/88-PRESI, datado de 19-10-88, da Presidência da Terracap.

A matéria é distribuída ao Senhor Segundo Vice-Presidente.

b) Pedido de reconsideração, formulado pela servidora Maria Inês de Souza Ribeiro Bastos, sobre a decisão dada ao Processo nº 008387/88-5. Ao pedido foram anexados os Processos nºs 020231/87-3 e 001208/89-6.

É designado para Relator o Senhor Quarto Secretário;

c) proposta no sentido de, ressalvado os casos especiais, serem adotadas as seguintes providências:

1ª. devolução, aos órgãos de origem, dos servidores que se encontram à disposição ou requisitados pelo Senado Federal;

2ª. retorno dos servidores desta Casa que estão à disposição ou requisitados por outros órgãos do Poder Público.

A proposta, após discutida, é aprovada por unanimidade.

d) proposta de realização de sessões ordinárias da Comissão Diretora às terças-feiras, às 10:00 horas.

É aprovada a sugestão.

Ao final, o Senhor Presidente agradece a presença e a participação do Senhor Senador Jutahy Magalhães e convoca uma reunião extraordinária a realizar-se no próximo dia 23 de fevereiro, quinta-feira, às 10:00 horas, para discussão do projeto de resolução que adapta o Regimento Interno à Constituição.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, às catorze horas, pelo que eu, José Passos Pôrto, Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata que, depois de assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 21 de fevereiro de 1989. — Senador Nelson Carneiro, Presidente.

**COMISSÃO PARLAMENTAR
DE INQUÉRITO**

Destinada a "investigar indícios de fraude na importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos, por empresas multinacionais, e os possíveis desdobramentos da atuação dessas empresas no País, inclusive a desnacionalização do setor e a desmesurada elevação dos preços de medicamentos".

**2ª Reunião, realizada
em 22 de setembro de 1988.**

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e oito, na sala de reuniões da Comissão de Economia, presentes os Srs. Senadores José Paulo Bisol, Vice-Presidente, em exercício da Presidência, Severo Gomes, Nelson Wedekin, Afonso Sancho, Leite Chaves, Relator, Francisco Rollemberg e Pompeu de Souza, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a "investigar indícios de fraude na importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos, por empresas multinacionais, e os possíveis desdobramentos da atuação dessas empresas no país, inclusive a desnacionalização do setor e a desmesurada elevação dos preços de medicamentos".

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

Com a palavra, o Sr. Senador Leite Chaves, Relator, faz algumas considerações sobre a importância da Comissão, pois ela vai atuar e operar num mundo, num espaço, num setor dos mais difíceis e singulares: diz respeito à vida, à saúde e ao próprio País.

O Sr. Senador José Paulo Bisol, Presidente em exercício, comunica que a sugestão do Sr. Senador Severo Gomes, é que haja reuniões nos dias 6 (seis) e 7 (sete), aproveitando que haverá sessão da Constituinte no dia 5 (cinco).

Dando continuidade aos trabalhos, são apresentados os seguintes nomes:

Senador José Paulo Bisol — Jorge Raimundo Filho, Presidente da Cifab, José Correia da Silva, Conselheiro da Abifina, Adilson Xavier, Presidente da Alanac, e João Luiz Ferreira Soares, Presidente da Abifarma.

Senador Pompeu de Souza — Eider Araújo Rangel, Diretor Superintendente da Carbomor e Roberto Teixeira, Presidente da Abifina.

Senador Severo Gomes — Kurt Politzer, Químico Industrial e Prof. da UFRJ e um representante da Codetec (Companhia de Desenvolvimento Tecnológico de Campinas).

Senador Afonso Sancho — Raimundo Viana, Presidente da Federação da Associação de Comércio e Indústria.

O Sr. Senador Severo Gomes, sugere ainda, que seja solicitado à Cacex, a relação de todas as importações de matérias-primas e fármacos, nos últimos três anos, quantidades, preços, por empresas.

Em discussão e votação, são todas as propostas aprovadas, ficando decidido que a Comissão reunir-se-á dia 6 (seis) às 10 (dez) horas, para ouvir o depoimento do Prof. Kurt Politzer.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas taquigráficas.

ANEXO À ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA À "INVESTIGAR INDÍCIOS DE FRAUDE NA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS; POR EMPRESAS MULTINACIONAIS, E OS POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS DA ATUAÇÃO DESSAS EMPRESAS NO PAÍS, INCLUSIVE A DESNACIONALIZAÇÃO DO SETOR E A DESMESURADA ELEVÇÃO DOS PREÇOS DE MEDICAMENTOS", REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 1988, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.

Presidente: Senador DIVALDO SURUAGY
Vice-Presidente: Senador JOSÉ PAULO BISOL

Relator: Senador LEITE CHAVES

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Havendo número legal, declaro aberta a sessão, e imediatamente passo a palavra ao eminente Senador Leite Chaves, Relator da Comissão e que fará as considerações iniciais.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — Senador José Paulo Bisol, digno Presidente desta Comissão e Srs. Senadores, instalamo-nos ontem, e hoje estamos nos reunindo para traçar normas e diretrizes para o nosso comportamento.

É a nosso propósito de Relator ouvir o Senador Nelson Wedekin nas suas considerações gerais, porque foi ele quem teve a iniciativa desta Comissão. O que ele considera mais relevante? Quais são as suas sugestões? As mais válidas servirão de parâmetros para a orientação desta Comissão. De minha parte sei que esta Comissão é de grande importância para o País e ela vinha sendo há muito tempo ansiada pelo Congresso, porque ela vai atuar e operar num mundo, num espaço, num setor dos mais difíceis e singulares: diz respeito à vida, à saúde e ao próprio País.

Há dois setores nacionais dos quais este País é dependente e ainda uma parte do setor energético que, hoje, com o próprio álcool e as últimas descobertas poderiam ser setores despendidos, como essas importações; mas há um que é dominante, absolutamente dominante, ou dependente absoluto do setor estrangeiro, que é o setor fármaco, objeto de nossas considerações.

Pelas estatísticas que temos, 85% da produção nacional é realizada por firmas estrangeiras, enquanto apenas 15% são de produção nacional. Teríamos assim 400 laboratórios nacionais, com a produção de 15%, enquanto

há 40 laboratórios estrangeiros responsáveis por 85% da produção. É uma luta muito difícil essa nossa, porque nós temos que concluir aqui, não apenas por um parecer, mas que este tenha fundamentos factuais para gerar normas, gerar orientação nacional, e possamos fazer com que o Brasil tenha uma grande indústria nacional nesse sentido, mas que não deixemos de dar atenção à qualidade dessa produção. As informações são muito dispares, mas as mais constantes são a de que a nossa produção e os remédios produzidos aqui no País, nem sempre obedecem aos padrões de qualidade internacionais, ainda que tenha o mesmo nome, e que a sua fórmula química, às vezes, seja expressa da mesma maneira.

Teremos que ouvir aqui muitos setores e os nossos senadores, que já mostram grande interesse nisso. Eles dirão: o Relator tem uma orientação mais ou menos geral, não específica, não somos donos do processo; nós relatamos, mas os nossos ilustres senadores darão as melhores sugestões, nesse sentido.

Eu estou muito envolvido num projeto de qualidade. Durante anos procuramos dotar o País de uma lei com certificado de qualidade, convencidos de que o País na sua vocação e no seu potencial industrial ele não poderá comprometer o seu conceito, produzindo materiais, ou artigos que nem mereçam o respeito nacional, e muito menos, o externo; eles são até repelidos externamente como eu já disse no Senado e isso não está bem.

Nenhum país se afirma no setor industrial sem que busque a qualidade como o ideal supremo de luta, é o caso do Japão e da Alemanha; o que mais busca um japonês como recompensa, não é nem o lucro; é a certeza de que o seu produto é bem aceito pelas mais elevadas esferas da administração japonesa, que dá esse certificado de qualidade. O alemão assim procede, também, e isso até lhes dá uma respeitabilidade internacional. Enquanto isso, os nossos industriais, com algumas exceções, buscam o resultado, não na qualidade do produto, não com a preferência de mercados em razão da qualidade do que eles vendem, mas querem ganhar na venda, ainda que o produto pereça no momento em que chegue às mãos do consumidor. Então, aqui no Senado, no passado, houve um projeto do Senador José Lindoso e tivemos um grande empenho para que ele chegasse a um resultado; foi um esforço muito grande; mas não se chegou a resultado algum, porque, à época, vivíamos uma farsa aqui no próprio Congresso. Bastava que determinados setores, contrariados, solicitassem ao Governo a retirada de um projeto, o Líder da Maioria o tirava da pauta, com frustrações inclusive para nós, que éramos Minoria na época. Então, dessa vez, estamos convencidos de que há uma possibilidade de dotarmos o País de uma lei de qualidade e estamos aí com alguns cientistas em reuniões constantes, para alcançarmos esse objetivo, e esses assessores nossos, alguns do Senado, haverão de oferecer subsídios a esse trabalho também para esta Comissão, porque, em última análise, esta Comissão também busca a qualidade, busca evitar frau-

de, busca dar um melhor contexto ou estabelecer melhores caminhos para a nossa indústria farmacêutica ou para os produtos farmacêuticos consumidos no País.

Então, Sr. Presidente, a minha primeira missão seria ouvir, com base nessa audição dos nossos senadores, inclusive do Senador Nelson Wedekin, e traçarmos normas de comportamento para as próximas inquirições, para as próximas audições para as pessoas que devam ser ouvidas, os setores que devam ser consultados, o tipo de pessoas qualificadas no ramo, no País, que nos possam dar uma assessoria compatível. E, de resto, quero dizer a V. Ex.ª que para mim é muito salutar, é agradável ter recebido essa indicação de ser Relator desta Comissão. Sei que vai ser um trabalho muito grande, mas um dos fatores do sucesso desta Comissão é o interesse dos seus membros e acho que aqui, não veio ninguém que não tivesse empenho direto nesse setor, porque quando a Comissão não merece a atenção dos membros ela falece, perde substância. O Senado está de olhos voltados para esta Comissão e os setores específicos do País também. Sei que vamos ter um trabalho muito difícil. Era nosso propósito que a Comissão somente se instalasse depois de ultimados os trabalhos da Constituinte ou melhor, depois das eleições municipais; somos todos políticos comprometidos com as bases. A nossa função não começa nem termina aqui; ela se origina nas bases eleitorais e aqui se conclui, porque sem essa permanente convivência, sobretudo nas eleições, às vezes passamos a ser muito teóricos, muito distantes da realidade para a qual temos que legislar. Mas, uma vez composta a Comissão, aí começa o prazo; é inapelável, não há interregno, o prazo é peremptório, começa a correr, o que se pode obter é prorrogação posterior, mas o ideal seria que ultimássemos o nosso trabalho no prazo previsto, para não repetir o exemplo de duas Comissões que aqui se eternizaram, resolvendo examinar tudo e ampliaram o seu campo, aliás contrariando o Regimento, porque o Regimento diz que o objetivo de uma Comissão é específico, é determinado, como é o nosso caso. Então, dificilmente nós vamos ter muita gente, muitos membros presentes às nossas sessões até o dia 15 de novembro. E é por isso que eu gostaria de ouvir, Sr. Presidente, os nossos integrantes, os nossos senadores, para estabelecermos qual será o calendário para esse interregno, porque pouca gente virá aqui, e muita gente está sendo solicitada às bases. Mas é preciso que nós, daqui até 15 de novembro, tenhamos algumas sessões. E para que elas não sejam vazias, devemos predeterminá-las, sendo que na próxima reunião já estaríamos ouvindo as sugestões, com o calendário completo, para obtenção de resultados.

Era isso o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Srs. Senadores, *ab initio*, extra reunião, ouvi os que estavam presentes e colhi algumas sugestões de vez que estamos assentados em cima de um inconveniente, o de termos per-

dido uma boa parte do prazo; nós temos que realizar uma proustiana recuperação do tempo perdido aqui. Então, a sugestão do Senador Severo Gomes é que havendo reunião da Constituinte, no dia 5 de outubro, e tendo em vista as circunstâncias de estarmos vivendo um processo eleitoral, para termos êxito em reuniões da Comissão, precisamos aproveitar essa oportunidade, nos dias 6 e 7, já que no dia 5 teremos a promulgação da Constituição. Poderemos, também, conforme sugestão do Senador Afonso Sancho...

O SR. POMPEU DE SOUSA — (Fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Exato. Nós poderemos realizar nesses dias um esforço concentrado e recuperamos o tempo que já perdemos; poderemos entrar nesse acordo a respeito das primeiras reuniões; o Relator vai emitir seu parecer em seguida, e já designaremos alguns nomes. Vou iniciar as sugestões. Para haver equilíbrio em ambos os pratos da balança, deveríamos ouvir o conselheiro da ABIFINA, José Correia da Silva, e o presidente da ALANAC, dos laboratórios nacionais, Adilson Xavier, num dos pratos da balança; e num outro nós ouviríamos o Jorge Raimundo Filho, que é o presidente da CIFAB e João Luiz Ferreira Soares, que é o presidente da ABIFARMA. É a sugestão que eu faço para aproveitarmos essa oportunidade de um esforço concentrado e, assim, já temos um rumo a ser tomado, porque eu tenho impressão que essas pessoas vão, através de suas informações, estabelecer os parâmetros fundamentais da nossa perseguição investigatória. (Pausa)

A palavra está à disposição, para discutirmos a sugestão.

O SR. SEVERO GOMES — Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Com a palavra o nobre Senador Pompeu de Sousa.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Desculpe-me atropelar o Senador Severo Gomes, a quem eu chamo de Fagundes Gomes, mesmo por um carinho especial.

Na verdade, esse assunto me tem motivado muito, porque se trata de matéria em que a Nação e os interesses nacionais têm sido traídos de todas as maneiras. E desde que fomos fazer uma visita, justamente a convite da ABIFINA para participar de um congresso em São Paulo, e fomos até as estações de Angatuba, se não me engano na cidade de Angatuba, lá quase nos limites com o Paraná, que acompanho isso com muito interesse. Quero não só concordar com a indicação que V. Ex.^a fez ao Superintendente da ABIFINA, mas há também o presidente da ABIFINA, Dr. Roberto Teixeira, que, talvez, viesse aqui nos dizer que existem dois elementos da ABIFINA. Em função disso, fui, também, convidado, e participei da inauguração da usina de produção de carbonatos, no pólo petroquímico de Camaçari, que é um empreendimento industrial da maior importância, justamente na produção de insu-

mos farmacêuticos, de fármacos, e que tem como seu Diretor-Superintendente o Dr. Heider de Araújo Rangel.

São as duas sugestões que eu apresento, porque essa gente está brigando neste terreno para defender os interesses nacionais e a autonomia da tecnologia nacional, no campo da produção de insumos farmacêuticos. Essa gente sabe o caminho da mina dos que contrariam estes interesses. E é preciso barrar este caminho.

— É a minha proposição, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — Senador Pompeu de Sousa, com a permissão do Presidente, poderia repetir os nomes sugeridos, aí?

O SR. POMPEU DE SOUSA — Eu não sou muito de guardar nomes, mas eu mandei que o Gabinete apurasse, e o da ABIFINA, se chama Dr. Roberto Teixeira, e o Diretor-Superintendente da CARBONOR que é a sigla de Carbonatos do Nordeste, o Dr. Heider de Araújo Rangel.

Até devo acrescentar que, tomado de surpresa, ontem, eu nem sabia que era membro desta Comissão — fui tomado membro à revelia —, mas fiquei muito entusiasmado com isso, porque essa batalha me motivou muito, quer dizer, não tive nem tempo sequer de me comunicar com essas pessoas, eu os estou indicando por ter conversado com eles em ocasiões anteriores.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — O nobre Senador Pompeu não padeceria de surpresa maior do que a minha, porque não sei, até agora, de que maneira vim cair nesta cadeira, embora circunstancial e provisória.

Com a palavra o nobre Senador Severo Gomes.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Significa que o nosso partido nos faz surpresas.

O SR. SEVERO GOMES — Sr. Presidente, eu entendo que todos estes nomes são importantíssimos para o esclarecimento das questões que teremos em tela, durante os nossos trabalhos. Nós vamos entrar num assunto extremamente complexo e técnico, daí eu trazer uma sugestão: que começássemos nossa inquirição por pessoas que pudessem dar um panorama da questão da química fina da indústria farmacêutica no Brasil. Quer dizer, dar um quadro geral.

Eu trabalhei, alguns anos, quando era Ministro da Indústria e do Comércio, consultando um professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Kurt Politzer que, além do mais, é industrial na área, e entendo que ele poderia dar um primeiro grande painel, para que os membros da Comissão tivessem, até, categorias referenciais para aprofundar. Então, independentemente da audiência de todos estes que foram citados, eu sugeriria, que ouvíssemos, em primeiro lugar, alguém que pudesse dar o grande panorama, que, no meu entender, claro que outros e muitos destes que estão aí, certamente, poderiam dar, também. Eu tenho a segurança, na indicação do Professor Kurt Politzer, como, também, na

convocação de representantes da CODETEC, que é uma organização, Companhia de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Campinas, onde eles têm se especializado na pesquisa e no desenvolvimento de fármacos no País. Quer dizer, estas duas audiências nos dariam um panorama, mas, antes que até nos permitíssemos esses instrumentos para a inquirição, em detalhe, com relação às outras questões.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Quer repetir, Senador?

— Nos dariam um panorama mais amplo, que até nos permitíssemos esses instrumentos para a inquirição, em detalhe, com relação às outras questões.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — V. Ex.^a poderia repetir?

O SR. SEVERO GOMES — Como Ex.^a?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — V. Ex.^a poderia repetir as duas indicações.

O SR. SEVERO GOMES — Kurt Politzer, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a CODETEC. Eles podem até trazer, aqui, dois ou três técnicos. O que viria a ser a CODETEC — Companhia de Desenvolvimento Tecnológico — empresa fundada pela Universidade de Campinas, para estabelecer a relação entre o saber que as universidades geram e o fazer que as empresas estão procurando.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Trata-se de empresa vinculada.

O SR. SEVERO GOMES — Foi fundada pelo Professor Rogério Cerqueira Leite. Se não me engano, até hoje ele a preside. De qualquer maneira, teriam que vir aqui com pessoas especializadas que trabalham nesta área.

Já temos aí um rol bastante grande de pessoas para a audiência. Independentemente da audiência, penso que se solicitássemos previamente à CACEX, a relação de todas as importações de matérias-primas e fármacos, nos últimos três anos, quantidades, preços, por empresas, já estaríamos com elementos para aprofundarmos até o questionamento de outra, até antes que tivéssemos que ouvir, certamente, o Diretor da CACEX, já numa audiência em que preciaríamos estar muito mais informados. Essa solicitação à CACEX deveria ser feita, desde já, para termos os três anos dessa relação de importação.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Três anos?

O SR. SEVERO GOMES — Acho que é o suficiente. Preços, quantidades de cada uma das firmas importadoras, creio que de importação, mas também o da exportação de fármacos e matérias-primas farmacêuticas. Porque há uma grande quantidade de comércio dentro do País; às vezes, importa-se e exporta-se o mesmo produto, não passando pela elaboração industrial, mas com consequências diretas sobre o próprio negócio industrial do País.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Ouço o nobre Relator a respeito das sugestões apresentadas.

O SR. LEITE CHAVES — Sr. Presidente, tenho aqui apenas o texto da Comissão. Com que finalidade foi convocada?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Trata-se de cláusula organizada.

O SR. LEITE CHAVES — Parece-me que é bem específica.

O SR. AFONSO SANCHO — Há a convocação aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar indícios de fraudes na importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos por empresas multinacionais. E os possíveis desdobramentos da atuação dessas empresas no País, inclusive a desnacionalização do setor e exagerada elevação dos preços dos medicamentos.

O SR. LEITE CHAVES — Sr. Presidente, a sugestão do Senador Severo Gomes foi exatamente dentro disso, bem como a do Senador Pompeu de Sousa. Há casos específicos e genéricos. Primeiramente, temos que saber o que é esse mundo. V. Ex.^a e eu mesmo somos de outro mundo, embora habilitados para presidir uma comissão de inquérito. V. Ex.^a é Juiz e eu Advogado. Saber ouvir, nós saberemos, mas, tanto quanto possível, faremos questão de ouvir a todos, e se for para chegarmos a uma conclusão, nós chegaremos. Essas sugestões são todas válidas, embora — digamos — tenhamos que estabelecer hoje, já deveria sair daqui uma convocação, ou um convite ao Professor Kurt Politzer, pessoa que deveremos ouvir. Logo em seguida, já marcando também a audição do representante da ABIFINA e da ALANAC, porque são dois setores que darão informações cada uma no seu campo, no seu mundo. É nesse contraditório que nós haveremos de nos situar e para isso temos que ter a palavra de quem conheça o mecanismo dentro e fora do País, inclusive das empresas nacionais. Essa pessoa seria o Professor Kurt Politzer. Como é mesmo o nome dele?

O SR. SEVERO GOMES — Kurt Politzer.

O SR. LEITE CHAVES — Como se escreve?

O SR. SEVERO GOMES — Kurt Politzer.

O SR. POMPEU DE SOUSA — O nobre Relator me permite um aparte, para sugerir que, dado ao pouco tempo de que dispomos e o muito atraso que nos aflige, que nos convocasse apenas um de cada vez, mas procurássemos dar o maior rendimento possível aos nossos trabalhos, convocando mais de uma personalidade ou até mais de uma entidade, e até o contraditório vai-se verificar na mesma reunião.

O SR. LEITE CHAVES — E o tempo daria?

O SR. POMPEU DE SOUSA — Creio que daria.

O SR. LEITE CHAVES — Se fizermos a reunião na véspera ou depois do dia da promulgação, teremos aqui, certamente, um espaço bastante grande, e poderemos fazer reuniões pela manhã e à tarde.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Exatamente. Sugiro que no próximo dia 5 ou 6 já começássemos ouvindo essas duas pessoas, convocáramos alguns três, quer dizer, um para o primeiro dia, então convocáramos o professor Kurt Politzer. Como obteríamos a sua biografia? Se isso chegasse às mãos da Relatoria, então, as entidades a que V. Ex.^a se refere, a Abifina ou quem esteja qualificado para representá-los, aqui viria quer dizer, não apenas o representante jurídico, mas a pessoa que esteja qualificada para dar testemunho, assessoria. Então, faríamos essas três convocações: o professor Kurt Politzer — para o dia 5, acho que será um depoimento alongado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Por que não dia três?

O SR. LEITE CHAVES — Dia 3 dificilmente haverá gente aqui.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Dias 3, 4 e 6.

O SR. LEITE CHAVES — Acho que tem de ser no dia 6.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Mas no dia 5, a que horas será a promulgação? À tarde? Pela manhã estará todo mundo aqui.

O SR. LEITE CHAVES — mas no dia da promulgação estaremos festejando.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Está certo. Acho que será um dia festivo.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Então, vamos deferir a requisitória sugerida pelo nobre Senador Severo Gomes para solicitar à CACEX a relação das importações realizadas, de matéria fina de fármacos, dos últimos 3 anos e ainda as relações das exportações com os preços. Está deferida esta proposição.

Também estão deferidas as demais proposições no sentido de ouvirmos o Kurt Politzer e os técnicos da Companhia de Desenvolvimento Tecnológico de Campinas.

Tenho a impressão de que posso deferir, se não houver oposição, as demais inquirições, mas a sua distribuição vamos delegar ao Relator, para que ele faça uma avaliação de tempo dispensado, ficando designado desde agora o início desse esforço concentrado em inquirições para o dia 6, podendo prorrogar-se os dias 7 e 8. Vou passar a palavra, pela ordem, ao Senador Afonso Sancho.

O SR. AFONSO SANCHO — Gostaria de propor a vinda à Comissão do Dr. Raimundo Viana, que é Presidente do laboratório do Ceará e Presidente da Federação de uma Associação de Comércio e Indústria. Esta minha lembrança, porque, quando era Presidente desta entidade, várias vezes tivemos que fazer um trabalho muito grande quanto às matérias-primas que nos eram de difícil aquisição e até

mesmo uma proibição para que pudéssemos exportar e fabricar os produtos fabricados pelo laboratório do qual o Dr. Raimundo é Presidente.

Assim sendo, proponho que ele, Raimundo Viana, seja convocado lá do Ceará para depor nesta Comissão, porque ele deve ter muitos argumentos para enriquecer os trabalhos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Tem a palavra o nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Sr. Presidente, quero apresentar as minhas desculpas pela minha impontualidade involuntária de hoje, pela manhã.

Gostaria de dizer que sou um homem da área de saúde. A minha formação básica é medicina, sou médico e sou muito preocupado com problemas que diz respeito a que se propõe esta Comissão. Acredito que as propostas que já foram feitas já são mais do que suficientes para darmos partida aos trabalhos da Comissão.

Agora, vamos convir o seguinte após o dia 15 de outubro, dificilmente, conseguiremos reunir quem quer que seja, até o período eleitoral. Daí porque vou me reservar a indicar alguém que possa vir prestar algum depoimento que seja esclarecedor a esta Comissão, como os outros colegas já o fizeram, porque acho que já temos número suficiente para esta fase inicial.

Gostaria de sugerir que pudéssemos usar os dias 4, 6 e 7.

O SR. SEVERO GOMES — Senador, V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Pois não.

O SR. SEVERO GOMES — Tenho uma sugestão a esse respeito. Acho que poderíamos fazer alguma coisa, assim, diferente. Depois do dia 15, evidentemente, as dificuldades serão grandes, mas nós poderemos formar duas equipes: uma que fizesse um esforço concentrado no dia 6, 7 e 8, e outra, que fizesse depois do dia 15. Pactuado, ninguém deixaria de comparecer.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — O difícil, a meu ver, não sei no Rio Grande do Sul, como a coisa funciona nos outros estados, mas, em Sergipe, nós somos extremamente solicitados. Voltei do meu Estado praticamente afônico, estou começando a falar, de ontem para hoje melhorei um pouquinho, de tanto participar de palestras, comícios e os companheiros de partido que não abrem mão, não, do seu político, do seu Deputado Federal, do seu Senador, e é muito difícil nós explicarmos isso lá.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — O dia 5, que dia da semana seria, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Quarta-feira.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — Nós poderíamos convocar, porque, seguramente, no

dia 6, seria quinta-feira, teríamos pela manhã um interrogatório, convocaríamos as pessoas, quer dizer, ouviríamos pela manhã e à tarde; pela manhã, poderíamos ouvir um ou dois, e, à tarde, um ou dois, e ouviríamos essas três pessoas. Se, realmente, o Professor Kurt Politzer é a pessoa a quem se refere — e acho que sim, pelo que se tem de informação — então, o ouviríamos para uma apreciação geral. E, depois, o presidente da Abifina e da Alanac então, com isso, já teríamos um grande panorama para saber quem devermos convocar e, ao mesmo tempo, já seriam requisitados, como V. Ex.^a determinou, essas informações da Cacex, e já teríamos, então, uma visão planótica muito boa dessa coisa, para mim, Relator, inclusive. E eu, aliás, posso me haver muito bem, nós podemos nos haver muito bem ou não, porque, digamos, não há uma posição, uma **part pri**. V. Ex.^a melhor do que ninguém e eu, modestamente, saberemos conduzir uma Comissão destas, embora, digamos, saberemos extrair o melhor dos materiais que vierem. Então, estou achando que a Comissão está fornecendo o melhor que podíamos ter, Sr. Presidente. Com isso, acho que vamos nos habilitar depois a andar nesse mundo, que é um mundo pouco transparente para quem não seja do setor, e, a partir daí, levaremos em consideração a oportunidade da convocação do Dr. Raimundo Viana, que daria uma informação específica de uma determinada região e iríamos ouvir os professores, os cientistas deste País, os setores políticos — de informações até externas. Mas, essas que me parecem básicas. Estava entrando em contato com o pessoal de São Paulo, do paraná, das universidades, que poderão nos dar grande ajuda, mas acho que a partir dessa audição de uma pessoa muito qualificada, como seria o Professor Politzer, e depois dessas duas entidades, uma nacional, quer dizer e a outra brasileira, teríamos um campo, assim, muito claro para andar com segurança.

Ficariamos nisso, hoje, Sr. Presidente. Convocados, os três podiam ser ouvidos, no dia 6, um ou dois pela manhã e outro à tarde. Aa partir daí, já teríamos um critério, teríamos, então, um calendário.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Foi exatamente isso que quis dizer, não sei se me fiz entendido.

O SR. RELATOR (Leite chaves) - Foi isso, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — e daí, por que, disse que me reservava o direito de, posteriormente, indicar nomes também, para que fossem, embora, já tenha em mente alguns nomes, mas gostaria de sentir esse **approach** inicial, essa abordagem inicial, para escolher entre aqueles, que eu indicaria, segundo o Aldrin, numa ordem de prioridade, de sequência de prioridade.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) - Setores da indústria, depois, setores do comércio dessa coisa, dessa tipo de material.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Bem, estão dados os primeiros passos; as de-

terminações são essas, elas estão todas definidas, e, se houvesse a concordância dos companheiros de Comissão, eu determinaria, desde já, — vou ouvir o Relator a respeito — que a assessoria do Senado nos apresentasse, em prazo a ser determinados, um trabalho de interpretação sobre os reflexos da nova Constituição, na temática que nós vamos abordar: propriedade industrial e problemas farmacêuticos, biotecnológicos. A concepção constitucional a respeito de tecnologia, acho que isso vai ser de valia e é melhor que façamos isso.

O SR. LEITE CHAVES — E, Sr. Presidente, também se V. Ex.^a determinar à nossa assessoria para colocar à nossa disposição os homens mais qualificados no setor específico, isto é, as pessoas que possam nos assessorar no setor técnico de fármacos, além do setor jurídico, seria muito importante para sabermos quais as consequências já havidas.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Já está deferido.

Mais alguma sugestão? A palavra está à disposição.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Antes de encerrar os trabalhos, gostaria de me congratular com V. Ex.^a, Sr. Presidente, e com a direção desta CPI, porque ela dá o exemplo de querer trabalhar, apurar e investigar; isto é muito importante para que não se frustrem as expectativas a respeito do assunto, e para que essa instituição importantíssima, que é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, reconquiste a alta significação e o alto prestígio que deve ter nesse País, o que a constituição lhe atribui redobrado.

Isto me leva a felicitar esta Comissão, inclusive pela sistemática de seus trabalhos, que começa por convocar, convidar a depor justamente aqueles que têm o que acusar em matéria de irregularidades, ao contrário de um Comissão da qual participei, e nem sei se esta Comissão acabou, se deixou de existir e se chegou a existir em qualquer tempo, uma Comissão destinada a apurar as irregularidades na concessão de rádios e televisão neste País.

Quem esta comissão chamou para o primeiro depoimento, uma investigação destinada a apurar as irregularidades nas concessões de rádios e televisão? Quem podia expor tais irregularidades, quem podia acusar as irregularidades? Não. Convidou o todo poderoso distribuidor das concessões, o Secretário Geral do Ministério das Comunicações, que é o homem que desde a ditadura militar, ininterruptamente, é o veículo de todas as concessões, é quem dá ou não dá, ou nega ou atribui concessões. De forma que nós começamos a apurar irregularidades através das "supostas regularidades", é preciso que se apurem realmente as irregularidades e depois que se chamem os responsáveis pelas irregularidades, mas que comece, realmente, por apurar irregularidades.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, agradeço as generosas referências do

nobre Senador Pompeu de Souza e dou por encerrado os trabalhos.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Destinada a "Investigar indícios de fraude na importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos, por empresas multinacionais, e os possíveis desdobramentos da atuação dessas empresas no País, inclusive a desnacionalização do setor e a desmesurada elevação dos preços de medicamentos".

3.^a Reunião, realizada em 6 de outubro de 1988.

As dez horas do dia seis de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e oito, na sala de Reuniões da Comissão de Economia, presentes os Srs. Senadores José Paulo Bisol, Presidente em exercício, Leite Chaves, Relator, Severo Gomes, Pompeu de Sousa, Francisco Rollemberg e Afonso Sancho, reúne-se a Comissão parlamentar de Inquérito, destinada a "investigar indícios de fraude na importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos, por empresas multinacionais, e os possíveis desdobramentos da atuação dessas empresas no País, inclusive a desmesurada elevação dos preços de medicamentos".

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida é aprovada.

Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos.

O Sr. Presidente solicita ao depoente, Sr. Kurt Politzer, Professor da universidade do Rio de Janeiro, que proceda a leitura do juramento.

Em seguida, é concedida a palavra ao Professor Kurt Politzer, que inicia fazendo uma apresentação conceitual da indústria químico-farmacêutica. A seguir, mostra como o assunto se insere no campo mais amplo da química fina, com a evolução internacional e a evolução, no caso brasileiro. Por último, diz quais as condições para uma eventual consolidação do setor, analisando, então, as ações específicas que seriam recomendáveis ser adotadas.

Após sua exposição, o depoente coloca-se à disposição dos Srs. Senadores, para quaisquer esclarecimentos.

Na fase interpelatória, usam da palavra pela ordem, os Srs. Senadores Leite Chaves, Relator, Pompeu de Sousa, Afonso Sancho, Severo Gomes, Francisco Rollemberg e por último o Sr. Presidente.

Finalizando, o Sr. Presidente agradece a presença do Sr. Kurt Politzer e, determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 3ª REUNIÃO, DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A "INVESTIGAR INDÍCIOS DE FRAUDE NA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS, POR EMPRESAS MULTINACIONAIS, E OS POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS DA ATUAÇÃO DESSAS EMPRESAS NO PAÍS, INCLUSIVE A DESNACIONALIZAÇÃO DO SETOR E A DESMESURADA ELEVÇÃO DOS PREÇOS DE MEDICAMENTOS", REALIZADA EM 6 DE OUTUBRO DE 1988, A FIM DE OUVIR O DEPOIMENTO DO SR. KURT POLITZER, PROF. DA UFRJ, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Divaldo Suruagy
Vice-Presidente: Senador José Paulo Bisol
Relator: Senador Leite Chaves

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Declaro abertos os trabalhos desta reunião. Imediatamente convido o Professor Kurt Politzer a participar da Mesa. Início os trabalhos com a prestação do juramento do Depoente. Solicito aos presentes que se mantenham de pé.

O SR. KURT POLITZER — "Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar indícios de fraude na importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos por empresas multinacionais e os possíveis desdobramentos da atuação dessas empresas no País, inclusive a desnacionalização do setor e a desmesurada elevação dos preços dos medicamentos."

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Para simplificar, vou iniciar os trabalhos, passando a palavra ao Professor Kurt Politzer, no sentido de que ele faça uma exposição do problema tal como ele o vê, solicitando a ele, que afinal faça um levantamento das questões e dos problemas fundamentais envolvidos na temática desta Comissão.

Professor, o senhor tem a palavra.

O SR. KURT POLITZER — Obrigado. Em primeiro lugar, o que pretendo fazer é uma apresentação conceitual da indústria químico-farmacêutica. E a seguir vou mostrar como o assunto se insere no campo mais amplo da química fina, com a evolução internacional e a evolução, no caso brasileiro, o esforço de industrialização que houve em passado recente, e quais as condições para uma eventual consolidação do setor, analisando, então, as ações específicas que seriam recomendáveis ser adotadas.

O assunto se presta, obviamente, a um debate profundo, e acredito que feita a exposição de uma forma sucinta, seria aconselhável que alguns pontos fossem aprofundados por questionamento específico, se esta for a prática possível.

Bom, o que se quer caracterizar com essa conceituação é que quando se fala em indústria químico-farmacêutica é preciso se destacar cuidadosamente o aspecto da produção dos fármacos ou princípios ativos que estão nos medicamentos e que são colocados à disposição do usuário, e a formulação desses medicamentos. São dois setores bastante distintos, que obviamente podem estar verticalizados numa mesma empresa, mas não necessariamente. Em alguns casos estão, em outros, não.

E as características de cada subsetor são bastante diferenciadas. Em geral, quando se fala em indústria farmacêutica a referência é mais acentuadamente em relação aos laboratórios farmacêuticos que fazem a formulação do produto para colocá-lo à disposição do usuário, mas não fabricam necessariamente os ingredientes, e, principalmente, o princípio ativo, que é a base do medicamento. Então, essa distinção parece que é fundamental para nós analisarmos a situação desse setor, diante das situações específicas de cada subsetor.

A parte de produção se insere no contexto da chamada química fina, que é, por sua vez, um subsetor do gênero químico, mas amplo. Já a parte de formulação é uma manipulação dos ingredientes produzidos no setor de química fina. A produção, então, no caso da química fina é do princípio ativo do fármaco. A comercialização é de quem fabrica para aquele que formula, que faz a manipulação e o coloca dentro da maneira como é colocado no mercado final, para uso do usuário final.

Na parte de pesquisa, que é um aspecto extremamente importante, no qual teremos que nos deter um pouco, a parte de química fina procura novos princípios ativos e novos processos de produção dos princípios ativos já conhecidos. Quer dizer, são inovações desse tipo que constituem o esforço de pesquisa e desenvolvimento do setor de produção dos fármacos. Já a parte de laboratórios farmacêuticos procura formulações mais adequadas para o uso final, uma base daquilo que recebe do setor de química fina, assim definido.

Feito isso, creio que deveríamos, rapidamente, passar em revista o setor de química no Brasil, conceitualmente, e depois o setor de química fina, porque é aí que está realmente a meu ver o "x" do problema, e não na parte tanto de formulação final do medicamento, isso do ponto de vista tecnológico, principalmente, do ponto de vista de pesquisa, que é uma das dificuldades com as quais o País se deparou, e que foi um dos motivos do desaparecimento de inúmeros laboratórios farmacêuticos nacionais nos últimos decênios.

Dentro da classificação do IBGE, temos os vários gêneros de indústrias, entre os quais, na parte de indústria de transformação, está o item 20, que é o de química. Isso no sentido muito restrito, sendo apenas a produção de produtos químicos, quando o setor químico, realmente, de maneira mais abrangente, inclui todas aquelas indústrias de transformação onde ocorrem processos químicos. Isso é, transformações moleculares. Então, nós temos

uma conceituação mais abrangente que incluiria todos aqueles itens e gêneros que estão assinalados, ali, com asterisco, e temos a definição restrita, que incluiria apenas o gênero 20.

O setor químico pode ser bem apreciado quanto ao progresso havido neste País, isso no seu conjunto, se olharmos a importação e exportação e o saldo que o setor apresentou nesses últimos anos (80 até 84, que são os números à disposição). É óbvio, por esta tabela, que houve uma evolução muito satisfatória do setor como um todo, o que não quer dizer, necessariamente, que subsectores tenham tido uma evolução satisfatória — é o que veremos um pouco adiante — quer dizer, o setor de química fina é que se destaca como não tendo tido a evolução satisfatória que o total teve. E o total o teve, principalmente, em função do grande desenvolvimento que a parte petroquímica teve neste País, diante de uma política governamental específica destinada à evolução e consolidação do setor petroquímico.

A mesma política não aconteceu em outros subsectores. No de química fina, por exemplo, não tivemos uma política industrial explícita nem tivemos o apoio governamental na mesma medida em que houve no setor petroquímico.

Então, o reflexo da melhoria, inclusive do balanço de pagamentos oriundo pela atuação da indústria química, no caso, deve-se ao progresso verificado na parte petroquímica.

Para se avaliar a importância do setor químico no sentido mais abrangente, basta ver o percentual que ele representa na indústria de transformação. Por exemplo: no sentido abrangente, o setor de transformações químicas representa 2/3 do valor de produção da indústria de transformação, o que é, evidentemente, extremamente importante.

No sentido mais restrito, temos cerca de 20%, que também não é desprezível, mas as transformações químicas realmente constituem algo como 2/3 do total do valor de produção da indústria de transformação.

E o valor agregado pela transformação também é substancial, é da ordem de 60% na definição abrangente.

Portanto, é um setor de grande importância.

Agora, vamos ver no caso brasileiro alguns aspectos mais específicos da evolução do setor químico, ainda como um todo.

O que esse quadro visa mostrar é que até a década de 50 o que tínhamos no País era uma parcela muito reduzida de atuação neste setor tão importante, que representa 2/3 do valor de produção da indústria de transformação. E tivemos, praticamente, uma ausência de política industrial, exceto, no setor de petróleo, isso em função da Petrobrás. Mas, nos outros setores não houve, praticamente, nenhum envolvimento político para que houvesse um desenvolvimento dentro de certas bases consideradas de importância para o País.

Ainda aí, o que havia eram alguns produtos orgânicos de origem vegetal por extração. Isso é importante notar, porque a indústria farmacêutica nacional da época era deste tipo, era

uma indústria baseada na extração de produtos naturais. E, como vamos ver adiante, ela não soube, não pôde acompanhar a evolução internacional que saiu deste contexto para outros de caráter sintético.

Nas décadas de 60 e 70 houve uma expansão da indústria química orgânica, começou uma expansão no fim da década de 70, principalmente na parte baseada em petróleo, e houve, então, uma consolidação do setor químico como um todo. Quer dizer, os números que apresentamos, o valor, é oriundo desta consolidação.

Na década de 80, começou uma preocupação pela expansão do setor de química fina que até então, realmente, não tinha se iniciado no País. E essa possibilidade de expansão do subsector de química fina adveio realmente do surgimento de matérias-primas no País na base da indústria petroquímica que se instalou e que começou a oferecer matérias-primas para que pudesse haver uma verticalização no sentido do consumidor final, coisa que antes não era viável, não havia matérias-primas desse tipo disponíveis no País. Então, uma indústria de química fina teria que se basear, totalmente, na importação de insumos, o que, evidentemente, não seria uma posição muito saudável.

A política industrial necessária é a de apoio ao desenvolvimento da química fina e da biotecnologia, que são, realmente, setores de grande importância, e a própria química fina se utiliza da biotecnologia para certos processos modernos.

Feita esta colocação, vamos dizer, de caráter genérico, gostaria de acentuar, então, a posição de química fina. Em primeiro lugar, o que se entende por química fina, o que está incluído na química fina, porque o subsector de que trata esta Comissão, o farmacêutico, está inserido na química fina.

O que o quadro mostra é que os campos de aplicação da química fina são bastante variados e entre eles estão os insumos farmacêuticos, que é, no caso, o campo mais importante do ponto de vista de valor de produção; ele se sobressai em relação a todos os outros; ele se apresenta, hoje, com um faturamento da ordem de 1 bilhão e meio de dólares dentro do País, com uma importação que chega perto de meio bilhão de dólares. Mais ou menos, são essas as grandezas que estão em curso no caso da indústria farmacêutica. Então, ela é um campo de aplicação dos produtos de química fina e, como tal, tem uma série de características dos produtos de química fina, que é o que queremos analisar rapidamente.

Há uma distinção fundamental entre os produtos básicos, químicos, e os produtos chamados de química fina, e a melhor maneira de distingui-los é, realmente, pelo preço, porque o preço congrega uma série de fatores intrínsecos e é o modo de expressar o que está incluído realmente, quer dizer, o conteúdo tecnológico, as dificuldades de comercialização, etc.

Temos dois quadros, que vou mostrar rapidamente, apenas para evidenciar a diferença de nível de preço, que é o que importa.

Em um dos quadros, estão exemplos de produtos químicos básicos. O que se verifica é que eles se situam, de um modo geral, a um preço abaixo de dois dólares por quilo; é mais ou menos onde se traça a delimitação; o que for abaixo de dois dólares é produto químico comum, e o que está acima de dois dólares passa a se integrar na chamada química fina, conforme vamos ver. No quadro estão apenas alguns exemplos, e os preços vão desde três dólares e pouco até um caso de cento e tantos dólares; podia ter exemplificado também com milhares de dólares. Há casos em que o preço é de milhares de dólares por quilo. Então, há uma demarcação bastante nítida nesses dois campos. Os preços, realmente, refletem, entre outros aspectos, a complexidade dos processos produtivos, uma dimensão de demanda — situação competitiva — e um grau de difusão do conteúdo tecnológico.

Trata-se de um capítulo longo. Por isso, não vou deter-me nesses aspectos, no momento, em prol de uma visão mais de conjunto. Poderemos voltar a esses aspectos específicos, caso haja interesse.

Dentro do campo amplo da química procurei fazer uma classificação, uma avaliação de alguns subsectores. Os subsectores que estão aí enunciados são aqueles adotados numa classificação do Ministério da Indústria e Comércio: Química Básica, Química Fina, Fertilizantes, Papel e Celulose. Poderia haver outras classificações, mas como essa é adotada pelo MIC, é razoável utilizá-la.

A classificação, a avaliação que está aí obviamente é de caráter subjetivo, mas procura, através de avaliações em vários aspectos, chegar a uma avaliação globalizada.

Se olharmos a situação geral, que é o resumo, na última coluna, vamos verificar que na química básica, hoje, predominantemente em caráter petroquímico, temos uma situação bastante razoável. Estaria entre razoável e satisfatório.

O campo de papel e celulose é o que está melhor situado. Temos uma posição tecnológica muito boa, temos uma posição competitiva internacional muito boa. É o tipo do subsector que está bem. O de fertilizantes está razoável e o setor de química fina vai mal, conforme se pode depreender, comparativamente, desta maneira.

O atendimento da demanda interna por produção interna é insatisfatório. Apenas uma pequena parcela é atendida. E mesmo a parcela atendida se baseia em boa parte na importação de insumos, em produtos intermediários, porque não os temos produzidos no País.

A exportação é desprezível. Há algumas reexportações e algumas importações, o que é uma das preocupações desta Comissão.

A integração vertical é mínima, o que quer dizer que o que se produz, de modo geral, se baseia em intermediários já bastante avançados. Somente as últimas etapas é que são, aqui, industrializadas. Em consequência, o nível tecnológico é insatisfatório. Obviamente, a autonomia tecnológica não pode ser considerada adequada. A absorção da tecnologia

naquilo que é feito pode ser considerada razoável, porque há hoje entendimento.

A atividade de pesquisa e desenvolvimento no setor, naquilo que é produzido no País por empresas nacionais, é uma absorção de caráter razoável, não é ótima. É razoável e vamos adiante ver o porquê. A situação geral é insatisfatória. Esse é o ponto fundamental.

Uma avaliação do setor de química fina e, portanto, do setor farmacêutico, leva forçosamente à conclusão de que esse setor não está numa situação satisfatória no País.

No caso específico do farmacêutico, vamos ver alguns aspectos da evolução histórica mundial, para depois ver como o Brasil se coloca.

Até o início do século, mundialmente, só havia medicamentos derivados de produtos naturais e eram de caráter muito genérico, isto é, serviam para uma série de aplicações. Não tinham um caráter ou ação específica.

Em 1909, há um primeiro medicamento com fim específico. Em 1935, reconhece-se que certos corantes têm a atuação bactericida. Esse é o marco fundamental, porque a indústria de corantes era quase que exclusivamente a indústria de química fina existente internacionalmente e existente quase que exclusivamente na Alemanha e parcialmente na Suíça. Na Suíça, por causa de uma situação de patentes pouco aconselhável — digamos — na França que fez com que a indústria francesa se transferisse para a Suíça, onde havia maior liberdade de ação, e na Alemanha, onde também a situação de patentes era muito fluida e permitia uma atuação bastante ampla da indústria alemã.

Então, o que aconteceu é que aquelas indústrias de química fina produtoras de corantes, que eram, principalmente, as três indústrias integrantes da IGFArm na Alemanha — Bayer, a BASF e a Hoechst — naturalmente entraram na produção de fármacos, já que aquilo que produziam, que eram os corantes, foram reconhecidos como importantes fármacos, que deram origem às sulfas, que, por sua vez, originaram uma revolução total do aspecto da indústria farmacêutica.

Tanto isso é verdade que essas três indústrias são, hoje, as líderes mundiais em faturamento, muito longe de qualquer outra. As três estão em nível de faturamento anual da ordem de 25 bilhões de dólares cada uma. E a indústria química seguinte, que é a Dupont, situa-se na ordem de 10 bilhões de dólares anuais. Portanto, há uma discrepância enorme entre essas três e os restantes.

Finalmente, outro marco importante é o aspecto da indústria fermentativa, baseada, inicialmente, na penicilina, descoberta em 1929, mas que só teve um grande impulso durante a guerra, porque só então é que se verificou a necessidade de uma industrialização rápida. Isso fez com que embora toda a evolução tecnológica tivesse ocorrido na Inglaterra, quem estava em boas condições de industrializar uma indústria de fermentação eram os Estados Unidos da América, e foi para lá que o assunto foi transferido.

O SR. — (Fora do microfone)

O SR. KURT POLITZER — Exato. Porque não havia como fazê-lo rapidamente na Inglaterra.

O SR. — Seria uma espécie de cobaia, que se transformou em um acontecimento. Eu me lembro, porque acompanhei a guerra, sofri a guerra aqui no Brasil.

O SR. KURT POLITZER — Agora, a situação brasileira.

No período de domínio de produtos naturais, tivemos o predomínio de empresas brasileiras de capital nacional instaladas no País, no setor farmacêutico.

Quando se iniciou o período, digamos, chamado sintético, na década de 30, as empresas brasileiras de capital nacional não tinham a base tecnológica, não havia base química orgânica, nem havia nenhuma política nacional que favorecesse a modificação tecnológica que era, então, exigida. E essas empresas foram desaparecendo, ou por si ou compradas pelas empresas multinacionais que ocuparam a área.

Esse fato merece ser destacado, porque, a meu ver, estamos ingressando em um período semelhante, em que o pouco que resta da atividade nacional provavelmente vai acabar sendo ocupado pelas multinacionais, por uma série de fatores que vamos analisar.

O mercado mundial de produtos farmacêuticos situava-se, em 1980 — que é o último dado estatístico disponível — em torno de 76 bilhões de dólares. Calcula-se que, hoje, tenha superado a marca dos 100 bilhões de dólares. Na mesma ocasião, a posição brasileira era de participar com 1,9% desse total. É interessante comparar isso com a situação argentina que, com uma população de cerca de 1/3, estava em 2,5%. Daí conclui-se um aspecto muito importante: o consumo *per capita* brasileiro é da ordem de 1/4 do consumo *per capita* argentino, o que não é nada de espetacular. Então, obviamente o nosso é profundamente insatisfatório.

O SR. — ... os dados do País...

O SR. KURT POLITZER — Não. Os dados existem. Trouxe apenas estes para confrontar com os da Argentina, que é sempre um bom termo de comparação, porque, em nível de desenvolvimento econômico e social, nós poderíamos nos comparar com a Argentina hoje. Há tempos a Argentina estava bem na nossa frente. Neste setor, a Argentina continua na nossa frente do ponto de vista de ocupação do setor por empresas nacionais e multinacionais. Na Argentina, a repartição é aproximadamente meio a meio, e no Brasil é da ordem de 80% a 20%, para as multinacionais.

A partir de aproximadamente metade da década de 80 houve o reconhecimento no País da necessidade de um esforço nesse setor e, mesmo sem uma política muito nítida, houve algumas iniciativas governamentais que facilitaram o desenvolvimento do setor.

Um exemplo da consequência disso é o que vou mostrar: nós tivemos, nos últimos

cinco anos, em projetos aprovados pelo CDI, investimentos calculados em cerca de meio bilhão de dólares, o que é bastante significativo para esse subsector. Deste total, cerca de 80% foram projetos de empresas brasileiras de capital nacional e 20% de empresas brasileiras de capital estrangeiro, o que denota um resultado razoável, embora ainda estejamos longe de uma situação que poderia ser considerada consolidada, mas que mostra uma mudança de tendências. Essa mudança é oriunda, em grande parte, da adoção de uma portaria à qual nós vamos nos referir mais adiante, a chamada Portaria Interministerial nº 4, que, embora destituída da força de lei, proporcionou uma certa ordenação de implantação de projetos no setor e uma certa proteção daqueles projetos implantados em relação a novas implantações que, dentro de um mercado restrito — conforme nós já assinalamos, já que o nosso consumo *per capita* é baixo —, há implantação desordenada de projetos. Quer dizer, com várias empresas fabricando o mesmo produto para um mercado restrito, dificilmente permitiria a consolidação setorial. Acresce-se aí ainda um outro fator que precisa ser citado, de que o mercado final dos medicamentos está, conforme se sabe, em mãos de empresas multinacionais na ordem aproximada dos 80% deste mercado, o que traz como consequência um aspecto bastante interessante. É que uma empresa brasileira de capital nacional que produzir um insumo farmacêutico, que produzir um princípio ativo, terá que vendê-lo essencialmente àqueles que estão no mercado, que são as empresas multinacionais. Nessa situação estará vendendo o produto no mercado brasileiro, mas a um mercado que, realmente, não tem bem as características de ser mercado brasileiro, porque é um mercado de empresas multinacionais, e que, portanto, têm os seus interesses globais em jogo.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Deve ser, realmente, operação de ir e vir, para circular; ir e vir.

O SR. KURT POLITZER — Exato.

Este esforço houve, e vamos ver agora o que poderá acontecer em relação a este esforço. Creio que esta é uma das preocupações fundamentais do País em relação a este setor, o que pode acontecer.

Temos uma série de óbices ao fortalecimento de química fina. Liste alguns, de caráter muito genérico, e só os vou passar em revista muito rapidamente, porque entendo não ser este aspecto muito pragmático. Mas é bom citar.

Alguns óbices ao fortalecimento do setor podem ser classificados como está ali feito. São fatores de caráter histórico, pelo próprio modelo dependente de desenvolvimento que o País adotou, obviamente.

Fatores culturais, pelo desconhecimento do papel da tecnologia no desenvolvimento; este é um fator extremamente importante e que continua presente, ou seja, até hoje não há no País um reconhecimento da importância do fator tecnológico, coisa que é amplamente

reconhecida pelas empresas estrangeiras, pelas empresas multinacionais. Elas sabem do valor da tecnologia, elas aplicam somas substanciais no desenvolvimento tecnológico, coisa que não fazemos, e, embora o recente decreto-lei sobre política industrial tenha o mérito de, pela primeira vez, reconhecer a importância da pesquisa como um fator para o desenvolvimento industrial, o que esse decreto-lei estabelece, como incentivo, tem dois defeitos básicos: ele é muito modesto, globalmente falando, e não discrimina setorialmente.

Então, por exemplo, o que ele realmente permite é algo da ordem de 0,3% do faturamento de uma empresa, como uma dedução para efeito de Imposto de Renda. Isto resulta em que, até 0,3%, aproximadamente, do faturamento, estar-se-ia beneficiando de uma vantagem fiscal. Ora, 0,3%, para uma indústria siderúrgica, é algo extremamente importante, porque as indústrias siderúrgicas, mesmo as internacionalmente avançadas, como as japonesas, gastam algo desta ordem. Para o enorme faturamento da Petrobrás, por exemplo, 0,3% é algo importante; e ela não gasta nem isto.

Mas um setor de química fina e, principalmente, farmacêutica, em que o nível internacional de gastos, já em 1975, situava-se em torno de 0,5% do faturamento, e desde então tem crescido até atingir, hoje, algo da ordem, em média, de 8% do faturamento das empresas, é óbvio que um incentivo de 0,3% para este setor não significa absolutamente nada.

Então, é um decreto-lei que, a meu ver, teve essas duas falhas fundamentais, no que diz respeito a esse aspecto. Primeiro, ele é muito modesto, embora se deva dizer que, pelo menos do meu conhecimento, é o primeiro ato que reconhece a importância do aspecto tecnológico. Nesse ponto é importante. Quanto ao quantitativo, é extremamente modesto e peca pela falta de discriminação setorial. Sem esta, o efeito que se busca não será atingido, a meu ver.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Um dos males culturais deste País é a generalidade.

O SR. KURT POLITZER — Exatamente. Esse é o defeito, nesse caso.

Há aspectos como a complexidade e alto risco do processo inovatório, debilidade do planejamento que existe no País e a descontinuidade das políticas setoriais, quando elas existem.

Por exemplo, o decreto-lei citado tem uma filosofia de total abertura para todos os setores, e novamente é o mal da generalização, não discrimina uma posição para setores necessitados de uma política mais específica, como é o caso da química fina, que tem características peculiares e que não se encontra consolidada no País. Essa abertura, que é a filosofia deste decreto-lei, no caso da química fina, provavelmente, significará uma reversão da tendência que a aprovação de projetos nos últimos cinco anos — que eu acabei de mostrar — evidenciou, ou seja, uma tendência de uma entrada mais firme no setor, embora ain-

da não passível de ser classificada como satisfatória, mais uma entrada razoável, tanto de empresas de capital nacional como de capital estrangeiro, embora aí uma proporção que parece bastante interessante para recompor o quadro, quer dizer, 80% das de capital nacional e 20% das de capital estrangeiro; mas dentro de uma abertura deste tipo e dentro da colocação já feita de ser um mercado peculiar, porque dominado por firmas estrangeiras, aquelas inversões feitas pelas firmas brasileiras de capital nacional terão que enfrentar situações esdrúxulas e, provavelmente, o efeito de uma abertura generalizada, incluindo este setor, implicará numa retomada daquele processo de desaparecimento por várias circunstâncias, inclusive por venda de empresas nacionais às multinacionais.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — V. S^a precisa ainda de quantos minutos para concluir essa primeira parte?

O SR. KURT POLITZER — Estou no fim desta parte, só falta mais uma transparência.

Assinalei aqui, de forma muito resumida, algumas ações que me parecem absolutamente necessárias para uma consolidação do setor. A primeira delas é de caráter institucional, pois basear um setor numa portaria parece uma situação muito débil, precária, e acho que os Srs. que são do Congresso têm aí um campo fértil de atuação para dar um apoio institucional válido e absolutamente essencial ao fortalecimento do setor.

A outra grande dificuldade é o fato, que aliás é geral em todos os países de que o Governo não é monolítico e exige então uma ação de coordenação. Houve uma tentativa de coordenação no MIC através de um grupo de indústria farmacêutica, mas que não se institucionalizou, e que, portanto, não tem poderes para exercê-la. Temos, às vezes, situações em que órgãos governamentais adotam posições não apenas diferenciadas, mas até antagônicas, em relação ao mesmo tema; esta é uma das grandes dificuldades, e eu acredito que só a institucionalização de um órgão coordenador é que pode reverter este quadro, sem o qual será muito difícil a consolidação.

Em terceiro lugar, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento têm sido muito baixos, depois se houver ocasião no debate eu posso mostrar dados que evidenciam isso. Por exemplo, o Brasil gasta algo da ordem de 0,5% do PIB em pesquisa e desenvolvimento, globalmente falando. Países os mais avançados, como os Estados Unidos, Alemanha, Japão, gastam uma faixa entre 2,5 e 3% do PIB, isto sem dizer que o PIB deles é bem maior do que o nosso. Há países que não se integram entre os mais avançados e que gastam nesta mesma faixa. Por exemplo: Coreia do Sul, 2,6% no ano passado e com uma tendência de atingir 3% até o final da década. Ora, os nossos 0,5% são redículos diante dessa posição. E o fato é que em pesquisa e desenvolvimento quem não aplica recursos não auferir resultados; é uma regra muito simples.

Outro ponto, é que há uma necessidade de fortalecimento da Central de Medicamen-

tos, que ocupa uma posição central no setor e sem que a Ceme receba verbas adequadas, e não só as receba no papel, mas que elas sejam realmente liberadas, o que não está acontecendo, tem efeitos extremamente negativos. Por exemplo: um projeto é aprovado pelo CDI na base de um certo mercado, que inclui o mercado da Ceme, que começa a ser importante neste País. Ora, se subitamente a Central de Medicamentos, por falta de dotação orçamentária, não pode exercer o papel que lhe é reservado e, portanto, constituir-se num percentual importante da demanda global, esse mercado então não existe, e o projeto, tal como foi concebido, aprovado pelos órgãos governamentais e muitas vezes financiado até pelo BNDES, não tem a viabilidade econômica que serviu de base para a sua implantação. Isso, essencialmente, seria a exposição genérica. Ficou à disposição para aprofundamento em qualquer questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Para simplificar, nós vamos passar a palavra ao Relator, a fim de que S. Ex^a formule as perguntas que entender necessárias. Em seguida, fica à disposição dos demais membros da Comissão.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — Professor Kurt Politzer, o nome de V. S^a foi indicado a esta Comissão e a esta relatoria pelo ilustre Senador Severo Gomes. S. Ex^a o conhece, sabe da sua experiência, e tomou essa iniciativa de sugerir, e nós aceitamos. O senhor é um industrial, é Diretor-Presidente da Indústria Química de Taubaté, Conselheiro da GES-PEC e é professor catedrático da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Quer dizer, é assim, um homem muito qualificado para este depoimento. E V. S^a o demonstrou, sinopticamente, nessa sua exposição que acaba de fazer.

O Relator, ele não é desse setor, nós somos de outra área. Há longos anos temos sido somente advogado, acidentalmente Procurador-Geral da Justiça Militar, mas homem desse campo. Como eu lhe disse antes, talvez tenha a grande vantagem porque não teremos preconcebimento. Se fôssemos dessa área já estaríamos numa posição de apoiar uma ou outra posição, uma ou outra tendência. Então, o que nos interessa aqui não é o fato apenas específico no setor da química fina, dos fármacos, não é conhecimento das fórmulas, são as circunstâncias, as mais diversificadas, que nos poderão levar a uma conclusão de relatório, que venha a ensejar um comportamento político nacional. Nós temos uma preocupação particular, é nossa, aqui, do Senado. Essa participação muito desequilibrada no setor: o capital nacional 15%, o capital externo 85% — valores esses que V. S^a assim estabelece em 20% e 80% — isso nos preocupa, porque afeta inclusive a segurança do Estado e o interesse nacional. A segurança do Estado, na medida em que um conflito nos pode deixar desarvorados, desprotegidos, como foi o caso da Argentina, que entrou em guerra com a Inglaterra e grande parte da produção de medicamentos vinha dos Estados Unidos e aí

ela ficou em situação difícil. Ao que sabemos, o Brasil, através de uma indústria nossa, teve que socorrê-la nesse particular.

O interesse nacional é também muito grande, porque somos um povo de grande futuro, mas um povo pobre e, em razão da nossa subalimentação, somos dependentes de medicamentos, a despeito de toda a assistência dada pelo Governo, até mesmo através da Ceme, essa medicação chega muito cara ao consumidor, porque ele é pobre. Agora, não se pode comparar em termos internacionais: dizer-se que o medicamento nos Estados Unidos é mais caro do que aqui, é preciso levar em consideração o nosso poder aquisitivo.

Esse é um aspecto que nos preocupa, precisamos fazer a reversão desse quadro dentro de um determinado período sem perda de qualidade.

Professor, temos umas pequenas e modestas perguntas a fazer a V. S^a, depois o nosso Presidente e os nobres senadores farão as suas indagações, as respostas serão gravadas e integrarão o nosso processo para servirem de base ao nosso relatório.

Mas a grande importância do seu depoimento é em essência nos colocar, o Relator, em condições de palmilhar inicialmente esse mundo da química fina; V. S^a é homem de empresa e é brasileiro para medir o mercado das nossas conveniências.

Para o Brasil, Professor, quais são as desvantagens ou vantagens da manutenção dessa política, ela é prejudicial ou é gravosamente prejudicial ao Brasil, em relação a esses percentuais de participação de capitais internos e externos?

É a primeira pergunta.

O SR. KURT POLITZER — Acho que para qualquer país, em qualquer setor importante — e este, obviamente, é um dos importantes, já que está em jogo a saúde do povo —, a dependência exagerada em relação ao capital estrangeiro não é uma posição adequada. A posição do investidor estrangeiro, como de qualquer investidor, feita uma aplicação de recursos, é obter, em função dela, o retorno dos recursos aplicados, acrescidos de lucro. No caso brasileiro, nós temos uma legislação, que é a chamada Lei de Remessa de Lucros, que gere o assunto. Essa lei, entretanto, tem um aspecto peculiar que, a meu ver, distorce a execução, que é o seguinte:

"Considera-se como integrando o capital estrangeiro e, portanto, servindo de base para remessas, não apenas o capital que veio do exterior, mas sim aquele que é agregado ao que inicialmente veio em função de lucros gerados no País e não remetidos."

Isso é um aspecto um pouco estranho, porque é óbvio que os lucros não distribuídos em qualquer empresa crescem-se ao seu patrimônio. Agora, classificar algo gerado no País como sendo estrangeiro parece-me um pouco estranho, mas é isso que a lei estabelece na prática. Em função disso há, obviamente, uma possibilidade aberta dentro da lei de re-

messas que em relação ao afluxo de capital, de fora para dentro do País, são remessas exageradas. Isso não significa condenar a empresa estrangeira e sim realmente reconhecer uma situação de fato, que é viabilizada pela lei que vigora atualmente. Basta dizer que não era assim na sua origem. Foi modificada para possibilitar esse aspecto. Originalmente, em 1962, a lei não era bem assim.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — O nosso único setor de dependência quase absoluta é o dos fármacos, porque até mesmo no petróleo o Brasil hoje poderá, com o álcool, com outras fontes de que dispomos, prescindir de qualquer ajuda externa. O único setor é o fármaco.

Por outro lado, não há doença que hoje não tenha encontrado o seu antídoto, o seu socorro médico, o seu socorro no setor farmacêutico à exceção do câncer e da AIDS. Ora, o Brasil também não precisaria estar disputando seriamente essa concorrência em pesquisa, ela está mais nos setores de ponta em que concorrem Japão, Estados Unidos, Suíça. O Brasil carece, no momento de condições de produzir convenientemente essa medicação com relativa qualidade. E nessa profusão de medicamentos concorrentes — pelo menos sei leigamente que para uma mesma doença, para um mesmo mal, existe quantidade enorme de remédios com as mesmas fórmulas — eles repetem nos fármacos o que ocorrem nas perfumarias do País. Encontra-se uma gama enorme, abundante, de Xampus, existe uma série de produtos nesse sentido.

O Estado não poderia, digamos assim, encontrar condições de disciplinar isso, estabelecendo inclusive uma política ou posicionamentos legais para a questão das fórmulas, dos *royalties*, dos direitos de propriedades?

Acabamos de fazer uma Constituição em que demos conceituação nova a direitos novos. Digamos: num laboratório um cientista descobre uma determinada fórmula, ele torna-se proprietário dela e fica seu dono durante anos? Ele é proprietário quando isso é fundamental para a vida humana? Recentemente surpreendeu-me numa discussão de eletrônica a introdução da validade de patente por trinta anos quando no Brasil todos os direitos prescrevem em vinte anos! Conseguiram introduzir isso como uma necessidade absoluta para o País e nunca aceitamos aquilo. Porque mesmo no Brasil seria mal que estabelecessemos, digamos, descoberta uma fórmula, uma patente, que ela vigesse por um determinado período, mas não um período tão longo, sobretudo, quando isso diga respeito à vida. Todos temos responsabilidades para com os nossos semelhantes, sobretudo com a humanidade. E sabemos que muitas dessas fórmulas são descobertas por cientistas isoladamente, elas as vendem e os laboratórios invocam esse direito alongado. Até que ponto isso é moral e justo? Qual é a sua concepção a esse respeito? V. Sr. acha que essas patentes devam prevalecer assim *ad aeternum*?

O SR. KURT POLITZER — O Brasil não reconhece patente no campo farmacêutico.

Realmente essa situação para o Brasil, hoje, não existe. A lei de propriedade industrial excluiu a possibilidade de se patentear produtos farmacêuticos. Hoje não temos patente. Discute-se amplamente da conveniência ou não do Brasil adotar, pelo menos, patente de processo e não de produto e aí há prós e contras.

A questão da adoção de patentes no setor farmacêutico encontra a necessidade daquele difícil equilíbrio entre o zelo pelo interesse social, que obviamente é fundamental nesse setor e, por outro lado, o incentivo à inovação, que é o grande argumento daqueles que defendem a existência de patentes, porque ela institui o monopólio, por tempo limitado, em função ou como retribuição da divulgação do invento, quer dizer, a patente é uma maneira de se procurar um certo equilíbrio entre esses dois aspectos. Agora, no caso brasileiro, como eu disse, não há, pelo menos presentemente, patentes para a parte farmacêutica, embora haja na parte de processos químicos. Portanto, não reconhecemos as patentes que são registradas em outros países, embora sejamos signatários das convenções internacionais, e essas próprias convenções internacionais asseguram a cada país o seu posicionamento em certos setores de interesse social e o Brasil optou pela exclusão nesse caso.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — Professor, nesse caso, se amanhã ou depois for descoberta uma fórmula de combate, por exemplo, à AIDS ou ao câncer, os laboratórios no Brasil não teriam condição de produção imediata?

O SR. KURT POLITZER — De produção imediata acho que não. Se se descobrir algum medicamento capaz de atuar, vai depender da complexidade do processo de produção desse medicamento, de termos ou não possibilidade de fabricá-lo; em geral, um processo diferente requer um novo investimento, isso não se faz rapidamente. De modo que, embora teoricamente, pela ausência de patente possamos copiar o que foi descoberto, na prática isso não é tão simples assim, pois muitas vezes o processo produtivo é de uma complexidade tal que exige um trabalho de pesquisa de caráter imitativo bastante prolongado, caro e um investimento também bastante elevado para uma implementação em caráter industrial.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — Professor Kurt, quais são os fármacos atualmente importados, cuja tecnologia não está disponível no Brasil e que podem ser considerados de importância estratégica, de que carecemos e não estamos em condições de produzir?

O SR. KURT POLITZER — Bom, esse é um campo extremamente dinâmico e aquilo que era importante há alguns anos atrás rapidamente deixa de sê-lo. Há uma gama de produtos farmacêuticos que têm constância no tempo, quer dizer, a aspirina está aí há mais de 80 anos e continua importante, mas há produtos desenvolvidos recentemente, que têm uma atuação muito específica na fisiologia humana, baseados em conhecimentos

que hoje vão até o processo que ocorre no ser humano a nível molecular, coisa que não tínhamos, a não ser a nível celular, até há poucos anos atrás, fazendo com que hoje haja uma série de medicamentos. E quando digo novos, falo nos últimos 5, 6 anos, principalmente os bloqueadores, por exemplo, que atuam de uma forma muito específica. Então, esses produtos novos, à medida que surgem, nós não temos condições de produzi-los e mesmo aqueles que são fabricados no País — como eu disse, tem havido ultimamente um esforço no sentido de maior produção local, em muitos casos, dependem de insumos importados, tanto que importamos na ordem de uns 400 milhões de dólares anuais, o que se poderia dizer que não é muita coisa, porque representa algo como 2% da nossa importação total. Mas não é o aspecto quantitativo que preocupa, não são os 400 ou 500 milhões de dólares, em primeiro lugar, se fôssemos dar um atendimento adequado e chegar, por exemplo, ao consumo *per capita* argentino, esse meio bilhão de dólares se transformaria rapidamente em 2 bilhões de dólares e daí para cima e, aí, o quantitativo já começa a preocupar.

Agora, mesmo fora desse aspecto quantitativo há o qualitativo em que a indústria sendo dinâmica e aparecendo novos produtos, o acompanhamento do que ocorre é algo que exige um trabalho constante de pesquisa e desenvolvimento para nos mantermos atualizados em relação ao que se faz em outros países. Estamos longe de termos capacidade de inovação para podermos, eventualmente, competir no quadro de inovação internacional. O que temos feito e com eficiência é um trabalho de pesquisa e desenvolvimento, imitando um processo de fabricação de produtos existentes; nós não temos ainda, pelo menos, competência para o desenvolvimento de novos produtos e não acredito que passemos a ter, a não ser que haja realmente um esforço nacional muito sério com dotações de recursos adequados, porque, como eu disse, não se consegue resultados em pesquisa sem recursos materiais e humanos; os humanos são difíceis de se conseguir porque levam tempo, também os materiais são imprescindíveis, porque sem eles não se faz um trabalho dessa natureza.

Quer dizer, o fato de outros países aplicarem verbas consideráveis, mesmo os mais adiantados, a fundo perdido pelos respectivos governos, mostra que esses países reconhecem a importância desse esforço e, infelizmente, o Brasil ainda não reconhece.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — Professor Kurt, um médico ilustre, do meu relacionamento, com a concordância de outro disse, com certo exagero, que depois da aspirina e da compressa a medicina pouco tinha criado, o que é um exagero na realidade.

Mas, o senhor me disse que a aspirina é conhecida há muito anos, e o Brasil ainda não é capaz de formulá-la, quer dizer, um laboratório brasileiro não seria capaz de fazê-la?

O SR. KURT POLITZER — Está sendo produzida no País, totalmente verticalizada.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — Quais foram os principais motivos pelos quais muitos laboratórios, foram se desnacionalizando e sendo adquiridos por organizações estrangeiras?

O SR. KURT POLITZER — Há uma série de motivos, vou apenas citar alguns: um deles é de fundo tecnológico. Como eu disse as empresas que existem no País até a década de 30, mais ou menos, baseavam-se nas extrações de produtos naturais, quando internacionalmente começou uma etapa de caráter sintético que exigia um profundo conhecimento de química orgânica o que os nossos laboratórios não tinham.

Um outro fator muito importante, é preciso lembrar, é que nós temos um controle de preço do CIP há muitos anos; esse controle de preço tem praticado uma política geral tanto para o setor nacional como para o setor estrangeiro.

Acontece que as empresas estrangeiras, às quais o mercado brasileiro é uma fração do seu mercado total mundial, podem esperar por mudanças de direcionamento na política do CIP, podem, em outras palavras, falando cruamente agüentar prejuízos durante alguns anos no Brasil, porque fazem os lucros em outro lugar, inclusive em relação aos intermediários que vendem no Brasil. Já a empresa nacional que só atua no País, diante de uma política de redução de lucros ou até de prejuízos, acaba se entregando para ser comprada, por iniciativa própria pela empresa multinacional. Ela desaparece por esse motivo também. Há outros fatores, obviamente, mas acho que basta citar esses dois para mostrar a precariedade da atuação política em relação ao setor que temos tido no País.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — Professor Kurt, esses 85% de participação dos capitais externos são feitos, ao que me consta, através de 80 laboratórios, enquanto os 15% no Brasil o são por 400. Se criássemos aqui leis ou condições para esses capitais nacionais se congregassem no setor ordenadamente, e com interesse para todos, V. S.^a não acha que não seria um passo mais decisivo no sentido de, dentro de algum tempo, fazermos a reversão desse posicionamento de capitais?

O SR. KURT POLITZER — Ai há duas maneiras de se olhar o assunto. A Associação de Laboratórios Farmacêuticos, quando se fala num número grande, de 400 e tantos, são laboratórios farmacêuticos, são aqueles que formulam o medicamento final, não são os produtores dos princípios ativos. Então, é preciso distinguir os dois aspectos.

Acho, pessoalmente, muito difícil que os laboratórios que manipulam apenas o produto final, mesmo congregados em número razoável, tenham condições para se verticalizarem no sentido da matéria-prima; acho mais fácil que ocorra o oposto, que empresas de natureza química, que conheçam o aspecto químico, possam se verticalizar no sentido de pene-

trarem no mercado, como, aliás, acaba de fazer a Norquiza, para dar um exemplo muito interessante, que começou na parte de produção de intermediários, evoluiu para a produção de fármacos e acaba de entrar, através de uma associação onde ela, Norquiza é majoritária, mas como empresa estrangeira, acaba de se colocar no mercado quer dizer, com a posição de entrar em competição no mercado final com as firmas multinacionais que aqui estão.

Acho que esse processo é mais viável e mais pragmático do que o oposto. Inclusive porque o oposto já foi tentado sem sucesso. Houve uma tentativa, anos atrás — parece-me que eram 11 ou 12 laboratórios — de se congregarem e entrarem no setor produtivo. Isto não teve nenhum efeito prático, embora na época contasse com a boa vontade governamental.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — Essa sugestão foi feita apenas por curiosidade, porque se isso fosse possível seria, hoje, através de incentivos, porque pela Constituição que ontem aprovamos, o Estado poucas condições tem de interferir em determinados setores. Qualquer atividade hoje, no Brasil, é livre e só em excepcionais condições pode o Estado intervir.

Mas, professor, como está sendo encarada, no Brasil, a produção dos novos fármacos, sobretudo baseados na biotecnologia? Como é que isto está sendo encarado aqui no País?

O SR. KURT POLITZER — Infelizmente, não está sendo encarado. Essa que é a realidade. Nada está sendo feito de real, de prático, para que alguma coisa aconteça. Nada vai acontecer na posição em que estamos. A coisa vai ficar como está, e vamos aumentar a nossa dependência externa. A medida que surjam novidades e se não participarmos dessa ação, é óbvio que a nossa dependência aumenta. Sem uma reversão desse quadro, sem uma atuação enérgica — e parece-me que a Constituição aprovada prevê situações excepcionais —, embora haja uma abertura total, filosófica, há situações em que pode haver alguma intervenção maior do Estado para proporcionar condições de consolidação de um determinado setor considerado importante.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — V. Ex.^a falou que não há mais patentes. O Brasil não as respeita mais?

O SR. KURT POLITZER — Não, o Brasil aceita patentes, exceto em alguns campos, como o de produtos farmacêuticos, de ligas especiais, do setor alimentício e no setor nuclear.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — Não, mais neste setor específico de fármaco...

O SR. KURT POLITZER — Não há. Desde 71 não há. Pelo Código da Propriedade Industrial que existe, não há patente para o setor. Quer dizer, a cópia é livre no País.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — Mas há setores que estão tentando, através de grandes

organizações, estabelecer isso, essas novas patentes. Como é que V. S.^a vê a possibilidade ou não da introdução de patentes neste setor? O que seria interessante, que posição tomaria o Brasil, neste nível: admitir isto ou ser manifestamente contrário?

O SR. KURT POLITZER — Há duas situações. Uma, ideal e outra, pragmática. Acho que a situação ideal seria manter o que existe hoje, em matéria de ausência de patente. Entretanto, é preciso reconhecer que o País sofre pressões enormes, é um país com dependência, porque tem uma enorme dívida e outras situações, e sofre pressões contínuas para que adote alguma forma de patente. Acho que se essas pressões, do ponto de vista pragmático, não do ponto de vista ideal, chagarem a um ponto tal de se tornarem irresistíveis, eu diria que o País deveria adotar, dentro de certas condicionantes, patentes de processos para a indústria farmacêutica, e não patentes de produtos, patentes de processos dentro de um horizonte de tempo preestabelecido, de não menos do que 6 ou 7 anos, a partir da modificação da lei, porque isto teria de passar pelo Congresso, e mais, que houvesse uma agilização das disposições que hoje estão incluídas na Lei de Propriedade Industrial de Licença Obrigatória que o País tem, como outros países, como a Inglaterra.

Uma agilização, também, do item da caducidade requerida, isto é, os dois itens querem dizer o seguinte: licença quer dizer que se o detentor da patente — se houvesse patente — não industrializar o assunto dentro de três anos, então ele pode ser obrigado a conceder uma licença a quem o queira. Se o interessado não chegar a entendimento, então o Instituto Nacional da Propriedade Industrial pode intervir e estabelecer as condições para essa licença. E, se apesar disso tudo, não houver uma licença que implemente a produção no País, então, decorridos 4 anos do registro, poderá haver o requerimento, de qualquer interessado, pela caducidade desta patente, o que a tornaria livre para que qualquer um usasse o processo patenteado.

Isso pressupõe alguns outros aspectos, um dos quais eu não vou entrar, porque há, aqui, pessoas muito mais qualificadas para dele tratar, que é a agilização da justiça, porque entendendo que se uma empresa nacional, na base de uma legislação que incluía patentes de processo, fizer uma modificação de processo para fugir a uma determinada patente, poderá haver uma ação cautelar da empresa estrangeira que é detentora da patente e paralisar a produção enquanto a justiça procede. Como a justiça, me parece, no Brasil é bastante lenta, a empresa vai morrer antes da justiça se pronunciar.

Do ponto de vista prático, isso seria uma dificuldade muito séria a enfrentar. Há este ponto a ser considerado, teria de haver alguma forma que desconheço, do ponto de vista do Judiciário, para agilizar.

O outro aspecto que acho fundamental, é que o órgão quem administra a legislação, que é o Instituto Nacional da Propriedade In-

ustrial, deveria ter uma reestruturação, maior possibilidade de admitir pessoas altamente competentes, porque hoje há pessoas competentes, mas acho que em número insuficiente para, no caso de haver uma patente de processo, poder, agilmente, rapidamente, tomar aquelas providências que se tornariam extremamente necessárias.

Resumindo: acho que, idealmente, seria manter a posição. Pragmaticamente, acredito que seremos levados, mais cedo ou mais tarde, porque as retaliações americanas já estão decididas, não há mais como voltar atrás. Então, é provável que, dentro de algum tempo, há haver necessidade de uma negociação, na qual se poderia basear em uma concessão futura de patentes de processo, mas com essa série de condicionantes que citei.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — Professor, é significativo que o seu depoimento, que é o primeiro desta Comissão, esteja sendo tomado hoje. Ontem promulgamos a nova Constituição e ela passou a vigor a partir de hoje. Asseguro a V. S^a que o Judiciário no Brasil, a partir de hoje, é outro. Se há um setor que mudou foi este, inclusive no que diz respeito à brevidade, à rapidez. Alguma coisa dependerá de regulamentação, mas a situação é diferente: ninguém hoje prevalecerá sobre o Judiciário apenas para alongar privilégios ou vantagens. Então, Professor, também dentro do contexto constitucional que hoje entra em vigor, esta Casa, o Congresso passou a ter outros poderes ou atribuições, porque de 64 para cá esta Casa existiu apenas para dar um apanágio de legalidade à inserção que prevaleceu no Brasil. Até ontem este Congresso existia para coonestar atos da ditadura, arranhos de setores de extrema-direita que surgiram e se mantiveram ao longo desses anos para manter privilégios e criar grupos e vantagens inclusive para setores externos.

Então, com a sua experiência de professor, de homem de empresa, o que nós do Congresso, que hoje pode gerar, formular novas leis, criar novas condições políticas inclusive no setor econômico, o que nós do Congresso Nacional poderíamos fazer para que a indústria nacional, a química fina, passasse a ter uma grande importância no País para os empresários brasileiros, mas sobretudo para os usuários finais dessa medicação produzida?

Feita esta pergunta, Professor, encerro com os meus agradecimentos a V. S^a Estou plenamente satisfeito, porque V. S^a abriu uma luz para mim nesta clareira que não será fácil percorrer.

O SR. KURT POLITZER — Não sou especialista em aspectos de legislação. Deste modo, é provável que eu diga alguns absurdos. A meu ver, está nesta Casa para ser apreciado um decreto-lei de política industrial, que, conforme tive ocasião de colocar, apresenta alguns aspectos que, pela sua generalização, são inadequados ao setor específico ao qual nos estamos referindo aqui. Então, parece-me que mereceria haver um destaque, em qualquer legislação que se adote, para setores que demandam aspectos específicos que não po-

dem estar dentro da generalidade de uma legislação que não diferencia um setor, um sub-setor do outro. Do ponto de vista de legislação, parece-me que há aí uma tarefa que está no Congresso para ser apreciada e deve haver prazos para que esse decreto-lei não seja aprovado simplesmente por decurso de prazo. Isto a mim me parece; volto a dizer que não sou entendido nesses aspectos. O que sei é que houve uma tentativa de leitura, mas que não tinha quorum e que, portanto, o tempo parece que ainda não recomeçou a ser contado. Essa era a situação.

Outro ponto é um específico que citei: ainda agora baseia-se todo o desenvolvimento setorial em uma portaria interministerial que, pela sua própria natureza, é muito frágil. Portanto, parece-me que novamente haveria lugar para alguma legislação de caráter específico aplicada ao setor.

Em terceiro lugar, penso que, dentro de um horizonte amplo, para que o país possa ter uma posição sólida neste setor, é preciso que haja o reconhecimento da essencialidade e da importância fundamental do esforço de pesquisa e desenvolvimento, que ou nós o fazemos, ou ninguém o fará por nós. Isso significa que certos incentivos, que hoje são bastante modestos, deveriam novamente ser diferenciados para que aqueles setores que exigem outros níveis sejam adequadamente contemplados.

Esta seria a colocação. Muito obrigado!

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — Sr. Presidente, o Relator está satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — A palavra está à disposição.

Concedo a palavra ao Senador Pompeu de Souza.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, eu gostaria de começar dialogando com o professor. Gostaria de felicitá-lo e congratular-me com esta Comissão por havê-lo convocado em primeiro lugar, porque S. Ex^a alia o conhecimento científico ao conhecimento pragmático. O problema, a ciência, a visão científica e a empresarial, isso é o que nos precisamos, acima de tudo.

Serei o mais breve possível, já tivemos muito tempo gasto até agora. Vou fazer duas perguntas no campo que me parece o fundamental, que é o campo da pesquisa, que mesmo para incorporação de qualquer pesquisa científica, industrial ou tecnológica, para ser mais genérico, sem um mínimo de capacidade, nem incorporação, nem cópia se pode fazer.

Pergunto ao Professor se a política do Ministério da Educação, através da CAPS, é satisfatório no sentido após a graduação, sobretudo na área de PHD, em universidades de mais alto nível do conhecimento científico e tecnológico? É satisfatório essa política? Agrego uma pergunta da mesma área, que seria a seguinte: iniciativas assim celulares, setoriais, como por exemplo, essa de estimulação através desse prêmio "Jovem Cientista", tem uma importância correspondente ao que é necessário se criar já, quer dizer, nos estágios ante-

riores, uma pré-capacitação, que torne realmente produtiva a capacitação em mais alto nível? É a primeira pergunta que eu gostaria de fazer a V. S^a.

O SR. KURT POLITZER — Se me permite, eu gostaria de projetar uma transferência, para elucidar melhor o assunto.

O esforço nacional da Karsten e de várias universidades no País, no sentido de uma pós-graduação adequada e o envio de estudantes ao exterior para o doutoramento, não há dúvida de que é uma fator de extrema importância. Agora mesmo, o Ministério de Ciência e Tecnologia, através do setor de química fina, concedeu um programa de recursos humanos que contempla um número bastante acentuado de bolsas com essa mesma finalidade. O que projetei aqui é apenas no sentido de que, sem tirar qualquer importância à formação do recurso humano, neste aspecto da formação acadêmica, quer mostrar que ela, isoladamente, não resolve. É preciso que haja outros complementos.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Talvez eu pudesse adiantar a segunda pergunta.

O SR. KURT POLITZER — Pois não!

O SR. POMPEU DE SOUSA — Preparava isso como segunda pergunta, mas acho que pode ser um adinículo a essa primeira pergunta, que é a porcentagem de pesquisa universitária, portanto, pesquisa supostamente desinteressada, e pesquisa industrial no Brasil está sendo feita, ela está sendo não só conveniente ao País, como também equilibrada? Porque é preciso que haja uma participação também do empresariado, uma participação grande nesse terreno. Então, eu gostaria de ouvir V. S^a e, já que o assunto vai conduzir para isso, adianto a minha segunda pergunta.

O SR. KURT POLITZER — Está ótimo. É exatamente nesse sentido que ocorreu essa transferência. Ao lado da pesquisa científica básica, que é proporcionada por essas pessoas que foram buscar um PHD no exterior ou obtivemos aqui no País, há necessidade dos outros aspectos. Quer dizer, a pesquisa aplicada, e mesmo a pesquisa básica orientada, suscitada pelas necessidades de conhecimento que a pesquisa aplicada determina, como o próprio desenvolvimento e o conhecimento da globalização dos fatores de produção para implementação em caráter industrial, que é o papel do empresário. Então, sem o pesquisador básico, sem também os pesquisadores aplicados e sem a compreensão do empresário para a importância desses aspectos todos, o pesquisador básico fica desamparado. Tanto isto é verdade que muitos dos nossos melhores pesquisadores retornam ao exterior onde estudam, por que encontram lá um ambiente adequado ao exercício e ao desenvolvimento dos conhecimentos que foram adquiridos. Então falta-nos, essa que é a minha colocação, o entrosamento entre a pesquisa básica e a pesquisa aplicada que nas nossas universidades tem sido tentada, mas acredito que com um sucesso ainda muito limitado.

Algumas universidades — e posso citar algumas — onde isso tem tido algum sucesso, em certa época, por exemplo, no tempo do Zeferino Vaz na Unicamp, isso funcionou. Hoje está se tentando novamente articular uma ação desse tipo na Unicamp, houve um intervalo em que nada aconteceu; São Carlos está funcionando...

O SR. POMPEU DE SOUSA — V. S^a acenou muito bem o exodo de cérebros que tem havido nesse terreno por falta de ambientação nacional. Inclusive há uma coisa que jamais eu me conformo; é que quando fundamos a universidade de Brasília, nós pretendíamos fazer dela realmente uma universidade renovadora do conhecimento e da pesquisa. E temos perdido homens como, por exemplo, Roberto Aureliano Sauberon, que trouxemos de volta ao Brasil e que teve de refletir mais uma vez. É coisa que jamais me conformo. Desculpe a minha exaltação, por que essas coisas me deixam muito revoltado.

O SR. KURT POLITZER — Não, V. Ex^a tem toda razão.

O que eu quis mostrar aqui é que, enquanto o pesquisador básico é motivado pelos aspectos que ali estão, pela sua curiosidade, pelo aspecto de participação no ambiente acadêmico internacional, o empresário será motivado pelo reconhecimento das oportunidades de mercado que ele detecta. E se não houve situações que dêem a ele certa dose de segurança em relação à permanência deste mercado, ele não fará o esforço que é absolutamente essencial para complementar esse trabalho de pesquisa-base, com os trabalhos de pesquisa aplicada ao desenvolvimento.

Não sei se respondi à pergunta. Posso entrar em maiores detalhes, se achar conveniente, do ponto de vista de gastos, por exemplo.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Portanto, o Professor acha absolutamente insatisfatória a ação governamental nesse terreno. E também a ação empresarial não deve ser satisfatória.

O SR. KURT POLITZER — Mas que é, em grande parte, decorrência de uma falta da política industrial que dê ao empresário uma certa dose de segurança, quer dizer, risco ele tem de correr, mas ele quer uma certa dose de segurança de que pelo menos o mercado estará ali e permanecerá para ele.

O SR. POMPEU DE SOUSA — E qual, vamos dizer, o grau de interesse de iniciativas setoriais, como por exemplo mencionei o tal prêmio "Jovem Cientista"? E em relação à capacitação, vamos dizer, há um aspecto de pré-capacitação ao alto nível? Está funcionando bem ou não? Quero saber se está funcionando.

O SR. KURT POLITZER — Não, isso funciona na parte de pesquisa científica básica. Na parte aplicada o ambiente da pesquisa aplicada e do desenvolvimento é na empresa. É assim no mundo inteiro.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Mas tem a pesquisa básica e a pesquisa aplicada.

O SR. KURT POLITZER — Bom, isso é discutível, porque pode-se começar pela básica e o fator indutor da aplicada provir da básica ou pode a pesquisa aplicada induzida pelo mercado suscitar a básica. No caso brasileiro, estamos em um estágio em que é mais fácil que a oportunidade de mercado, exigindo uma pesquisa aplicada, mostre lacunas no conhecimento que por sua vez gere a necessidade da pesquisa básica. A pesquisa básica que nós podemos conduzir normalmente é aquela de acompanhamento que se faz no resto do mundo, mas não de caráter inovatório.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Vou encerrar a minha participação, pela minha viuvez em relação à universidade que eu fundei e que agora estão pretendendo recuperar, a Universidade de Brasília. Neste terreno, eu conversaria o resto do dia com V. S^a sobre este assunto de pesquisa e quero agradecer os subsídios que trouxe ao meu conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Concedo a palavra ao nobre Senador Afonso Sancho.

O SR. AFONSO SANCHO — Professor, faz-se uma acusação às empresas multinacionais de que os custos de fabricação dos seus produtos são quase o dobro dos custos de fabricação dos produtos nas empresas nacionais. Eu perguntaria a V. S^a se comunga deste pensamento ou se estes custos estão em função dos produtos que as empresas multinacionais fabricam?

O SR. KURT POLITZER — Acho que temos de reconhecer que na indústria farmacêutica o preço não está ligado a custo. Este é o primeiro ponto. Em outras palavras, se amanhã alguém descobrir um medicamento adequado para Aids, por quanto ele poderá vender? Quer dizer, quanto valerá um grama deste medicamento, não terá nada a ver com o custo de produzi-lo, não há relacionamento entre custo e preço, o preço é aquilo que o mercado admitir e durante algum tempo o preço, provavelmente, será extremamente elevado em relação ao custo.

Quanto ao aspecto de diferenças de custo, entendo que no País, entre produção por empresa nacional e empresa estrangeira, em relação a custos proporcionais não acredito que haja diferença nenhuma. Quer dizer, os insumos são aqueles e são os mesmos insumos, não pode haver diferença. Onde poderá haver diferença é nos custos fixos, nos custos administrativos onde, em geral, uma empresa maior talvez tenha custos administrativos muito maiores e na obrigatoriedade de uma recompensa aos investidores em uma escala talvez bem mais elevada do que seria justificável em função do investimento realizado. Então, nos custos proporcionais, aqueles que facilmente são detectados e que são diretamente controláveis, por exemplo, pelo CIP, não pode haver diferenças substanciais. O ponto, talvez, é que como em geral tanto as empresas nacionais, quanto as empresas estrangeiras no Brasil não têm uma verticali-

zação total, elas dependem da importação de insumos, importação de intermediários e não há propriamente um preço chamado internacional para estes intermediários. Dependê de quem fornece. E muitos deles não estão disponíveis no mercado internacional, porque quem fabrica o produto final não tem interesse de vender o intermediário que é, digamos, metade do caminho. Ele prefere usar este intermediário para ir ao produto final e vender este produto final. Então, eu não tenho uma percepção nítida de diferenças substanciais nos custos proporcionais. Nos custos fixos tudo pode acontecer e aí depende da política de cada empresa.

O SR. AFONSO SANCHO — Professor, tem uma pesquisa que foi realizada por uma empresa, e eles acusam exatamente, isto. Eu, na vida particular, como empresário, achei simplista esta conclusão, porque uma empresa multinacional pode fabricar um produto que a empresa nacional não fabrica. Então, aqueles custos de matéria-prima podem ser bastante mais altos mas o certo é que há inquietação. Com a autoridade que V. Ex^a tem, eu gostaria que aclarasse aqui, para a nossa Comissão e para os presentes, se realmente merece consideração essa afirmação.

O SR. KURT POLITZER — Eu tenho grandes dúvidas sobre essa afirmação, porque, como disse, nos custos proporcionais não vejo como possa haver diferença. Os custos proporcionais derivam dos rendimentos do processo adotado. Ora, não vejo por que uma empresa nacional teria um rendimento superior, numa reação química, por exemplo, àquele rendimento no processo adotado pela empresa multinacional. Na melhor das hipóteses, seria igual; é provável, até, que fosse pior; se for um trabalho de caráter imitativo pode até ser pior. Agora, nos custos fixos, aí tudo pode estar, aí depende da colocação de cada empresa. Por exemplo, se uma empresa multinacional tiver que pagar uma taxa administrativa alta à sua matriz e incorporar isso no custo fixo, que ela vai alocar, então, sobre toda a produção; então, a produção será onerada por este tipo de custo fixo. Agora, aí só uma análise pormenorizada de caso a caso é que, realmente, poderia dar a resposta. Acho que generalizar neste aspecto seria uma temeridade.

O SR. AFONSO SANCHO — Aproveitando a oportunidade, o senhor não acha que os preços dos produtos farmacêuticos também são acrescidos em face de um excesso de amostra que é proporcionada aos compradores?

O SR. KURT POLITZER — Acho. Há anos atrás, no Congresso, em 1975, houve uma Comissão que investigou esse assunto, e eu participei como expositor, na ocasião, e me coloquei radicalmente contra o chamado propagandista. Porque o propagandista, para o laboratório farmacêutico, representa um custo elevadíssimo. Agora, se o laboratório tem 100 propagandistas, o outro também terá que ter, porque senão perde o mercado. O que se

discutia na época era suprimir a figura do propagandista, como alguns países fazem, em alguns países é proibido. O propagandista é quem leva a amostra, de um modo geral. Assim, não só está aí embutido, obviamente, o salário dele e os custos que ele representa, como as amostras também. O Congresso houve por bem não apenas adotar o propagandista, como até dar todo o manto jurídico para uma classificação desta profissão. A minha opinião era de que não deveria havê-lo.

O SR. AFONSO SANCHO — Como última indagação. Poderia ser criado dentro de um laboratório produtos populares, onde os preços cairiam, em face do não uso de uma embalagem sofisticada como a que existe?

O SR. KURT POLITZER — É o que faz a Ceme. A Ceme quando compra uma matéria-prima, quando compra um fármaco, manda fazer o medicamento em laboratórios vários, principalmente os laboratórios governamentais, e às vezes também em laboratórios particulares, de empresas privadas, mas com um tipo de envólucro, um tipo de apresentação simplificado. Países socialistas adotam uma uniformização total de apresentação e que é extremamente simples, o que, obviamente, acarreta uma redução de custo. Agora, este é um aspecto que influi no custo. Não há a menor dúvida e, às vezes, influi mais do que o princípio ativo, em certos casos; e o outro é o aspecto do propagandista e da distribuição de amostras; são elementos de custo bastante significativos.

O SR. AFONSO SANCHO — Estou satisfeito, Sr. Presidente. —

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Com a palavra o Senador Severo Gomes.

O SR. SEVERO GOMES — Professor Kurt Politzer, na sua exposição, abordando a questão do CIP e de como o controle dos preços pode criar obstáculos maiores para as empresas nacionais do que para as grandes empresas, até porque o mercado brasileiro é apenas uma pequena fração do conjunto dessa operação em termos mundiais.

Mas o senhor também faz referência a outra questão que permitia a essas empresas multinacionais uma maior defesa com relação ao tabelamento, que é a questão dos intermediários que eventualmente essa empresa importa. A minha pergunta seria a de que ela poderia, segundo o que entendi, estar importando por preços onde já estaria embutido um lucro para a matriz, evidentemente, revogando a nossa lei de remessa de lucros, quer dizer ela pode ter prejuízos em cruzados, por virtude até do tabelamento do CIP, mas já na importação dos intermediários ela estaria realizando o seu lucro. Pode se entender, dessa maneira, mesmo porque a chave inicial da nossa Comissão se volta muito para essas questões.

O Senhor também fez referência aos avanços da indústria química, na Suíça e na Alemanha, com relação às patentes, que na França teria um tratamento diferente. Pergunto se há alguma relação entre o nosso tratamento e

o que havia, vamos dizer, com relação às vantagens que a Suíça e a Alemanha tiveram sobre outros países.

O SR. KURT POLITZER — Bom, há uma série de estudos feitos pelas Nações Unidas, por várias organizações, tentando enfocar a questão de preços dos intermediários. É uma questão muito difícil, por que qual é o preço justo do intermediário? Repentinamente, surgem preços, às vezes, de intermediários mais baratos, como tivemos durante um período longo na produção italiana até que a Itália, pela entrada no Mercado Comum e por uma interpretação da lei italiana, pela Suprema Corte da Itália, foi obrigada a reconhecer patentes. Até que isso acontecesse, havia, na Itália, uma produção bastante acentuada tanto de medicamentos finais quanto da verticalização total, e a Itália colocava intermediários no mercado internacional a preço bem menor do que aqueles que eram os importados pelas multinacionais. Com a adoção de patentes na Itália, este caminho está cercado.

Outro país que também tinha liberdade de ação, a Espanha, a partir de 1992, com a integração no Mercado Comum, estará na mesma situação, e tanto empresários italianos quanto espanhóis estão procurando outros territórios, por exemplo, o Brasil, para instalarem, produções, fora, portanto, das obrigações das patentes.

A caracterização de um chamado preço exagerado do intermediário, só pode ser feito, portanto, em comparação com esse mesmo intermediário fornecido por outro alguém, a alegação da multinacional de que o seu intermediário está com o preço justo é de que aquele produtor do intermediário, que o faz por cópia de uma patente, não tem os custos de desenvolvimento que levaram à patente. Este é o argumento contrário ao uso de valores menores aos intermediários. Em última análise, acho que a única maneira de, efetivamente, se ter uma redução desse aspecto, ou seja, de ele não preocupar tanto como tem preocupado, é a internação da produção e, predominantemente, por empresas nacionais. Com isto, estes aspectos vão perder a dimensão que hoje têm, porque de outra forma este controle se torna excessivamente difícil, não há base de comparação sólida que se possa usar. Então, a dificuldade reside aí e parece-me que a medida correta é o incentivo ao desenvolvimento da indústria local, predominantemente nacional neste setor, adequadamente verticalizada, de modo que não haja necessidade de importação de intermediários, ou só de alguns poucos, mas não no nível que isto hoje é feito. Quanto à influência de situação de patentes, para onde se dirige a produção, este caso que citei é extremamente interessante, porque, na época, isso há muitos decênios, a legislação francesa sobre patentes era muito rígida e a Suíça era muito aberta e causou uma transferência de atividades industriais francesas para a Suíça, que foi responsável pelo importante surgimento de uma indústria farmacêutica na Suíça. E a Alemanha, também na época, tinha uma abertura

bastante grande em relação à questão de patente.

O Brasil onde tem patente, quer dizer, não tem no setor farmacêutico, mas onde tem, o Brasil é extremamente rígido, nós não temos a flexibilidade que tem por exemplo, o órgão correspondente nos Estados Unidos, que age muito em função de interesses políticos e econômicos do País e muito menos em função da letra da lei. Nós agimos muito em função da letra da lei e muito pouco em função dos interesses econômicos e políticos do País.

O SR. SEVERO GOMES — Professor, esta revisão de que a internação dessa produção seria o caminho adequado, coloca uma questão: se amanhã nós tivéssemos produzindo fármacos, internamente, as empresas estrangeiras criariam dificuldades para adquirir internamente esses fármacos ou isso aí seria um processo fácil.

O SR. KURT POLITZER — Eu acho que é muito fácil, é só a CACEX não permitir a importação daquilo que for fabricado no País.

O SR. SEVERO GOMES — O senhor abordou aí a questão das patentes que nos interessa muito, mesmo porque o Brasil está sob permanente ameaça. Acontece que as regras estabelecidas, decorrem de uma lei, quer dizer, uma alteração de rumos demandaria de que o Congresso Nacional fizesse uma lei nova e aí seria um debate muito amplo onde há questões políticas relevantes. Mas a minha indagação é: dentro da lei atual, o Executivo teria modos de evitar, vamos dizer, a sua aplicação rigorosa ou a lei é suficientemente clara para nos dar uma tranquilidade, pelo menos no momento?

O SR. KURT POLITZER — A lei é completamente clara nesse aspecto.

O SR. SEVERO GOMES — A questão da caducidade na hipótese das patentes de, amanhã, buscarmos uma solução intermediária, embora eu tenha a impressão de que há uma opinião dominante no Congresso Nacional a respeito das virtudes da lei atual, no caso de onde se permite, vamos dizer, a patente, o senhor poderia informar se acontece com muita frequência o registro da patente, mas não a fabricação, quer dizer, na verdade o registro da patente serviria apenas para impedir a fabricação nacional de produtos químicos, como ocorre no caso de herbicidas ou fungicidas?

O SR. KURT POLITZER — É muito comum que o registro não leve à implementação industrial e o uso do que a lei permite, que são os parágrafos referentes à licença obrigatória e a caducidade, têm sido invocados muito raramente e implementados ainda mais raramente.

O SR. SEVERO GOMES — Eu imagino que haja, vamos dizer, distâncias variáveis com relação a determinados medicamentos entre o preço do fármaco e o preço do produto final. Mas para nós temos uma idéia de grandeza, quer dizer, qual é a relação do preço dessas

matéria-prima fundamental e o preço do produto final, das ordens de grandeza dessa distâncias?

O SR. KURT POLITZER — É difícil definir, porque a variação é muito grande. Há casos em que o medicamento final é mais ou menos duas vezes o preço do princípio ativo. De modo que não há uma regra e eu acredito que o preço é aquilo que o mercado admite, não há, como eu disse antes, uma relação entre mercado custo e preço, não há necessariamente, quando não há uma posição competitiva, no caso. Há uma cartelização do mercado com distribuição desse mercado entre algumas empresas que o dominam.

O SR. SEVERO GOMES — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Com a palavra o Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Aqui ouvimos falar do real e falar do ideal. É possível até que eu cometa algumas gafes, porque cheguei um pouco atrasado por forças das circunstâncias de ter que presidir o Congresso Nacional e só fui liberado, praticamente, meia hora após. Mas vamos conversar um pouco sobre o real.

Há uma preocupação muito grande em se fazer uma indústria de base farmacêutica, para que pudéssemos suprir o mercado nacional com os nossos próprios produtos, através do incentivo da química fina e da pesquisa. Mas o que estamos sentindo é que estamos querendo reinventar a roda, estamos correndo atrás das outras pesquisas, e o senhor mesmo acaba de nos afirmar que o que se tem feito no Brasil é, similar, copiar e não se criou nada além do que já existe no exterior.

Ora, se a coisa funciona assim, evidentemente que temos que traçar um projeto prático, objetivo. Temos que pensar em termos de saúde do País, saber quais são os produtos essenciais, quais são os produtos básicos e procurarmos orientar as pesquisas no Brasil para que elaboremos esses produtos essenciais. E deixarmos esses produtos excepcionais para aqueles grandes laboratórios que fazem as suas pesquisas. Essa será uma segunda etapa do nosso desenvolvimento. Porque o que ocorre aqui no Brasil, é que a maioria dos nossos laboratórios, dos laboratórios brasileiros, eles não fazem pesquisas, são laboratórios de farmacotécnica, eles compram os produtos, manipulam e vendem. E ocorrem coisas interessantes. Li depoimentos de uma CPI sobre medicamentos, em 1980, em que o que constava na bula não correspondia ao que existia no remédio. Inclusive um laboratório multinacional foi denunciado na Câmara dos Deputados, para a Dr. Brandallice, de São Paulo, que quando ela usava um antileucêmico fabricado no País, ela não obtinha os mesmos resultados farmacológicos de quando ela usava o mesmo produto adquirido nos Estados Unidos da América. E o laboratório provou que o que ele continha era infinitamente menor que a dose de fármaco contido no produto manipulado no País.

Ora, tínhamos, então, a partir dessas premissas iniciais, — acredito, para sermos reais — tínhamos que, primeiro, dizer, o que queremos: quais os produtos básicos necessários para tratar as doenças conhecidas no País? Quais são eles? Como poderemos produzi-los? Já estamos produzindo a insulina, a nossa insulina ela é vista com uma certa forma sob suspeição. Tenho conversado com colegas clínicos e endocrinologistas, e eles acham que a nossa insulina não tem a qualidade e o padrão internacional exigido. E, eles, de quando em vez, preferem usar os Laboratórios Lilly e NPH e coisas desse tipo. Começamos a produzir ácido acetilsalicílico. Quando começamos a produzir ácido acetilsalicílico os jornais do País foram inundados com notícias dos graves problemas que o uso do ácido acetilsalicílico provoca: Problemas que nunca foram chamados atenção quando não o produziamos. E nós o estamos produzindo em associação com uma multinacional — como o senhor nos lembrou — e parece que ela nos fornece o fenol e, acredito, até, que esse nosso ácido acetilsalicílico pode sofrer um processo de *dumping*, porque se ele adquire um dos seus produtos intermediários, ele, possivelmente não poderá ser produzido pelos mesmos preços que são produzidos pelos laboratórios internacionais e, sendo mais caro e sendo posto em dúvida, é possível que o nosso ácido acetilsalicílico, se não for devidamente trabalhado, ele tenderá a não-aceitação por parte dos consumidores nacionais.

Então, a minha preocupação seria, inicialmente, essa: não correremos atrás da roda, não inventar o que já está inventado, mas procurarmos sintetizar e produzir aquilo que o Brasil vai necessitar. Tivemos, recentemente, uma crise muito grave com produtos biológicos: não se teve condição de se produzir, para atender as necessidades nacionais, o soro antiofídico e foi quase uma tragédia nacional, porque os nossos laboratórios não tinham condições. E as alegações foram as mais bizanhas, inclusive que não tínhamos cavalos em número necessário para inocular o veneno, colher o soro e preparar o soro antiofídico. O Vital Brasil, praticamente se desativou na produção de soro, na produção de vacina anti-rábica. Nós, de uma certa forma, desestimulamos a produção destas coisas que são básicas para as nossas necessidades.

Então, acredito que temos que ter uma nova política de medicamentos no Brasil. Poderemos com 300 a 400 fármacos curar ou controlar quase todas as nossas doenças conhecidas. Temos que estimular a pesquisa e formar pesquisadores. E vamos fazer isso que é o nosso dia-a-dia e preparamos também os nossos companheiros, aqueles que ficam no fim da linha, que são os médicos que prescrevem, para conhecer melhor a farmacologia e a terapêutica clínica. Porque ocorreu um fato muito interessante na formação dos médicos do Brasil. As nossas universidades tinham a cadeira de farmacologia clínica e a de terapêutica clínica. O estudante, ao terceiro ano, aprendia a conhecer as drogas, os medica-

mentos, suas indicações, suas contra-indicações. Posteriormente, ao final do curso, ele aprendia a examinar, diagnosticar e medicar o doente. Por motivos que eu desconheço, a cadeira de terapêutica clínica foi extinta na maioria das nossas universidades. Então, o que ocorreu? Passaram a ser professores de terapêutica clínica os famigerados representantes de laboratório. Então, os estudantes de medicina do Brasil, lamentavelmente, aprendem a receitar com os representantes de laboratório, que os abarrotam de amostras-grátis, literaturas, o mais das vezes facciosas, que tanto enaltecem as vantagens dos medicamentos, mas pouco dizem das suas contra-indicações.

Essa seria a minha visão prática, real do problema medicamentoso do Brasil, sem a preocupação maior com o problema da indústria, da importação, da exportação. Eu gostaria de saber como V. S.^a olha este problema V. S.^a concorda com essa minha visão? V. S.^a teria um pensamento diferente? Como é que V. S.^a poderia me auxiliar a entender melhor o problema do medicamento no País?

O SR. KURT POLITZER — A primeira colocação seria aquela de não reinventar a roda. Depende da roda. É roda de carroça de boi? É roda de um veículo última-palavra? Qual é a roda? Só se aprende a inventar a roda moderna, eficaz, começando pela outra. Não se aprende a pesquisar sem pesquisar. Então, se nós deixamos de fazer um esforço de pesquisa, nós jamais teremos capacidade e competência para pesquisar coisa nova. Eu tenho a impressão que eu não me fiz entender. Eu não disse que nós não iríamos fazer esforço de pesquisa. O que nós tínhamos que fazer era estabelecer dois patamares de pesquisa: um para elaborar aquilo de que nós necessitamos e — até frisei — o segundo patamar seria continuar a pesquisa. Nós não poderíamos correr atrás disso. Eu me lembro muito bem de quando se lançou Ampicilil no mercado. Incluiu-se o radical cloro e passou a ser Neosine. É lançado um produto no mercado, coloca-se o radical cloro, o radical potássio e começa-se a cantar as possíveis vantagens dessas modificações na colocação de radical na fórmula química. É essa corrida que eu penso que não podemos fazer. Nós temos que produzir os nossos produtos para as nossas necessidades básicas e a pesquisa será estimulada. Nós temos que fazer a roda nova, mas não a roda já feita.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — O que existe — como V. S.^a sabe muito bem — é a Rename, a relação de medicamento essenciais, que atende a algo como 95% dos casos do País. Mas essa lista é dinâmica. Ela muda no tempo, os produtos não permanecem os mesmos. De modo que mesmo para acompanhar a evolução daquela relação de medicamentos considerados essenciais, que são algo da ordem de uns 300 e tantos, há a necessidade de uma constante pesquisa, um trabalho constante de pesquisa. A competência para esse trabalho de pesquisa é a mesma competência que é necessária para alguma inova-

ção futura. É o mesmo tipo de gente, é a mesma formação, é a mesma competência. Mas competência esta que só evolui e só se consolida, quando se está trabalhando em pesquisa. Teoricamente, ninguém aprende a pesquisar. Não existe isso. Quanto às dúvidas em relação ao uso da aspirina, eu penso que não foram em relação a nossa produção, foi um problema internacional. Houve uma colocação de caráter internacional quanto aos efeitos que a aspirina poderia ter quanto ao nível de coagulação, etc.

Sim, mas não tinha nada a ver, isso foi feito no exterior, não tinha nada a ver com o Brasil.

Quanto a uma suposta qualidade inferior do nosso ácido acetilsalicílico eu não tenho conhecimento disso.

Quanto ao efeito do uso do fenol da Rhodia pela Carboron, para fazer ácido acetilsalicílico, não tem influência nenhuma, fenol é fenol. E o preço do fenol é competitivo, não há nenhuma incidência extra pelo fato de se comprar o fenol da Rhodia. A Rhodia, no caso, tem que respeitar os preços e respeita. Quanto à qualidade do produto, existe uma farmacopéia. O produto que não estiver dentro da farmacopéia, tem que ser condenado. Se alguém ludibriar, se alguém coloca uma concentração menor do que deve, isso é caso de Polícia, isso não é caso de desenvolvimento industrial, isso é um caso específico que deve ser, obviamente, combatido, mas no nível adequado. Acho que não é o caso de desenvolvimento tecnológico, é um outro aspecto a considerar.

O que me parece é que há uma impressão errônea de que pesquisar em relação a esses 300 e tantos produtos representa necessidade de competências muito diferentes do que aquelas competências para pesquisar, também, coisas novas. É óbvio que a gente não começa pelas coisas novas, a gente começa com uma pesquisa de caráter limitativo, modificando depois processos, para depois se lançar em produtos. Isso é o que todos os países sempre fizeram. Os Estados Unidos, até a última guerra, praticamente não tinha uma indústria farmacêutica, importavam os produtos, principalmente da Alemanha. Receberam muito, em função da última guerra, uma imigração maciça de cientistas que deram a base para que os Estados Unidos evoluíssem para onde estão hoje.

O Japão foi por um processo diferente. O Japão desde 1850 e poucos, desde a era Meiji, começou a preparar gente para poder, 100 anos depois, adquirir a posição que hoje tem, e ter a competência e poder fazer as inovações que faz e, hoje, está na ponta, por exemplo, em matéria de patentes. Hoje, o Japão é o número um do mundo em matéria de patentes e não era há 5 anos, estava longe de ser.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Patentes nesse setor ou de uma maneira geral?

O SR. KURT POLITZER — Eu estou falando de um modo geral. O Japão hoje admite patentes, também, em indústria farmacêutica de uns 10 anos para cá.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Só?

O SR. KURT POLITZER — Só de uns 10 anos para cá. Até, então, não admitia também. Quer dizer, quando atingiu essa maturidade então admitia patentes.

Mas acho que há uma colocação simplista quando se diz: não vamos reinventar a roda. O tipo de trabalho, inclusive não é para pesquisar nada de novo aqui, para absorver algo que se compra no exterior, o tipo de trabalho e o tipo de competência é o mesmo relativo à competência da inovação.

Então, se a gente não fizer isso, não fizer esse esforço, e é um esforço grande que tem que ser feito e não tem sido feito, nós jamais, nem daqui a 200 anos, estaremos inovando em setor nenhum deste tipo. Quer dizer, ou começamos e fazemos um esforço sério ou vamos ficar sempre dependendo da inovação dos outros.

Agora, diga-se só o seguinte: a tendência internacional hoje, nas tecnologias de ponta é não mais vender tecnologia, não mais licenciar, é manter, inclusive, essas tecnologias fora das patentes para não ter que divulgar aquilo que se encontrou. Essa é a tendência.

Eu estive, por exemplo, numa reunião, em Washington, onde esse assunto foi discutido e há uma tendência muito séria nas tecnologias de ponta de não mais patentear, porque patentear significa ter que divulgar algo.

Então, há uma tendência, há uma confidencialidade total para não divulgar. Essa é uma tendência nas tecnologias de ponta.

Então, daqui a pouco nós não teremos onde comprar, porque ninguém vai nos vender a tecnologia, nós estamos falando do produto; o produto vão nos vender, é lógico, mas não a tecnologia embutida na produção deste produto.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — Mas, professor, como é que medicamento pode ser vendido ou colocado no mercado sem que a sua fórmula seja previamente difundida, pelo menos nos setores técnicos que registram?

O SR. KURT POLITZER — Não, a fórmula é difundida, mas a fórmula não quer dizer o como se chega a ela. As vezes se chega, às vezes não. É um trabalho de pesquisa de processo.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Tenho a impressão, talvez porque tentei ser um tanto abrangente nas minhas funções que o senhor não tenha me entendido bem, mas fico muito grato pelas explicações. A mim não me acrescentaram coisa alguma, era assunto que eu conhecia a larga mão desculpe-me a imodéstia, dizendo assim — mas, foi interessante, porque os outros companheiros que aqui estão, que não são médicos, puderam perceber a profundidade e a gravidade do momento que nós estamos vivendo, nessa área tão específica.

O SR. KURT POLITZER — Se me permite, gostaria de acrescentar apenas um ponto. Um dos grandes problemas, em relação aos médicos, é que eles não conhecem o medicamento eles só conhecem o nome comercial. Por exemplo, nos Estados Unidos, hoje, em certos

estados — tenho até a publicação aqui — os medicamentos genéricos chegam a ocupar 45% do consumo. Por que isso é possível? Porque os médicos americanos sabem, conhecem o conteúdo químico dos medicamentos. Os médicos brasileiros, infelizmente, com algumas exceções, desconhecem esse assunto.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Foi o que lamentei, quando dizia que não entendia por que se tirava de uma faculdade de medicina a formação de terapeuta-clínico. Então, ele não conhece e o grande informador do médico — estou cansado de dizer aqui — é o propagandista, lamentavelmente.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Professor Kurt Politzer, nós, por uma questão técnica, não poderemos dispensar as transparências que V. Ex.^a apresentou. Solicitei a V. Ex.^a que colocasse à disposição da nossa assessoria essas transparências para que elas integrassem o Expediente que resultará dos nossos trabalhos aqui. E eu, antes de encerrar, gostaria de fazer umas pequenas e rápidas perguntas a V. Ex.^a

É verdade que existe uma tensão entre as empresas nacionais e as empresas multinacionais que operam no ramo dos medicamentos no Brasil? É verdade, não é, professor?

O SR. KURT POLITZER — Eu não sei o que o senhor denomina tensão, no caso, senador.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Quer dizer, uma luta de interesses. Não há dúvida. Eu pergunto se essa tensão tem produzido dificuldades, como por exemplo, a falta de medicamentos essenciais?

O SR. KURT POLITZER — Não. Não tem havido falta.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Não é verdade que, no caso de algumas infecções hospitalares, não dispomos de antibiótico adequado e esse antibiótico seria superacessível em outros países, como nos Estados Unidos, e estas infecções hospitalares geram, aqui, com tremenda celeridade, a morte de pacientes, enquanto que lá, eles são facilmente curáveis?

O SR. KURT POLITZER — Não, esses produtos estão à disposição para quem quiser comprá-los. Eles não estão aqui, no mercado, por falta de consumo. Mas estão disponíveis. Tanto estão que quando ocorre um fato desses, eles são importados às pressas.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Estranho um pouquinho, professor, por que tenho uma informação, que talvez não seja verdadeira, de que a própria Varig acabou criando um serviço especial, especialíssimo, para que, quando esses casos ocorressem, ela tivesse condições, as mais rápidas e eficientes possíveis, para trazer o medicamento. O que significa que o medicamento não está à disposição do brasileiro, no Brasil. Está à disposição do brasileiro, no estrangeiro.

O SR. KURT POLITZER — Não, mas aí o que eu disse; não está aqui por falta da demanda. Quando a demanda ocorre, então a Varig, ou quem quer que seja, o traz. O que quer dizer que ele está disponível em algum lugar.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — O que significa então que uma empresa nacional, se o seu produto não é imediatamente lucrativo, ela não tem interesse na comercialização dele.

O SR. KURT POLITZER — Não, se não há demanda, ninguém fabrica nada na ausência de demanda real, ou pelo menos, demanda potencial.

E, nesse caso, as demandas são maiores nos Países periféricos do que no País das multinacionais?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Quer dizer que lá eles produzem e aqui não?

O SR. KURT POLITZER — Se a demanda existe lá, alguém o fabricará. Se a demanda existir aqui, alguém fabricará.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Não, professor Kurt, quero colocar uma questão humana muito séria. O que quero dizer é que morremos na falta desses medicamentos e porque a nossa demanda é pequena e, conseqüentemente, do ponto de vista comercial, a produção não interessa à multinacional e as nossas empresas não sabem produzir o medicamento. Eles lá produzem, embora não seja lucrativo, porque eles lá são patriotas.

O SR. KURT POLITZER — Vou comentar sobre os de lá.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Pergunto também a V. S^a, Professor, a partir de uma colocação que suponho ter compreendido bem. Do ponto de vista das sugestões, V. S^a falou que a Portaria Interministerial nº 4 deveria ser convertida em lei. V. S^a quer dizer que ela deveria ser convertida tal como está ou carece de uma atualização, de uma ampliação? Porque V. S^a falou em uma das vantagens, que era de ordem fiscal, não é isso?

O SR. KURT POLITZER — Não, acho que não. O que eu disse é que ela proporciona uma certa ordenação na implantação de projetos no setor. Não disse, nem é a minha idéia de que ela simplesmente seja transformada em lei tal qual, acho que ela precisa ser aprimorada, ela é uma primeira iniciativa que foi tomada, a nível de portaria, mas, obviamente, para transformar isso em lei, acredito que ela deva ser aprofundada, estudada, para que a legislação seja tão adequada quanto possível.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Nessa questão de cobertura, de proteção estatal tenho aqui um relatório em minhas mãos que dá alguns exemplos interessantes, vou mencionar só um. Diz aqui que as multinacionais, segundo o relatório da United States Comition — esse relatório foi publicado em 1973 — fazem pesquisas utilizando as suas subsidiárias. E, consta aqui, afirma o relatório as suas multinacionais habitualmente financiam pesquisa e desenvolvimento, distribuindo seus

custos entre todas as filiadas. As nossas multinacionais têm subsidiárias. Pergunto se V. S^a tem algum conhecimento de que essas subsidiárias estejam patrocinando ou cooperando com o patrocínio de pesquisas nos países de origem das multinacionais?

O SR. KURT POLITZER — É óbvio que estão. Ao contribuírem para o lucro das matrizes estão colaborando para as pesquisas.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — E nós teríamos então uma resposta, uma defesa, que tipo de defesa podemos elaborar contra essa exploração?

O SR. KURT POLITZER — Aí é legislação, foge a mim.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — A nova Constituição — e é interessante colocarmos desde logo a questão — fala que a lei poderá, em relação à empresa brasileira de capital nacional, conceder alguns benefícios. As nossas empresas, ligadas a medicamentos, são de capital nacional, em regra?

O SR. KURT POLITZER — Não. Dissemos aqui que mais de 80% do mercado está em mãos das empresas multinacionais.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Não, mas as nacionais, o capital é nacional?

O SR. KURT POLITZER — Quando digo empresa de capital nacional, o capital é nacional.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — É nacional? Então, segundo a nova Constituição, existem algumas soluções, "podemos conceder proteção e benefícios especiais temporários, para desenvolver atividades consideradas estratégicas para a defesa nacional". Essa considero estratégica. Mesmo porque estamos vivendo num período que alguns cientistas chamam de pós-modernismo e que nesse aspecto, nesse ângulo, nessa dimensão se caracteriza por uma modificação, é que o imperialismo antigo se fez através da produção, da capacidade de produzir em cima da matéria-prima barata dos países colonizados. O imperialismo moderno está em cima do conhecimento. Essa é a transformação fundamental, a meu ver, da história do mundo. Hoje, se um país quiser ser imperialista, sê-lo-á através da tecnologia, do conhecimento da ciência. Desapareceu da ciência aquele aspecto da busca da verdade. Interessa a busca da mercadoria. O conhecimento hoje é uma mercadoria. Carrega-se a mercadoria no cérebro. Esse é o grande problema. Então, é justo que tenhamos que desenvolver não apenas aqueles medicamentos que são essenciais no Brasil, e o melhor possível, dentro das nossas possibilidades, uma tecnologia tal para que possamos deixar de ser dependente, isto é para que fuçamos de um novo tipo de imperialismo. Consta também da Constituição que poderemos estabelecer, sempre que considerarmos setor imprescindível ao desenvolvimento tecnológico nacional, entre outras condições e requisitos, o seguinte: "a exigência de que o controle referido se estenda às atividades tecnológicas da empresa assim enten-

dido o exercício de fato, de direito, o poder decisório para desenvolver ou absorver tecnologia".

O que quero dizer é que esse dispositivo pode vincular diretamente essas empresas nacionais às universidades; "percentuais de participação no capital de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou entidades de direito".

Existe apenas uma dificuldade, que foi colocada contra a minha idéia e não entendi o porquê, no sentido de que não poderão ser concedidos benefícios fiscais das empresas nacionais que não sejam também concedidas às multinacionais. Não entendi como é que essa coisa entrou aqui.

Estou satisfeito com as respostas, mas gostaria que V. S^a me dissesse algo a respeito da segunda sugestão. V. S^a falou em órgão coordenador. O que V. S^a está entendendo por órgão coordenador?

O SR. KURT POLITZER — Realmente recorro a V. Ex^a, com o conhecimento que têm de como implementar isto. O que noto é a falta de uma coordenação entre um número imenso de entidades governamentais que têm algo a ver com a problemática do campo farmacêutico. O que se nota, muitas vezes, é uma falta de visão homogênea dessa problemática, a tal ponto que uma agência governamental muitas vezes age de tal forma que contrarie a ação de uma outra.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — É porque isso talvez esteja dividido em diversos ministérios. Um pouco no Ministério da Previdência, outro pouco no Ministério da Saúde, etc. Realmente não pode funcionar.

O SR. KURT POLITZER — Exatamente. Posso dar-lhe um exemplo. O CIP não inclui na estrutura de custos despesa de pesquisa realizada no Brasil. Não é considerada elemento de custo. Por outro lado, há órgãos que incentivam a pesquisa, como o Ministério da Ciência e Tecnologia, cujo papel fundamental é esse. Há um antagonismo óbvio. E assim pode-se citar inúmeros casos em que há realmente uma falta de entrosamento, falta de algum órgão que estabeleça uma ação coordenadora a fim de que esses antagonismos pelo menos sejam reduzidos, não digo que sejam eliminados, e reduzidos às proporções adequadas.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — A rigor, V. S^a está sugerindo uma certa unidade na coordenação. Este órgão também não poderá ficar multidependente, depender do Ministério da Indústria e do Comércio, do Ministério da Previdência, tem que estar ligado a um ministério, se necessário for. Pergunto isso porque não queremos fazer uma simples indagação do que está se passando com os remédios. Queremos chegar à conclusão e dizer: no Brasil, é preciso fazer isso. E quando eles falam em órgão coordenador, todo mundo adora fazer órgão coordenador, porque é lugar de emprego, emprega mil pessoas e o órgão coordenador não coordena coisa nenhuma.

V. S^a falou também na necessidade de investimento em pesquisa. Esse investimento ligava-se diretamente às universidades?

O SR. KURT POLITZER — Não só às universidades como aos próprios centros de pesquisa. Temos inúmeros centros de pesquisa fora das universidades, temos centro de tecnologia, institutos de tecnologia e também empresas estatais e privadas que têm centros de pesquisa ou departamentos de pesquisa. Outros países subsidiam pesadamente inclusive as empresas privadas, países desenvolvidos. Na Alemanha, por exemplo, o governo subsidia a pesquisa na empresa privada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Acontece professor que temos particularidades muito tristes. Na Alemanha subsidia-se uma empresa e ele faz o que tem que fazer e assume isso como um compromisso moral, depois ela produz o que aprendeu.

Aqui no Brasil, subsidia-se e ela vende-se para uma multinacional. Posso lhe citar alguns casos. O Brasil dá o dinheiro para a empresa, a empresa cresce, desenvolve aquilo, e a multinacional compra-a e ela fica muito divertidamente ganhando o dinheirinho fácil; o dinheiro do povo. Precisamos vencer isso; é um problema de estrutura psicológica.

Fortalecimento das Cemes. Quais são os defeitos básicos que V. S^a encontra na organização da Ceme?

O SR. KURT POLITZER — O defeito básico é falta de verba dotação orçamentária insuficiente e liberação ainda mais insuficiente. Então, não há quem possa planejar nada. Esse é o grave problema e uma situação de fato. É a CEME, a meu ver, cumpre um papel importantíssimo neste País, ou deverá cumprir um papel importantíssimo, mas sofre atualmente dessa falta de prioridade nas dotações orçamentárias e ainda mais nas liberações correspondentes.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Estou satisfeito, mais o nobre relator deseja fazer mais uma pergunta.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — Uma última pergunta. Como está o nível técnico das universidades no Brasil e quais delas, duas pelo menos, nos poderão ser úteis aqui nesta comissão através de depoimentos de seus professores no setor de farmácia, ou coisa semelhante?

O SR. KURT POLITZER — Acho que temos várias universidades. Eu diria a Unicamp, sem dúvida; eu sugeriria São Carlos, uma universidade muito séria, inclusive com uma motivação pragmática muito forte; a própria USP, com um departamento bom na parte de farmácia; e várias outras; a UFRJ, Escola de Farmácia, Escola de Química da UFRJ, da qual faço parte. Há várias universidades onde V. Ex^a encontra núcleos bons.

O SR. SEVERO GOMES — Sr. Presidente, eu queria trazer apenas uma lembrança final. Já se discutiu muito da importância do desenvolvimento da pesquisa, do desenvolvimento tecnológico, e estamos estudando o orçamen-

to. Então, esse nosso debate deverá ilustrar o debate final para que, realmente, nós que temos poderes para mudar a alocação de recursos, tenhamos condições de fazer com que nesse capítulo da pesquisa básica, do desenvolvimento científico e tecnológico, operemos uma mudança fundamental. Temos poderes para isso, dependerá da nossa vontade.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Não havendo mais quem queira formular perguntas, deixo a palavra à disposição do Prof. Kurt para, se quiser, acrescentar alguma coisa.

O SR. KURT POLITZER — Agradeço a oportunidade que V. Ex^a deram-me de vir aqui e expor algumas idéias. Devo dizer que o assunto é muito mais complexo e profundo do que algumas horas de debate podem realmente significar, e estou totalmente à disposição para, se houver interesse, aprofundar um ponto ou outro no futuro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Prof. Kurt, precisaremos de V. S^a e dos conhecimentos que tem, e até gostaria que V. S^a fizesse um levantamento a nível universitário dos trabalhos que existem a respeito do assunto para que possamos enriquecer as sugestões que levaremos a conclusões que acreditamos indispensáveis ao futuro do Brasil.

Muito obrigado pelo comparecimento. Está encerrada a reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Destinada a "investigar indícios de fraude na importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos, por empresas multinacionais, e os possíveis desdobramentos da atuação dessas empresas no País, inclusive a desnacionalização do setor e a desmesurada elevação dos preços de medicamentos".

4ª Reunião, realizada em 22 de novembro de 1988

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e dois de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e oito, na sala de Economia, presentes os Srs. Senadores Divaldo Suruagy, Presidente, Afonso Sancho, Leite Chaves, Relator, e Pompeu de Sousa, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a "investigar indícios de fraude na importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos, por empresas multinacionais, e os possíveis desdobramentos da atuação dessas empresas no País, inclusive a desnacionalização do setor e a desmesurada elevação dos preços de medicamentos".

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida é aprovada.

Dando início a reunião, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos e convida o depoente, Sr. João Luiz Ferreira Soares, Presidente da Abifarma, para prestar o juramento de praxe e, em seguida, concede-lhe a palavra.

Iniciando o seu depoimento, o Sr. João Luiz Ferreira Soares assegura que a Abifarma vê a CPI como uma oportunidade real de mostrar

à comunidade a realidade sobre a indústria farmacêutica, que é tão atacada novamente pela imprensa e com esta oportunidade poderá fazer uma breve exposição sobre o que ela é normalmente e desmistificar um pouco a indústria farmacêutica.

Logo após o término do seu depoimento, coloca-se à disposição dos Srs. Senadores para quaisquer esclarecimentos.

Na fase interpelatória, usam da palavra, pela ordem, os Srs. Senadores Afonso Sancho, Pompeu de Sousa, Leite Chaves, Relator, e por último o Sr. Presidente.

Finalizando, o Sr. Presidente agradece a presença do Sr. João Luiz Ferreira Soares, Presidente da Abifarma e, determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 4ª REUNIÃO, DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A "INVESTIGAR INDÍCIOS DE FRAUDE NA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS, POR EMPRESAS MULTINACIONAIS, E OS POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS DA ATUAÇÃO DESSAS EMPRESAS NO PAÍS, INCLUSIVE A DESNACIONALIZAÇÃO DO SETOR E A DESMESURADA ELEVÇÃO DOS PREÇOS DE MEDICAMENTOS", REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 1988, A FIM DE OUVIR O DEPOIMENTO DO SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES, PRESIDENTE DA ABIFARMA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Divaldo Suruagy
Vice-Presidente: Senador José Paulo Bisol
Relator: Senador Leite Chaves.

O SR. PRESIDENTE (Divaldo Suruagy) — Convido o Dr. João Luiz Ferreira Soares, Presidente da ABIFARMA, para compor a mesa. Solicitamos que o nosso convidado, Dr. João Luiz, proceda a leitura do juramento protocolar.

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Juramento: "Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo de que seja do meu conhecimento, sobre quaisquer fatos relacionados com investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar indícios de fraude, na importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos por empresas multinacionais e os possíveis desdobramentos da atuação dessas empresas no País, inclusive a desnacionalização do setor e a desmesurada elevação dos preços dos medicamentos".

O SR. LEITE CHAVES — Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que fosse assegurada a palavra ao ilustre depoente, para que ele inicialmente

fizesse uma exposição sobre esse quadro. O seu depoimento, Dr. João Luiz, é muito importante aqui para nós, porque, como o senhor vê, é, a partir de agora, que se vai delinear esse quadro. O que nós queremos dessa realidade nacional? O que nos preocupa? É o seguinte: há setores em que nós ainda estamos dependentes do setor externo? Essa dependência é conveniente? Não é conveniente? O que é mais conveniente para o Brasil nesse setor? Não há outro setor da vida nacional em que haja essa dependência? O que pode o País fazer, o setor federal fazer, através de lei, convênios, posicionamentos, para que nós melhoremos esse setor? O senhor tem ampla liberdade de exposição. Os limites de seu depoimento são os padrões da verdade, a que o senhor está comprometido por juramento. Não há constrangimento de sua parte, o senhor se encontre inteiramente à vontade, a sua entidade merece de nossa parte grande respeito; temos informações também sobre todos os integrantes dessa organização, inclusive aqui uma sinopse biográfica do senhor, e os fatos geram as leis; se eles forem bem claros refletirão a realidade e essa realidade, então, poderá se incorporar num acobertamento legal dos melhores. Então, o senhor faria essa explanação, permitindo o Presidente, depois o Relator fará algumas perguntas a V. Sª, os nossos Senadores; este seu depoimento é gravado, a taquigrafia, posteriormente o desgravará e isso servirá de base para o nosso relatório.

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Senador, o que posso assegurar a V. Exª é que a Abifarma vê esta CPI como uma oportunidade real de mostrar à comunidade a realidade sobre a indústria farmacêutica, que é uma indústria que é tão atacada normalmente pela imprensa e eu acho que aqui vamos ter a oportunidade de fazer uma breve exposição sobre o que é que ela é normalmente e desmistificar um pouco a indústria farmacêutica. Se V. Exª me permite eu vou ficar em pé.

O SR. PRESIDENTE (Divaldo Suruagy) — O senhor prefere falar de pé?

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — V. Exª desculpem, mas estou um pouco afônico.

Vamos começar falando um pouquinho sobre o que é a Abifarma. A Abifarma é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que foi criada em 1947 da união de duas entidades; uma nacional exclusivamente chamada Anifar e uma outra de empresas de capital estrangeiro que se chamava Abif, as duas se uniram e criaram a Abifarma. Em 1948 ela foi considerada uma entidade de utilidade pública pelo Governo Federal e, em 1955, tornou-se oficialmente um órgão consultivo governamental.

A Abifarma tem como principais objetivos: promover o aprimoramento ético-científico da indústria farmacêutica; amparar e defender os legítimos interesses, tanto como categoria econômica, como pela assistência às empresas associadas; promover o estudo, conhecimento e esclarecimento das realizações das indústrias farmacêuticas e parafarmacêuticas; cooperar com as empresas realizando pesqui-

sas no domínio das ciências sociais e outros interesses da categoria, organizando e patrocinando congressos e conferências técnico-profissionais; editar publicações especializadas, inclusive periódicos; manter intercâmbio e relações com entidades de classes farmacêuticas afins e congêneres, inclusive de âmbito internacional e assessorar o Governo, através de apoio aos ministérios e seus diversos órgãos. Independente disso nós temos um código de ética na indústria farmacêutica, que zelamos para que seja fielmente cumprido.

A Abifarma tem 69 associados de capital genuinamente nacional e 68 de capital estrangeiro. Essa é a relação dos 137 associados da Abifarma, sendo que todas as empresas nacionais de maior porte são nossas associadas.

Como é dirigida a Abifarma? Tem um Conselho Diretor, formada por dez empresários, cinco de empresas de capital nacional e cinco de empresas de capital estrangeiro, agora são empresas brasileiras de capital nacional e empresas brasileiras de capital estrangeiro. Esse conselho tem seus membros titulares e suplentes, é dirigido por um presidente do Conselho Diretor, que sou eu, temos um vice-presidente, um diretor-tesoureiro e um vice-presidente executivo. Sou Presidente da Abifarma, e sou de um laboratório nacional e é a terceira vez que a Abifarma é dirigida por empresário de empresa de capital genuinamente nacional. Uma das razões que essa CPI foi instaurada foi a comentada desnacionalização do setor. Faremos alguns comentários sobre as razões.

Para começar, uma estatística de divisão no mercado. Temos, hoje, um mercado na ordem de 1 bilhão e 900 milhões de dólares, dos quais 1 bilhão e 396 milhões de dólares, cerca de 73%, é a fatia das empresas brasileiras de capital estrangeiro e 23%, 513 milhões de dólares, é das empresas de capital genuinamente nacional. Apesar da falada desnacionalização, as nacionais, gradativamente, nos últimos anos têm recuperado uma fatia desse mercado. Mais tarde vamos fazer alguns comentários a esse respeito.

A principal razão da chamada desnacionalização, uma comparação, nos últimos anos, entre inflação, custo de vida e reajuste de preços. Se analisarmos de 1982 a 1987, em todos esses anos tivemos reajustes sistematicamente abaixo do custo de vida; o único ano em que tivemos um reajuste um pouco acima da inflação foi o ano passado, quando tivemos 466.51% de reajuste médio, contra uma inflação de 365.96%. Portanto, foi a única vez, realmente, que tivemos esse aumento. No Plano Cruzado tivemos um reajuste, durante todo o ano, de 20%, contra uma inflação de 65%. Se fizermos uma conta do que isso representou nesses anos todos, vamos verificar que enquanto a inflação foi de 52000%, nosso aumento de preço foi de 27000%. Na realidade, para voltarmos aos índices de preços de 1982, teríamos que ter um reajuste em 31 de dezembro de 1987 de cerca de 93.77%. Quando falamos em 27000% de reajuste, estamos falando de uma média, isso não quer dizer

que não tenha havido alguns produtos que tiveram aumento muito acima da inflação. Vamos ver isso mais tarde, inclusive produtos de quebra de preço unitário muito baixo.

No ano de 1988 tivemos nove reajustes chamados setoriais, que são reajustes iguais para todos os produtos com um total acumulado de reajuste este ano de 366.95%, contra uma inflação de cerca de 700%, ou seja, neste momento teremos que aumentar nossos preços em 71% para voltar aos níveis de 31 de dezembro de 1987, considerando que já havia uma defasagem, no final de 1987, o que tem um efeito multiplicador enorme, porque se formos calcular a defasagem é realmente muito maior.

Estamos considerando uma inflação de novembro de 26.5%, mais ou menos compatível com o pacto. Se bem que esse último reajuste de 24.15% tenhamos sido talvez o único setor que tenha tido reajuste de preço abaixo do pacto. O pacto não valeu para nós, valeu para todos os setores, mas não valeu para a indústria farmacêutica.

Uma outra coisa muito importante para que tenhamos uma noção, para fazermos uma análise da situação do setor; como se decompõe o preço de um remédio? Quando se compra um medicamento na farmácia por 100 cruzados, imediatamente a farmácia fica com 30 cruzados, ou seja, ela compra por 70 cruzados e vende por 100 cruzados. A margem da farmácia, na realidade, não é de 30%, ela tem um desconto de 30% sobre o preço máximo ao consumidor; a farmácia ganha 43% que é exatamente quanto os 30 cruzados representam desses 70 cruzados. Se a farmácia vende por 100 cruzados ela vende por 143 cruzados. Do preço ao público, 70 cruzados é o preço pelo qual a farmácia compra. Para os laboratórios é humanamente impossível distribuir os medicamentos em farmácias pelo interior do Brasil. É muito difícil um laboratório de São Paulo entregar medicamento numa farmácia em Xique-xique, no interior da Bahia. Então, é absolutamente fundamental que a indústria use o serviço do atacadista; o atacadista presta serviço de distribuição, financiamento das farmácias, estocagem, etc. Então, a remuneração média dos canais de distribuição é da ordem de 8.4% que a indústria, necessariamente, tem que dar sobre esse preço de fábrica, isso é uma coisa legal, porque ela não pode vender aos atacadistas acima desse preço de fábrica.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Peço desculpas a V. Sª, mas gostaria de aludir o seguinte: lembrei-me da SBPC e do CNPq.

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Então, na realidade, o que entra na indústria depois do desconto médio é da ordem de 61.6% que ela dá para o atacadista do preço que o público compra na farmácia. Independente disso há outros fatores que sobrevivem à margem da indústria, ou seja, esta não pode manipular. O ICM de 17% é recolhido e representa 9.5%, tendo um mecanismo de crédito e déficit do preço ao consumidor, equivalente a 17%. Portanto, o preço líquido que entra

no laboratório de cada cem que o consumidor paga na farmácia é da ordem da metade desse valor. Afora isso, há ainda o Finsocial, que é um percentual pequeno, mas obrigatório, há um outro fator, como o frete, que é obrigatório para o setor. A indústria farmacêutica é obrigada a colocar pelo mesmo preço em São Paulo, Belém, Rio Grande do Sul, Roraima, o produto exatamente pelo preço uniforme, ou seja, o frete é por conta dela. Isso é uma coisa que já vem há muitos anos numa época em que os custos de frete eram muitos pequenos e hoje temos gigantescos problemas por causa desse fator, porque hoje um produto de baixo preço em xarope, por exemplo, um vermífugo para ser colocado no Nordeste, via São Paulo, de caminhão, realmente, muitas vezes fica inviável economicamente.

Outra coisa que é obrigatória e faz parte do negócio é o crédito à clientela. A farmácia até o presente momento não compra à vista, porque os laboratórios dão um prazo de pagamento. Considerando o prazo médio uma inflação de 10%, se não me engano, quando foi feito esse quadro, esse custo para as empresas era da ordem de 14%. Hoje, com uma inflação oscilando em torno de 25% a 26%, cada 30 dias de prazo para a farmácia representa um ônus muito grande para o laboratório. Por que isso? Porque somos um único setor a quem não foi permitido cobrar a chamada despesa financeira. Por quê? Vendemos com desconto sobre o preço do consumidor. Um produto que custa 100 cruzados na farmácia vendemos para a farmácia por 70 cruzados. Ora, quando vem a inflação e damos 30 dias, se cobrarmos sobre esses 70 cruzados uma despesa financeira, a farmácia não pode repassar para o consumidor, por entendimento legal, porque ela compra pelo preço de fábrica e não pode vender por mais do que o preço ao consumidor, porque o preço está no *Diário Oficial*. Então, o nosso setor foi o único que não pôde repassar, até o momento, os seus custos financeiros para a clientela. Isso à medida que a inflação cresce é um completo desastre e inviabiliza uma série de produtos. Se pudéssemos, num passe de mágica, zerar a inflação poderíamos normalizar essa situação. Então, o que sobra? De cem cruzados que o consumidor paga pelo produto na farmácia, cerca de um terço é o que ingressa efetivamente em recursos dentro do laboratório. Desses 35,7% que é o preço líquido que fica para o laboratório, daí é que vai ser deduzido mão-de-obra direta e indireta, matéria-prima nacional ou importada, pesquisa e desenvolvimento, material de embalagem, despesas de vendas, despesas administrativas e a remuneração de investimentos.

Anualmente, contratamos com as indústrias farmacêuticas uma auditoria independente, que é a Arthur Anderson que faz um estudo da nova performance do nosso setor. Essa aqui é a posição de 1982 a 1987 da defasagem do setor. Em 1987 terminamos o ano com menos 8% de prejuízo, sendo que, graças ao ex-Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, e sua equipe, isso não foi para 35%. Quando chegou em junho de 1987, o preço da indústria era

completamente defasado e a situação era absolutamente caótica. O ex-Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, reconhecendo essa defasagem, aprovou um mecanismo que acreditamos, aliás, que o próprio CIP apelidou de pronto-socorro, e muitos produtos que estavam praticamente fora do mercado foram reajustados; alguns produtos até, verdade seja dita, em 1.500% e 1.600%. A maioria absoluta deles, produtos de baixo preço, que haviam naquela época produtos que custavam nove cruzados. Penicilinas injetáveis que custavam nove cruzados e passaram para noventa, quer dizer, um aumento de 900%. Quer dizer, hoje um saco de pipoca custa 250 cruzados, uma cerveja custa 350 cruzados e o preço médio do medicamento, vamos ver mais adiante, é um dos mais baixos do mundo, em relação aos bens de consumo gerais que a nossa sociedade consome, e continua sendo um preço muito baixo, normalmente.

Bom, isso é uma comparação da Indústria Farmacêutica com os outros setores, em 1987. É que todos os setores, celulose, papel e papelão, produtos alimentares, vestuário, têxteis, química, material elétrico e de comunicação, todos estes tiveram rentabilidade, apesar da inflação, apesar de uma série de problemas. O único setor dos principais que houve prejuízo foi a indústria farmacêutica.

Vamos falar um pouquinho sobre o CIP. O CIP é o maior problema da indústria farmacêutica. Não é que o controle de preço em si; a queixa não é na existência do controle de preços em si, a queixa é da ação do CIP que é uma ação predatória, é uma ação não técnica, é uma ação política, é uma ação demagógica, e em nenhum momento o CIP colocou claramente para a indústria farmacêutica as regras do jogo do controle de preços. Para os senhores terem uma idéia, não sabemos, ninguém da indústria farmacêutica é capaz de dizer e saber o que é que o CIP aceita como alguma coisa razoável para se formar um preço de venda, quer dizer, uma regra de jogo. Isso não existe. Nós nunca conseguimos obter isso do CIP, e temos sido tratados de uma forma realmente discriminatória.

Para começar, dando os últimos três exemplos do que tem acontecido, em 1986, tínhamos um aumento aprovado — não tinha sido publicado no *Diário Oficial*, mas as empresas já tinham recebido todas as suas listagens — tivemos um aumento aprovado de 28,58%. Nesta ocasião o Ministro Funaro nos chamou e pediu para que nós, em colaboração com as altas taxas da inflação, a expectativa era muito grande, adiássemos o nosso aumento setorial para março. Concordamos para colaborar com o Governo, e fomos surpreendidos com esse telex quando veio o Plano Cruzado.

Com referência aos reajustes aprovados para os produtos farmacêuticos-linha humana, através de Telex Circular-CIP nº tal, "comunico a V. Sª que estão canceladas", por força do decreto-lei, que era o decreto-lei do Cruzado, os aumentos de preço que tínhamos obtido. Isto pegou a indústria no contra-pé criou aquela situação que acho todos se lembram, situação caótica, não só para os laboratórios como

para as farmácias, obviamente, as farmácias têm um percentual sobre o preço fixo. Os preços em geral subiram, então, as margens que tinham os medicamentos não davam para as farmácias resistirem principalmente as pequenas farmácias. A situação ficou caótica, as farmácias ameaçaram *look out*, os laboratórios tiraram vários produtos do mercado e a população ficou desassistida.

Para se ter uma idéia de como o nosso preço é baixo, o preço médio do produto no Brasil é inferior a uma dólar, produto farmacêutico do Brasil. Não vou querer comparar aqui com os preços dos países de alto poder aquisitivo, tipo Alemanha ou Estados Unidos. Na Alemanha são seis dólares, Estados Unidos são sete e quarenta e seis. Hoje, isto é dado de 1987, hoje, 1988, estes dados já cresceram. Mas se compararmos com os países da América Latina vamos verificar que mesmo na América Latina os preços do Brasil estão próximos do Peru e da Colômbia, mas a Argentina, por exemplo, que é um país onde a situação da indústria nacional é de 50%, na Argentina o mercado é dividido: metade aproximadamente por empresas genuinamente argentinas e metade por empresas de capital nacional. Esse aqui, independentemente de outros fatores de menor importância, é o fator mais importante. É a possibilidade dos laboratórios argentinos praticarem preços justos.

Bom, isto é um perfil da nossa despesa familiar. O medicamento pesa muito pouco na despesa da família. O brasileiro gasta muito menos com medicamento do que com o cigarro, e gasta mais com vestuário do que com educação, com assistência saúde, recreação, quer dizer, o item medicamento representa 1,7% da despesa dele. Portanto é um item que pesa muito pouco na inflação.

Uma das características de desenvolvimento, ao contrário do que se pensa, é o consumo *per capita* de medicamentos. Quanto mais desenvolvido um país maior o consumo *per capita* de medicamentos. Hoje, o mercado de medicamentos do Japão, não é o maior do mundo em valor absoluto, mas já é o maior do mundo em consumo *per capita*. O Brasil é um dos países de menor consumo de medicamentos *per capita* não só porque mais da metade da população, cerca de 70 milhões de brasileiros, não têm nenhum acesso a medicamento, nem aspirina, não só por causa desta distorção, que uma grande parte da população não consome medicamento, mas, também, pelo baixo preço do medicamento dos produtos no Japão e Alemanha.

Mercado farmacêutico, vamos falar um pouquinho sobre mercado farmacêutico. O mercado farmacêutico é extremamente fragmentado. Tem dois laboratórios em 1987 que tiveram mais do que 4% sobre o faturamento. Todos os outros abaixo de 4%, sendo que a maioria absoluta é com menos 2% no mercado. Quer dizer, é um mercado absolutamente fragmentado e não há nenhuma chance de qualquer manipulação no mercado. É uma concorrência realmente entre os laboratórios que impede qualquer tipo de acordo, ou de prejuízo ao consumidor. É uma concorrência

limpa, sem nenhum tipo de influência que possa prejudicar o consumidor.

Antes de entrar no assunto de matéria-prima, vamos falar a respeito da desnacionalização. Como já vimos a principal razão é o CIP. O que acontece é que o controle de preço, da forma como é exercido, desestimula completamente o investimento das empresas estrangeiras. Mas o que ocorre com as empresas estrangeiras? Elas têm um enorme prejuízo no Brasil, mas não têm prejuízo como um todo, porque representa o Brasil para elas cerca 1,5%, 1,7% do total do faturamento, isso significa que uma empresa cuja sede é nos Estados Unidos ou Alemanha. Para se ter uma idéia, hoje, Estados Unidos, Alemanha e Japão, sozinhos, representam mais de 60% do mercado mundial, então, um controle de preços como é exercido, de forma predatória, pouco técnica e discriminatória, desestimula o investimento da empresa multinacional. A empresa multinacional pode decidir — o Brasil é um País que tem um grande potencial, um mercado que, certamente, mais dia, menos dia, vai crescer — sem novos investimentos, de esperar que o mercado brasileiro se desenvolva, esperando oportunidade de novos investimentos e investindo em outros países. Hoje, por exemplo, chamados tigres asiáticos, são países de ótima opção de investimento. Ela pode adiar investimentos no Brasil esperando para ver o que acontece no mercado brasileiro.

O que acontece com a empresa nacional? Ela simplesmente sucumbe, porque não tem outros países para vender os seus produtos. A empresa nacional não vende no Japão, não vende na Argentina, não vende na França, não vende na Alemanha, portanto, esse controle de preço desestimulou completamente os empresários brasileiros, que têm investimentos diversificados, no sentido de montar alguma fábrica de remédios. Não se tem notícias nesses últimos 20 ou 30 anos de grupos nacionais que tenham investido na área farmacêutica. Os laboratórios nacionais que existem são quase na totalidade, e que já existiam, são empresas familiares, são os mesmos donos. Notamos isso na nossa associação, grande parte dos componentes das empresas nacionais são os filhos dos empresários anteriores, ou ainda são os mesmo empresários anteriores. Nós, do Grupo Nacional, somos pessoas que quase não nos renovamos, as nossas lideranças são sempre as mesmas, porque realmente não há novos empresários nacionais. Então, esse é o fator mais forte de desnacionalização e essa reação lenta da participação dos laboratórios nacionais — houve um pequeno aumento nacional da participação do laboratório — se deve ao sucesso estrondoso de no máximo, em dois laboratórios, e existe um empresário nacional que cresceu muito, o Achê, e que conseguiu pegar cerca de 4% do mercado. E isso fez com que a posição mudasse alguns pontos percentuais. E há mais um ou dois laboratórios que tiveram sucesso, mas que foram exceção à regra, porque toda regra tem exceção; quer dizer, por mais desfavoráveis que sejam as condições

de mercado sempre tem alguém que, por uma razão ou outra, consegue sucesso.

Uma outra razão que foi motivo da instauração desta CPI, foi a matéria-prima. Muitas matérias-primas são fabricadas no Brasil, hoje fabricamos cerca de 35% da matéria-prima que utilizamos. Diria que poderíamos estar fabricando mais matéria-prima, mas algumas inclusive já foram deixadas de fabricar também, por causa do CIP que tem um controle de preços e de matéria-prima tão rígido e discriminatório como o do produto acabado. Há pouco tempo o fabricante da Dipirona, que é a Novalgina vendida largamente no mundo inteiro, tirou o produto do mercado e o CIP naquele momento deu um aumento emergencial para o produto continuar a ser fabricado. Então, algumas matérias-primas que representam 35% do total já são fabricadas aqui no País.

Agora, essa dita independência dos outros países em termos de matéria-prima é uma utopia. Não existe nenhum país no mundo que seja auto-suficiente em matéria-prima farmacêutica. O Japão importa dos Estados Unidos, que importa da Alemanha, que importa da França, e assim sucessivamente. Inclusive também porque muitas das matérias-primas têm um pequeno consumo, às vezes três ou quatro fábricas atendem o mundo. A situação ideal que podemos imaginar, não só em matéria-prima farmacêutica, como em quase todos os outros bens, o ideal seria que todos os países importassem a mesma quantidade que exportam, quer dizer, o mundo inteiro. Por exemplo, se a Itália fosse a melhor fabricante de carburadores, ela exportaria para o Brasil, que lhe exportaria sapatos; então, a situação ideal e mais barata para todo mundo, seria uma situação em que todos os países pudessem importar e exportar uns para os outros. Em termos de matéria-prima, acho eu, o Brasil tendo conseguido 35% nesses últimos anos, já foi uma grande vitória e isso, apesar do CIP, tem havido um crescimento na participação da matéria-prima nacional em relação ao total.

Nesta CPI pretende-se averiguar a possível fraude na importação e exportação de matérias-primas farmacêuticas.

O setor farmacêutico é um setor que representa, hoje, na ordem de 2% do total das importações. Importa 350 milhões de dólares. Desses 350 milhões de dólares — isso nós não temos um dado preciso — uma boa parte desses 350 milhões de dólares são matérias-primas importadas pelos laboratórios para uso em produtos não farmacêuticos. Nós não temos aqui realmente o valor exato de importações de matérias-primas especificamente farmacêuticas. E a nossa exportação é da ordem de 155 milhões de dólares. O nosso déficit é um déficit muito pequeno. É extremamente pequeno e inclusive têm diminuído.

A fiscalização e o controle de toda a exportação e importação de matéria-prima é feito rigidamente pela CACEX. A CACEX não permite, em hipótese alguma, que matérias-primas exatamente iguais sejam importadas ou

exportadas por preços que variam em torno de 10% para cima ou para baixo. A CACEX tem sido extremamente rígida nesse princípio e tem realmente cuidado com muito rigor desse assunto.

Para finalizar, uma informação que também muitas pessoas não sabem: quem descobriu a maioria dos produtos farmacêuticos, quem desenvolveu grande parte, talvez quase 100% dos produtos farmacêuticos que curam a maioria das doenças não foram nem os governos nem as universidades, foram os laboratórios privados.

Uma pesquisa de um novo produto leva em média, hoje, dez anos. De cada 10 mil compostos que são pesquisados, no fim de dez anos se chega a um novo produto farmacêutico. No meio do caminho a maioria das experiências é abandonada porque não resulta em coisa nenhuma. Um novo produto requer, de um laboratório farmacêutico a importância, em média, de 125 milhões de dólares para ser desenvolvido. Hoje a média, nos Estados Unidos, que se gasta em pesquisa é um número da ordem de 6 bilhões de dólares. Para se ter uma idéia, só o que se gasta em pesquisa nos Estados Unidos é o triplo do que a indústria nacional toda vende. Então, essa é a razão realmente do porquê do alto custo de algumas matérias-primas. O que é que gera a matéria-prima? É o lucro. E o que é que gera a pesquisa? É o lucro anterior.

Quer dizer, na realidade, o que os laboratórios estrangeiros têm feito em seus países de origem é investir maciçamente na pesquisa de novas matérias-primas e, evidentemente, jogando os custos dessas pesquisas nessas matérias-primas, para que possam gerar recursos para novas pesquisas, e assim sucessivamente.

Era isso o que eu tinha a dizer. Estou à disposição dos Srs. para quaisquer perguntas que acharem que forem necessárias.

O SR. AFONSO SANCHO — Inicialmente, desejo me congratular com o Sr. pela bela exposição que fez, embora discorde de alguns pontos que constam da mesma.

Eu gostaria de saber onde o Sr. foi encontrar essa estatística de apenas 1% sobre o salário com os gastos de produtos farmacêuticos.

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Quais gastos, Senador? Qual é o percentual a que V. Ex.^a está se referindo? Eu não entendi.

O SR. AFONSO SANCHO — O Sr. falou que o produto farmacêutico pesa apenas 1%...

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Isso é fonte do IBGE e da Fundação Getúlio Vargas. 1.7% da renda familiar é gasta com medicamentos.

Isso não significa que todo mês um indivíduo gaste 1,7% com medicamentos. Pode acontecer que o indivíduo passe de janeiro a novembro sem usar nenhum medicamento e que em dezembro ele gaste 15% do orçamento familiar. A média é que é 1,7%. Na realidade, a não ser um doente crônico, não é comum o indivíduo gastar todos os meses uma parte significativa do salário dele com

remédios. Há indivíduos, inclusive, que nunca tomam remédio, que passam a vida sem ficar doente.

O SR. AFONSO SANCHO — É exceção. No Brasil não existe isto, as pessoas adoram remédio.

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Mas, Senador, nós vimos aí que o consumo de medicamento no Brasil, ao contrário do que se diz, é muito pequeno, porque 70 milhões de brasileiros não tomam medicamento nenhum, não têm acesso a nenhum tipo de medicamento.

O SR. AFONSO SANCHO — Porque não podem comprar.

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Pois é, esta deveria ser a maior preocupação do Governo. V. Ex.^a há de convir que este ônus não pode passar para o setor privado. O setor privado tem que se preocupar com o mercado que tenha poder aquisitivo, senão ele não vai gerar recursos para fazer os seus produtos e manter as suas fábricas e os seus empregos. Porque, na realidade, a grande preocupação do Governo deveria ser 70 milhões de brasileiros que não têm acesso a nenhum tipo de medicamento.

Aliás, quero ressaltar o grandê esforço da CEME, mas V. Ex.^a sabe muito melhor do que eu que neste País a insuficiência de verbas é uma coisa generalizada. Agora, no meu modo de ver, o esforço governamental no sentido de se preocupar em distribuir medicamentos para quem não pode comprar deveria ser muito maior, e o Governo deveria deixar de se preocupar muito com o setor privado e com quem pode comprar medicamento, e, sim, preocupar-se efetivamente com quem não pode comprar medicamento, porque este realmente é um problema grande.

O SR. AFONSO SANCHO — Há um trombeta no nosso País de que as empresas estrangeiras são verdadeiras bombas de sucção. *A priori*, digo-lhe que não concordo com este pensamento, mas gostaria que o assunto fosse esclarecido. V. S.^a falou ali que não há possibilidade de se importar ou exportar produtos, vamos dizer, subfaturados. Há quem afirme — não concordo, mas há quem afirme — que as empresas estrangeiras faturam muito alto nos produtos, nas matérias-primas e por isto é que as empresas estrangeiras com filiais no Brasil não dão lucro. V. Ex.^a também disse que essas empresas, mesmo sem dar lucro, continuam trabalhando, no que eu também discordo, porque acho que uma empresa, quando deixa de dar lucro, tem que fechar. Ela não pode estar trabalhando sem lucro. Qual seria a resposta para estes dois assuntos: primeiro, se existe este superfaturamento sobre os pedidos; e, segundo, se realmente estas empresas podem trabalhar no País sem lucro.

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Vou responder primeiro sobre o superfaturamento. Foi visto naquele quadro que as nossas importações são aproximadamente 360 milhões de dólares, dos quais um valor que eu

não sei exatamente qual é, que talvez a Cacex possa informar, uma série dessas matérias-primas são utilizadas em outros setores pelos próprios laboratórios, que não no farmacêutico. Então, vamos supor que essa importação seja de 70 milhões de dólares e 280 milhões de dólares sejam utilizados efetivamente em produtos farmacêuticos. As matérias-primas que têm alto preço no mercado internacional são aqueles que estão sob regime de patente, ou seja, as matérias-primas que foram descobertas e estão sendo vendidas com os custos de pesquisa incluídos.

Muito bem, se nós pegarmos o mercado brasileiro — nós temos até aí, se não me engano, um quadro sobre isto — verificamos que quanto aos produtos que mais vendem e que pesam realmente no faturamento da indústria farmacêutica no Brasil, muito poucos utilizam matérias-primas que estão sob esse regime de patente.

Vamos imaginar que 20% do mercado, ou 30% desses produtos utilizem matérias-primas que estão sob regime de patente. Vamos imaginar que desses 280 milhões de dólares de importação, apenas 30% seja importado desses laboratórios que estão incluindo os custos de pesquisas. Todas as outras matérias-primas importadas, embora não fabricadas no Brasil, já são matérias-primas de domínio público e são fabricadas em outras fábricas, em outros países. Nós teríamos cerca de 30 milhões — estimativa, porque não existem dados realmente concretos, mas que não estão tão longe da realidade. Vamos imaginar que 54 milhões de dólares sejam matérias-primas que tenham preços superiores, que tenham incluídos os custos de pesquisas, ou seja, acredito que V. Ex.^a esteja chamando de superfaturamento esses preços muito altos, às vezes, de matérias-primas, em função ...

O SR. AFONSO SANCHO — Quem vêm do exterior para cá.

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — É. Vamos supor que seja de 54 milhões. O nosso prejuízo, este ano passado, foi da ordem de 8% sobre o faturamento, que foi de 800 sobre dois bilhões de dólares, faturamento de 160 milhões de dólares. Ora, se 54 milhões de dólares de matérias-primas foram importadas superfaturadas, e prejuízo de 160 milhões de dólares isto significa que todas essas matérias-primas, se viessem de graça, o prejuízo deixaria de ser 160 milhões de dólares e seria de 106 milhões de dólares. Haveria prejuízo mesmo que as matérias-primas viessem de graça.

Então, o volume de importação de matérias-primas, que poderiam ser eventualmente superfaturadas se a Cacex assim o permitisse, se isso fosse possível, o volume é tão pequeno que não justificaria nunca, não poderia explicar a presença de uma multinacional.

O que explica, embora a Abifarma seja uma associação de empresas nacionais e de empresas estrangeiras — eu não sou defensor especificamente nem de empresa nacional, nem de empresa multinacional — mas V. Ex.^a há de convir que uma empresa americana

60 anos ou uma outra farmacêutica, a Abbot, que esteja há 30 ou há 40 anos, ela tem fábricas, pessoal empregado, tem um mercado conquistado com máquinas, com terrenos, com prédios, que não tem o menor sentido ela desmobilizar, porque ela sabe que o mercado brasileiro, que este País vai se desenvolver, ela sabe que este País vai crescer. Primeiro, ela não teria nem para quem vender esse monte de ativos, em segundo, o prejuízo é pequeno. Não há lucro, mas é um prejuízo pequeno, não justifica desmobilizar esse patrimônio. Talvez desmobilizar custe mais caro que o prejuízo previsto para os próximos anos. Não tem sentido uma multinacional sair. Realmente, eu se sou um diretor de multinacional e vejo o mercado brasileiro com a pontencialidade que ele tem, eu não pensaria em sair, ainda mais que o Brasil pesa 1,5% do mercado. É como eu disse, a empresa pode perfeitamente agüentar mais 10, mais 15 anos — renovo o que eu disse — a nacional é que não agüenta.

O SR. AFONSO SANCHO — Estou fazendo aqui o papel de advogado do diabo, mesmo porque eu sou empresário na vida particular e não defendo certas teses que assolam por aí afora. Eu pergunto: ainda há pouco eu tive aqui um debate com um deputado que fez acusações muito grandes às multinacionais, e um dos fatores que S. Ex.^a mostrou é, vamos dizer, se o nosso País tiver qualquer problema com um desses países fornecedores de matéria-prima, nós poderemos ficar profundamente prejudicados porque a indústria multinacional pode suspender exportação daquele produto. Eu pergunto: dentro dos acordos de importação e exportação, dentro dos acordos de instalação das multinacionais no País, há o entendimento de que elas não poderão nunca nos negar esse fornecimento?

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Senador, não existe nem essa preocupação porque o empresário quer é ganhar dinheiro; se ele tem um mercado para exportar, que lhe paga em dia, ele exporta. Eu participo deste negócio há muitos anos e nunca ouvi nada desse tipo. Quer dizer, se eu sou um empresário americano e o Brasil é um bom mercado, eu quero exportar e ganhar o meu dinheiro. Por que razão, a não ser que houvesse uma guerra específica entre o Brasil e os Estados Unidos, as negociações comerciais entre Brasil e Estados Unidos seriam suspensas. Mas, fora disto, é impossível acontecer, principalmente porque os fabricantes de matéria-prima são essencialmente empresas privadas que têm o maior interesse e não têm grandes ligações com a política diplomática do País, eles querem é exportar e ganhar dinheiro.

O SR. AFONSO SANCHO — Como V. S.^a vê o excesso de distribuição de amostras grátis? Isso não encarece mais o produto? Porque o que se vê é o seguinte: nos consultórios médicos tem uma pilha de amostras grátis que muitas vezes não são utilizadas nem 20, nem 30%, e isso tem custos. Diminuindo essas amostras grátis seria possível diminuir

também o preço do produto, o custo do produto?

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Não, eu acho que quem seria prejudicado com isto seriam as classes menos favorecidas. Em primeiro lugar, eu não sei se V. Ex.^a lembra, na decomposição de preços do produto farmacêutico, eu mostrei que 52%, depois de desconto dos distribuidores, da margem da farmácia, do ICM, do PIS e do Finsocial, é o que entra no laboratório, é o chamado preço líquido. As amostras, que já representaram um pouco mais no passado, hoje representam cerca de 2% do nosso preço líquido. Isso significa que elas representam cerca de 1% do preço máximo ao consumidor, em valor. As amostras servem, basicamente, muitas vezes como primeira dosagem, que o médico dá, e geralmente para as pessoas de menor poder aquisitivo. O médico não dá amostra para quem ele sabe que pode comprar. Normalmente a amostra acaba mesmo é na mão de quem não pode comprar. Portanto, diminuição no número de amostras, já está num nível mínimo. Para que V. Ex.^a tenha uma idéia, a nossa legislação permite que o laboratório deduza do Imposto de Renda até 5% da sua receita com amostras. Nós estamos muito abaixo do que a legislação permite — não teria nenhuma influência no preço e haveria um pequeno prejuízo social.

O SR. AFONSO SANCHO — A última pergunta: a embalagem, essas embalagens sofisticadas demais também não envolvem muito o custo do produto? Se, por exemplo, houvesse remédios com embalagens populares, não significaria isto que nós teríamos uma redução do custo?

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Hoje em dia as embalagens já são muito simples. Todos os laboratórios têm caixinhas — cartuchos como nós chamamos — que têm sempre duas cores. O pessoal dos laboratórios, têm muitos aí que conhecem gráfica, eles sabem que quase todas as gráficas têm máquinas que imprimem duas cores de uma só vez. Tanto faz uma embalagem com uma cor ou com duas cores, ou ter um desenho com uma florzinha, ou uma coisa mais luxuosa, em termos de imagem, que o custo é o mesmo. As nossas embalagens são embalagens simplíssimas, com a menor gramatura de cartão possível. O que cada laboratório procura é preservar suas cores. Um laboratório é verde-claro e verde-escuro, outro é azul e branco, simplesmente para haver um destaque no varejo.

Então, geralmente as embalagens não podem ter uma redução de custo maior; além do mais, elas têm uma função técnica, que é a proteção do produto; quer dizer, independentemente do cartucho tem o *Gilster*, tem vidro, tem uma série de embalagens, cada tipo de produto tem uma embalagem adequada.

Então, ela tem basicamente essa atividade técnica e ela já está a mais econômica possível. O Sr. há de convir que o laboratório, sub-

metidos a um controle de preço dessa ordem, o que o laboratório pode decidir? Economizar nos seus custos de produção. Quer dizer, o laboratório não pode decidir pagar menos imposto, não pode decidir tirar mais da farmácia, ele não pode decidir o preço do produto. Na realidade, o que nós vamos acabar é decidindo nas nossas empresas só colocar o cafezinho para os nossos funcionários, porque a intervenção do Governo é de tal ordem que a gente não tem poder nenhum de diminuir custos, nem de manipular nada em termo das nossas empresas. Realmente, o que nós podemos fazer para diminuir o custo de embalagens já foi feito.

O SR. AFONSO SANCHO — Eu queria concluir, Presidente. Se o Governo amanhã — e tudo isso eu considero uma intervenção às vezes descabida — determinasse com os laboratórios reserva 100 produtos e que nesse 100 produtos só fossem em vidros, o produto que coubesse em vidros, e não com vidro e caixa, esse produto poderia ser reduzido o preço?

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Não, pelo seguinte: primeiro que o preço da embalagem, na maioria dos produtos, é muito pequeno, a não ser produto que custa 100 cruzados no varejo, 110 cruzados, a caixa realmente pesa; mas o antibiótico pequenino ou uma ampola que vem para misturar um líquido, numa caixinha, o custo da matéria-prima em si é muito maior e a embalagem desaparece em relação ao custo total do produto. Agora, existe o problema também da farmácia, a farmácia coloca uma caixinha em cima da outra. Uma coisa fundamental é a arrumação do produto na farmácia. Há muitos produtos que são empilhados, e isso é uma coisa fundamental. Se você tira o cartucho de um produto, a primeira coisa que o cara da farmácia diz é: não vou comprar mais, porque não posso arrumar, o espaço dele é limitado; então ele precisa colocar os produtos de uma forma ordenada.

Então, a caixinha, além de identificar o laboratório, de proteger o produto, tem essa função no varejo, que é a função da arrumação.

O SR. AFONSO SANCHO — Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Divaldo Suruagy) — O Senador Pompeu de Sousa tem a palavra.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Inicialmente, quero fazer uma declaração de que embora colega, conterrâneo e amigo do Senador Afonso Sancho, tenho posição, poderia até dizer, diametralmente oposta. Portanto, vou fazer um pouco o papel de advogado de Deus.

Por outro lado, não trago o assunto, vamos dizer, num interesse muito peculiar ou particular, porque não sou, vamos dizer, farmacôfilo, não sou grande consumidor de remédios, felizmente não tenho precisado muito ao longo da vida, mas também não sou "baba-córego" com restrição a remédios. O motivo do meu atraso, é porque eu estava na reunião promovida pela Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência, pelo CNPQ, para discutir o problema da ciência e tecnologia neste País.

Este é o problema básico e fundamental no nosso País, porque sem ciência e tecnologia próprios nós jamais alcançaremos o progresso a que aspiramos, e até mesmo autonomia e soberania nacionais.

Quer dizer, quem não foi preparado para os mais altos níveis do saber científico e da aplicação tecnológica, na tecnologia de ponta, é um dependente, e será cada vez mais dependente.

É isso que preocupa essencialmente ao lado, vamos dizer, do aspecto da dominação de mercado de fármacos, da elite de farmacêuticos no País, da dominação vamos dizer, do produtor estrangeiro que, evidentemente, não tem lucros astronômicos no Brasil, o que pelo motivo da sua exposição ficou evidente, mas tem realmente que investir nesse mercado.

Portanto, preocupa-me, acima de tudo, muito mais do que a evasão de divisas, nesse terreno, a sufocação da nossa pesquisa científica e da nossa pesquisa tecnológica; eu digo a pesquisa científica, porque sem pesquisa científica avançada não há pesquisa tecnológica avançada; uma depende da científica. A suposta pesquisa pura, pesquisa desinteressada é fundamental e vital.

Isto tem sido uma luta com o espírito da qual nós fundamos, em dezembro de 61, a Universidade de Brasília e que nós adotamos como lema o princípio que nós chamamos de Princípio das duas Lealdades Fundamentais, lealdade aos padrões internacionais do saber e a busca de soluções dos problemas nacionais, porque nós queremos o máximo de conhecimento científico, o mais avançado conhecimento científico, mas não para usufruto pessoal, vamos dizer, praticarmos um tricozinho intelectual entre nós, mas sim para aplicarmos benefício desta Nação.

Então, eu lhe pergunto, especificamente sobre a pesquisa: a área da pesquisa, no caso seria pesquisa tecnológica, como é possível desenvolvimento da pesquisa científica? A área da pesquisa deve estar muito prejudicada. Lamento não ter ouvido o início da sua exposição e não sei qual é o peso específico da porcentagem da pesquisa no produto final. Confesso a minha ignorância no assunto, e gostaria, se houvesse dado nesse sentido, de ser informado a respeito.

Em segundo lugar, não tenho nenhuma dúvida de que a pesquisa deve estar numa situação muito difícil em nosso País, porque o empresariado não tem margem ampla para promover a pesquisa, ainda mais a pesquisa básica, da qual depende a pesquisa científica, e, por outro lado, a Universidade está desaparelhada e tem sido esmagada sobretudo nesse terreno.

Há, no Brasil, uma tendência àquilo que chamo de faz-de-conta. As nossas universidades são em grande parte instituições baseadas no faz-de-conta; aliás não é só a Universidade. No Brasil há muito esse problema; a gente substitui a realidade pela idealidade, faz-de-conta que existe, faz-de-conta que funciona, faz-de-conta que é Universidade, quando

na verdade tem sido fábrica de diplomas, grande parte são pesquisas; universidade sem pesquisa não é universidade, porque não renova o saber, e o saber que não se atualiza, hoje, está dando dois passos para trás. Isso me deixa profundamente angustiado, eu que sou um lutador da Universidade, desde o tempo em que a Universidade Federal do Rio de Janeiro se chamava Universidade do Brasil, porque talvez se supusesse que tal como o Rei Momo ela seria a primeira e única.

Portanto, afligi-me profundamente esse problema da pesquisa científica e tecnológica no Brasil. E lhe pergunto, se realmente esse quadro, que estou pintando assim um pouco apoliticamente é verdadeiro, qual a colaboração que a pesquisa universitária tem trazido para a área específica dos fármacos, da química fina, em geral, para avaliar o grau de esforço que é preciso brigar por ele na área da educação, para que este Brasil não morra à mingua de pesquisa e tecnologia, isto é, não morra à mingua de saber.

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Em primeiro lugar, Senador, concordo plenamente com V. Ex^a. Pelo que sabe, só a IBM gasta mais com pesquisa do que o Brasil inteiro; se somar o que se pesquisa em universidades, governo, empresas privadas no Brasil inteiro é menos do que a IBM sozinha pesquisa. Então, isso não é um problema específico dos farmacêuticos, é um problema geral.

Agora, no caso da indústria farmacêutica, praticamente não existe nada em termos de pesquisa no Brasil, apenas uma tênue, saudável e leve tentativa da Central de Medicamentos, em Campinas, de fazer alguma coisa. Mas, sinceramente, não saberia dizer a V. Ex^a quais são os resultados efetivos; posso garantir que se eles existem, são muito pequenos.

Realmente, não vejo perspectiva a curto prazo do desenvolvimento de pesquisa nessa área no Brasil, sobretudo porque o interesse da pesquisa está diretamente ligado ao lucro; quer dizer, ninguém pesquisa, especialmente na nossa área, que é uma área onde quem faz a pesquisa é o setor privado, ninguém pesquisa para não ganhar; quer dizer, a pesquisa está diretamente associada ao lucro. Se eu passar 10 anos pesquisando isso, vou ganhar, porque se não o setor privado não vai pesquisar.

Veja bem: não adianta a gente aqui, nesta CPI, partir para uma discussão de ordem filosófica ou mesmo ideológica, porque isso é uma coisa complexa de partirmos para uma discussão de ordem filosófica ou mesmo ideológica, porque isto é uma coisa complexa de partirmos para uma discussão de ordem filosófica ou mesmo ideológica, porque isto é uma coisa complexa, mas o fato é que, a meu ver, a única maneira de se ter alguma coisa em termos de pesquisa no Brasil é fortalecer, efetivamente, o setor privado — ao Governo, eu diria nem ajudar: é deixar de atrapalhar. O que o Governo tem feito no nosso setor, pura e simplesmente, é atrapalhar. O Ministério da Saúde tem atrapalhado porque a ADMED não funciona; o CIP tem atrapalhado por-

que não tem critérios; a Cacex tem atrapalhado porque toda vez em que há um problema do Governo fechar as estatísticas no fim do ano de saldo da balança comercial superavitário, as torneiras se fecham e não conseguimos importar. Agora mesmo tomamos conhecimento, através dos jornais de um laboratório que fabrica um determinado produto que constate uma doença grave e rara, esse produto faltou durante dois meses por causa de problemas, entre outros, da Cacex. Na realidade, o Governo tinha que parar de atrapalhar a indústria farmacêutica e a indústria de química fina, que é só o que ele tem feito.

Não sei se respondi a sua pergunta.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Aumentou o meu desalento...

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Lamentavelmente, aumentei o seu desalento.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Na verdade, o meu interesse nesse terreno é este. Talvez eu esteja tentando um samba de uma nota só.

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Esse é um problema seriíssimo. Concordo plenamente com V. Ex^a.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Mas esse samba de uma nota só é um samba da libertação e da afirmação deste País como nação soberana. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Divaldo Suruagy) — Com a palavra o nobre Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES — Dr. João Luiz Ferreira, apreciamos a conferência. V. Ex^a é muito preciso na palestra. O ouvimos com muito desembaraço, o que nos tranquiliza. Só que nos resta dúvidas, pela sua palestra — o País está muito bem neste setor. Ele não precisaria de mudanças. Essa participação de laboratórios nacionais e estrangeiros — isto é, equânime — satisfaz. E não teríamos, então, nesse setor, uma providência legislativa ou executiva a adotar? V. S^a acha que, do jeito que está, a coisa está bem? A nossa dependência não teria alternativa, teríamos que estar sujeitos a ela.

O que, de resto, V. S^a acha que poderíamos fazer para que melhorasse essa situação — de interesses econômicos, de segurança nacional, no que diz respeito à essa dependência? Ao que sabemos, na Argentina, onde a dependência de estrangeiros é menor em razão da guerra das Malvinas, aquele país foi privado da importação de remédio dos Estados Unidos e de países de sua influência. Soube que, até precariamente, alguns laboratórios no Brasil tiveram que atender à Argentina em setores de antibióticos. Então, hipoteticamente, numa situação similar, como é que ficaria o Brasil — digamos — se houvesse um choque? A nossa dependência seria igual à da Argentina, os nossos laboratórios teriam condições de nos atender? O que V. S^a acha disso?

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Em primeiro lugar, nobre Senador, quero fazer uma observação. Não disse que o quadro não

vai mudar, que estou conformado e que não há nada a fazer. Eu não disse isto. O que afirmei é que o Governo deve deixar de atrapalhar. Por exemplo: se eu tenho um pequeno laboratório — e V. S^a os meus produtos deve conhecer Bromil, Saudamuler, produtos anti-gússimos, do laboratório que meu avô montou — tendo um dinheiro disponível, não vou investir num negócio em que não sei se, amanhã, terei prejuízo. Não vou colocar o meu dinheiro bom — o over dando 35% ao mês — para um técnico do CIP chegar para mim, amanhã e dizer que o Bromil está caro. Então, lamentavelmente, as minhas opções de investimento, como empresário, não são na indústria farmacêutica. Então, não disse que não há nada a fazer e que o quadro não pode se reverter. Seria extremamente saudável que a participação das empresas nacionais fossem maior. Agora, garanto a V. Ex^a que se o setor tivesse mais liberdade de trabalhar, houvesse promessa ou perspectiva de rentabilidade, garanto que o empresário nacional ocuparia o espaço que ele pode ocupar. Em primeiro lugar, porque a vantagem na empresa nacional — não as multinacionais — são na flexibilidade. Sento com o meu sócio e tomo qualquer decisão em 5 minutos. Uma empresa multinacional, para tomar uma decisão em termos de Brasil é extremamente complicado. Uma estrutura grande leva tempo, são feitos estudos. Temos uma possibilidade de crescer, se tivermos liberdade muito grande. Em segundo lugar, a legislação brasileira nos permite fazer um produto igual a um produto pesquisado nos Estados Unidos, recentemente. Amanhã se uma empresa "A" lança um produto de pesquisa recente, posso, como empresário nacional, licenciar esse produto, se é que eu consegui, porque a ADMED leva 5 anos para mudar os dizeres de uma bula, quanto mais para licenciar um novo medicamento. Mas posso lançar esse medicamento, rapidamente, antes da empresa multinacional, como há casos. Há casos de empresa nacional — um clássico da Raliditina que é um antiácido para tratamento de úlcera, moderníssimo — em que um laboratório nacional lançou antes do dono do sal. Quer dizer, o laboratório nacional pode, ele lançou praticamente simultaneamente, com agilidade e com poder, com rapidez, poder de decisão, ganhar uma guerra de mercado com a multinacional, tranquilamente; ainda mais num mercado onde a concorrência é limpa, não existe um mercado fragmentado, não existe esse tipo de problema. Na realidade, não estou conformado com essa situação nem acho que não há nada para fazer. Acho que o Governo não pode fazer nada no sentido de apoiar...

O que ele poderia fazer? Financiamento preferencial para empresas nacionais? Mas o fato é o seguinte: portarias, leis, regulamentos só têm sido muito mal utilizados pelos nossos burocratas, que se têm colocado como, realmente, os donos do negócio. Hoje, um empresário — todos estão de prova aqui — para falar com alguém do CIP, é comum ficar três horas esperando. O dever do funcionário do CIP, o dever do Ministério da Saúde é atender

ao empresário. Ele está lá para isso. Ele não tem outra função que não seja essa. Aqui, há uma inversão completa de valores. Nós somos de tal ordem dependentes da burocracia, que a situação se inverteu. Já vi Antônio Ermírio de Moraes ficar na ante-sala do CIP para falar com o cara do segundo escalão. Isso ninguém me mostrou. Eu vi. Então, na realidade, tem que haver menos intervenções. Temos normas e controles em demasia. De modo que garanto a V. Exª que o empresário nacional, com maior liberdade e com possibilidade de rentabilidade, poderia perfeitamente investir mais no setor farmacêutico e, apesar de tudo isso, na realidade, ganhar um pouquinho de mercado. A minha posição é exatamente como V. Exª entendeu. Acho que se o Governo der um pouco mais de liberdade ao setor, o setor nacional vai ganhar.

Com relação à guerra das Malvinas, isso é uma coisa que a gente ouve falar mas, até agora, dados concreto não vi. Pode ser que haja. Quais são, especificamente, as empresas que deixaram de fornecer? Não sei se as empresas inglesas estavam em guerra. Agora, não sei, especificamente, quais produtos deixaram de ser vendidos para a Argentina porque nunca, até hoje, por mais que eu tenha perguntado, alguém trouxe alguma prova. Isso foi uma coisa que alguém disse e "pegou". No Brasil há leis que "pegam" e leis que não "pegam". Então, afirmações que "pegam" e afirmações que não "pegam", com muito maior razão, há muitas. Essa foi uma afirmação que "pegou" porque é muito bonita. É uma questão de segurança nacional. E, além do mais, em termos de segurança nacional, se isso pudesse ocorrer, o que iríamos fazer? Estatizar? Não é a solução, porque o fato de estatizar não garante o fornecimento. Uma empresa lá fora não vai fornecer prioritariamente para uma empresa aqui porque ela é estatal. Vai fornecer porque tem um preço bom e realmente é um mercado bom e pode ser lucrativo. Então, em termos de segurança nacional, talvez o sentido que V. Exª queira dar é se pudéssemos fabricar todos os produtos, todas as matérias-primas aqui, o que é impossível. Nós já vimos que não existe nenhum país auto-suficiente.

Nessa área, realmente, há pouca coisa a fazer. E somos um país capitalista. Temos que definir o nosso modelo. Ou, partimos para um capitalismo democrático, com preocupações sociais, mas que essa burocracia pare de influenciar da forma negativa, como influi, principalmente no nosso setor; ou, então, não sei qual seria o nosso modelo, talvez partir para uma socialização. O setor privado não pode ficar sempre com todas as suas atividades cercadas por pessoas que, muitas vezes, até ideologicamente, são contra ele. Tivemos no próprio Ministério da Saúde, durante anos, um exemplo disso. Qualquer pessoa pode ter a sua ideologia. Sou a favor de liberdade, da existência de todos os partidos, mas o que não posso admitir é que seja colocado, num determinado setor de um ministério, alguém que normatize a atividade da empresa privada e que seja essencialmente, filosoficamente,

contra a empresa privada. Nós temos até lutas ideológicas dentro de repartições do Governo. A nossa vida é muito difícil. Um presidente de laboratório nacional, tem alguns aí, gastou grande parte do tempo discutindo com o Governo, pedindo permissão para o Governo para fazer o que é dever dele. O que eles tinham que fazer? Automaticamente, livremente, o seu dever poderia ser exercido livremente. Não pode porque o próprio Governo atrapalha. Então, essa é a minha posição. Não é uma posição de conformismo, absolutamente. Eu sou emculdade. Hoje, tenho 35% do meu faturamento com despesa financeira e estou colocando o meu dinheiro, porque, graças a Deus, tenho outros negócios, no fim de cada ano eu coloco um pouquinho do meu dinheiro lá, no laboratório. Isso tem acontecido sistematicamente. E essa é a sina do empresário nacional. Agora, como empresário nacional, eu digo claramente a V. Exª, "não quero proteção, quero, simplesmente, liberdade".

O SR. LEITE CHAVES — Dr. João Luiz, o tratamento fiscal, alfandegário, é equânime no Brasil, tanto para os laboratórios nacionais quanto para os estrangeiros? Não há diferença, não há proteção?

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Não, nenhuma.

O SR. LEITE CHAVES — Segundo consta aqui de uma sinopse biográfica de seu bisavô, o seu laboratório foi fundado em 1882, e depois V. Sª comprou aqui o (illegível)? V. Sª é o presidente das duas organizações. Qual o nível de dependência, até que ponto o seu laboratório depende da matéria-prima estrangeira? Qual o percentual?

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — No eu caso, não vai nem a 10%. Meus produtos são simples; são produtos de uso...

O SR. LEITE CHAVES — Mas, há laboratórios nacionais que têm uma dependência maior dessa matéria-prima?

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Depende do tipo de produto que o laboratório fabrique e comercialize.

O SR. LEITE CHAVES — V. Sª é a segunda pessoa que ouvimos. Antes, ouvimos um professor que também é do setor empresarial de laboratórios. Ele se mostrou um homem muito preparado, mas com relativa reticência, infundindo-nos a impressão de que, se ele fizesse qualquer crítica mais séria a um laboratório externo, ele poderia ser penalizado nessa relação de comércio.

V. Sª acha isso possível? A nossa dependência é tamanha, que o próprio empresário brasileiro, como o senhor, tem que ter essa convivência muito delicada, para não sofrer represália?

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Não, senador. Inclusive, digo isso pela minha experiência pessoal. Já tive alguma oferta. Às vezes tenho até posições que contrariam as empresas estrangeiras: às vezes tenho posições que contrariam as empresas nacionais.

Sou visto pelo setor como uma pessoa isenta. Não sou, realmente, um nacionalista no sentido de xenofobo. Acho que o capital estrangeiro é muito bem-vindo. Acho o empresário muito pragmático, senador. Ele não tem esse tipo de pensamento; ele quer é fazer bons negócios. Há empresários nacionais que são radicalmente contra as empresas multinacionais, vivem nos jornais dando declarações contra as empresas multinacionais, e, no entanto, importam matérias-primas dessas empresas e nunca sofreram qualquer tipo de represália. Existe uma outra associação — nossa associação representa 90% do mercado e tem as maiores empresas nacionais, existe uma outra associação que representa uma parcela pequena do mercado, que é um grupo de empresários que acha que devem estar numa associação longe das multinacionais.

Alguns desses empresários têm feito declarações contra empresas multinacionais, e, em nenhum momento, houve qualquer tipo de bloqueio de fornecimento de qualquer matéria-prima para qualquer desses empresários em função das suas posições políticas.

Como já disse, senador, empresário é essencialmente prático. O problema dele é fazer a sua empresa dar lucro.

O SR. LEITE CHAVES — Como os países socialistas pobres, assim como Cuba, resolveram esse problema? Eles têm essa dependência dos grandes laboratórios internacionais ou eles resolveram internamente os seus problemas ou não dependem de forma alguma? Se dependem, até que percentual?

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Senador, não estou informado para lhe dar uma resposta precisa. O que sei é que a gama de produtos existentes nos países socialistas é menor. Não existe, nos países socialistas, a mesma quantidade, o mesmo leque de produtos para todas as doenças, como existe aqui. Sei que Cuba importa muitos medicamentos, inclusive aqueles realmente importantes no tratamento de algumas doenças que eles não têm. Mas eles têm um leque de medicamentos muito menor. Não tenho informações suficientes para dar essa resposta a V. Exª.

O SR. LEITE CHAVES — Na sua conferência, V. Sª nos elucidou muito bem o fato de sermos um dos países no mundo que menos consome remédios. Talvez essa falta de consumo decorra exatamente da pobreza do nosso povo. Se esses laboratórios barateassem produtos, dificilmente haveria um elástico ou aumento porque inelástico se não houver também melhoria das condições.

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Relativamente inelástico.

O SR. LEITE CHAVES — Colocando-me, mais ou menos, na posição do Senador Pompeu de Sousa, haveria razão para que tivéssemos uma gama enorme dos mesmos remédios, para as mesmas doenças e dentro de um nível de sofisticação que atenda a uma pequena faixa da população nacional? Há ra-

ção para que haja uma quantidade enorme dos mesmos medicamentos? Cada laboratório repete a mesma coisa, apenas mudando o nome.

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Sobre esse assunto, há várias considerações a fazer. Em primeiro lugar, essas relações básicas de medicamentos foram uma criação da Organização Mundial da Saúde, para que países que não tivessem nenhum medicamento passassem a ter uma lista básica — Namíbia, Etiópia, países desse tipo. Então, se um país que não tem nenhum medicamento passa a ter uma lista básica, é um progresso realmente excepcional.

Essas listas básicas são organizadas não sob o aspecto qualitativo, mas sob o aspecto puro e simplesmente quantitativo. O raciocínio é o seguinte: Se eu tenho 400 sais que atendem 80% das doenças, para que preciso de mais? Isso, para um país que não tem nenhum medicamento, é uma coisa lógica e aceitável. Mas não é o caso do Brasil e dos países capitalistas.

Em primeiro lugar, o Brasil — já dizia o Ministro Mário Henrique Simonsen — é a "Bé-líndia": metade Bélgica, metade Índia; há, na realidade, dois países. Temos um país de 40 milhões de habitantes, que é um país com um excelente padrão de vida, porque sabemos muito bem que as nossas estatísticas de PIB são mentirosas. Há uma economia subterrânea que, se fosse incorporada ao nosso PIB, reforçaria-o muito. E temos, aí, 90 ou 100 milhões de pessoas que vivem quase que no estado da pedra lascada, não têm acesso nem à aspirina. Então, para esse grupo de pessoas, essa lista básica é perfeitamente razoável e lógica, até, como já falei aqui, que o governo deveria aumentar brutalmente a quantidade de verbas para atender a essa população carente porque, realmente, não seria um plano do setor privado. Por outro lado, nós temos, no Brasil, essa Bélgica. Quem paga os impostos? São os assalariados, pequenos comerciantes, pequenos industriais, os profissionais liberais, a comunidade que realmente tem poder aquisitivo.

Não seria justo que essa comunidade, que sustenta mal e porcammente — eu concordo — 100 milhões de brasileiros — mas que é o que eles comem, são os hospitais que eles vão, financiados pelos impostos daqueles que são os mais bem favorecidos — seja privada da tecnologia que existe no mundo. Por exemplo: se eu tenho um filho, amanhã, que tenha um problema de crescimento, eu tenho que ter o hormônio de crescimento para dar a ele. Para mim, isso é uma coisa essencial, embora não esteja na relação de produtos essenciais. Então, há uma série de doenças de menor incidência que estão fora dessa listagem, para os quais existe uma série de medicamentos que são absolutamente fundamentais. Além disso, dessa relação de medicamentos constam alguns antibióticos, por exemplo. Isso é um exemplo. Agora, existe uma série de outros antibióticos, com atuações específicas, que são melhores em certos casos, na

maioria dos casos que aqueles da lista, que existem também e que não devem deixar de existir para quem pode pagar.

Essa é a realidade. Nós somos um mercado que pode, perfeitamente, comprar.

Estão me dizendo: "O Brasil tem produtos demais?" Não, não tem. Ali, nós temos um quadro do total de produtos comercializados. Nos Estados Unidos, nós temos 265 mil apresentações e nos países da Europa nós temos todos eles com mais de 20 mil apresentações uns com quatorze, doze, todos países desenvolvidos. No Brasil, nós temos, no *Diário Oficial*, 13 mil e poucas apresentações, que correspondem a 7 mil produtos. Então, em primeiro lugar, uma série desses produtos é de laboratórios regionais. Há um laboratório no Rio Grande do Sul, por estar no *Diário Oficial*, mas ele vende no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e parte de São Paulo. Já o outro laboratório do Ceará vende 400 produtos, por exemplo, que só vende no Nordeste. Na realidade, o Brasil é um País de dimensões continentais. Uma parte razoável dessas apresentações é de produtos que não são vendidos, às vezes, no Brasil inteiro.

Em segundo lugar, o universo de uma farmácia, hoje, é de 3 mil a 3 mil e quinhentas apresentações. Quer dizer, uma farmácia não tem 3 mil apresentações. Ela investe o mínimo possível naqueles produtos que vendem mais. Existem muitos produtos que estão no *Diário Oficial* e têm uma venda muito baixa. Existem, até, apresentações que, momentaneamente, praticamente não vende. Agora V. Ex.^a poderia até perguntar: "Bom, as empresas que têm uma apresentação do *Diário Oficial* e que estão com o produto com venda praticamente nula ou fora de linha, por que não retiram o produto do *Diário Oficial*?" Não retiram pelo seguinte: porque, no Brasil, a gente não pode chegar para a ADMED e dizer: "Olha, agora eu quero registrar uma nova apresentação". Vai levar seis anos para conseguir, se conseguir. Então, quem tem, mantém, não tira. Tem alguns produtos no *Diário Oficial*, por exemplo, que poderiam, até, ser retirados do mercado e não são porque, realmente, se amanhã o laboratório quiser voltar com o produto no mercado ele não pode. São os tais controles governamentais, que nós não temos a liberdade de lançar na hora que nós quisermos; que for conveniente para o mercado. Se o mercado exigir uma apresentação nova, a classe média exigir, não temos a licença de fazer.

Na realidade, o Brasil não tem muitos produtos. Considerando os países capitalistas, é um dos países que têm menos produtos farmacêuticos. Na realidade, o universo de uma farmácia, como eu disse aqui, é da ordem de 3 mil e quinhentos, no máximo 4 mil apresentações.

Mais uma coisinha que V. Ex.^a falou: a concorrência, eu acho saudável. Entendo que se o laboratório "a" tem um produto a base de um sal "x" e o laboratório "b" tem um produto também a base de sal "x", é uma nova opção para o médico. O médico hoje é sensível ao aspecto de preço. Os laboratórios que têm

os produtos mais baratos que os seus similares falam isso para o médico: "olha, doutor, o Senhor receita o meu produto porque o meu produto é mais barato que o da concorrente". Isso sensibiliza o médico. A preocupação governamental nem deveria ser com o preço, deveria ser com qualidade. O Governo não fiscaliza, embora os associados da Abifarma tenham uma preocupação com a qualidade total. A qualidade dos produtos farmacêuticos no Brasil é exatamente a mesma dos produtos vendidos fora do Brasil.

Na realidade o que existe é isso. Não existe, absolutamente, um grande número de produtos e não há nenhum prejuízo na existência de similares. Há pouco tempo debati na *Rádio Jornal do Brasil* com a Dra. Marta, que hoje é Diretora da AMED e era Presidente da Ceme. Fiquei muito surpreso quando ela defendeu a tese de que o problema não está no similar — é ótimo até para o consumidor que haja mais opções — mas o problema está em que o Governo consiga fiscalizar realmente a qualidade e exigir que os laboratórios existentes no mercado fabriquem produtos dentro de padrões mais rígidos de qualidade.

O SR. LEITE CHAVES — Dr. João Luiz, quais as matérias-primas de importância estratégica para o setor que são 100% importadas?

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Senador, são muitas e não sei dizer, pois são matérias-primas de cada empresa e a Abifarma é uma associação que trata basicamente da política do setor. Eu, por exemplo, quando falo em defasagem de medicamentos, falo na média. Nunca sei se a indústria "A" está com o preço mais defasado do que a indústria "B". Realmente, não sei lhe citar os nomes dessas matérias-primas.

O SR. LEITE CHAVES — Qual a posição da Abifarma em relação às patentes internacionais e ao pagamento de royalties?

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — A posição da Abifarma em relação às patentes é de completa omissão sobre o assunto, porque somos uma associação onde — já lhe disse — o poder político das empresas nacionais é igual ao poder político das empresas estrangeiras. Então, a maioria das empresas nacionais — não digo totalmente, mas na sua grande maioria — é contra a adoção de patentes de processo de produtos farmacêuticos no Brasil, e a maioria das empresas estrangeiras acha que isso seria uma garantia de que os seus produtos de pesquisa pudessem ser lançados no Brasil. Seria um mecanismo para proteger realmente seus interesses.

Como somos um conselho que dirige a Abifarma, meio a meio, fizemos um acordo de cavalheiros e a Abifarma tem se omitido e não tem dado nenhuma opinião sobre o assunto de patentes.

O SR. LEITE CHAVES — Ao que nos consta, o Japão, enquanto foi dependente, não reconhecia as patentes. Hoje, que já está com gran-

de participação nesse setor, ele reconhece internacionalmente as patentes.

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Isso, Senador, é natural, porque se amanhã tivéssemos no Brasil de grandes laboratórios que tivessem já tamanho, escala e recursos para investir em pesquisas, talvez a mentalidade do empresário mudasse. Ele pode ter o interesse, no momento em que percebe que pode desenvolver uma matéria-prima e com essa matéria-prima ter altos lucros, pode ser favorável às patentes.

Na realidade, esse problema de patente é um problema comercial e depende da estrutura interna, da riqueza, do PIB, da estrutura social de um país e do poder e tamanho das empresas farmacêuticas que estão nesse País.

O SR. LEITE CHAVES — V. S.^a concorda que seria desejar para o Brasil uma posição similar à do Japão?

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Não concordo nem discordo. Não tenho posição sobre o assunto. V. Ex.^a me perguntou e eu lhe respondi que provavelmente alguns laboratórios crescessem muito e pudessem ser favoráveis a uma política de patentes, mas não necessariamente.

O SR. LEITE CHAVES — Essa é a sua posição como industrial ou como Presidente da Abifarma?

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Eu não falo da minha posição como industrial, porque todas as minhas opiniões sempre são, invariavelmente, compreendidas com a opinião do Abifarma. Essa é uma experiência que já tive e já tive alguns aborrecimentos por causa disso. Se eu for favorável irão dizer que o Presidente da Abifarma defendeu a patente; se for contra, irão dizer que o Presidente da Abifarma atacou a patente.

Então, lamentavelmente, vou levar para o caixa, se eu morrer antes do final do meu mandato, a minha opinião. Agora, no dia 1.^o de abril, quando acabar o meu mandato, darei a minha posição.

O SR. LEITE CHAVES — V. S.^a é o Presidente da Abifarma neste momento?

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Vou completar dois anos de mandato no final de dezembro.

O SR. LEITE CHAVES — Qual é a posição da Abifarma?

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — É de completa omissão sobre o assunto. A Abifarma não se pronuncia sobre o assunto patente.

O SR. LEITE CHAVES — Dr. João, existe algum mecanismo de acordo que garanta a permanência de um produto em um mercado os laboratórios podem retirar qualquer produto do mercado a qualquer tempo ou a qualquer momento, quando quiserem?

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Podem, mas não retiram.

O SR. LEITE CHAVES — Pelo interesse comercial?

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Não, veja bem. É complicado. Vamos admitir que o laboratório tenha um produto de venda de massa que represente 40% do seu faturamento e que esse produto esteja efetivamente com prejuízo e muito defasado. Se ele for um produto absolutamente essencial, um produto com esse peso de faturamento, é provável que esse laboratório consiga fazer com o CIP um acordo para não retirar esse produto do mercado. Se o produto é de baixa venda e para doenças raras, mesmo com prejuízo, o laboratório não tira. Tanto que se V. Ex.^a conversar com os médicos de várias especialidades observará que há realmente o caso do hormônio de crescimento, *diabetes insipidus* e uma série de doenças que têm uma incidência muito pequena e o produto existe à disposição.

Acho que o controle de preços poderia ser mais inteligente, porque se tenho um produto que pesa 40% em meu faturamento e é um produto de venda de impulso, como a aspirina, por exemplo — o cara vai à farmácia, diz que esta com febre e que quer uma aspirina — e se eu tiver a liberdade de aumentar mais dois cruzados nessa aspirina, eu terei mecanismos para manter no mercado produtos para doenças raras, que vendo mil unidades por mês, e que podem ser até subsidiados muitas vezes por produtos de grande venda.

Temos visto na Abifarma telex desesperados de empresas, alertando o CIP de que vão ter que tirar do mercado, caso não haja uma solução, produtos desse tipo. Temos conseguido, junto ao CIP, em casos como esse, não um preço adequado para o produto, mas temos conseguido salvar a permanência de alguns produtos no mercado, porque fica uma situação muito complicada. Existe até um laboratório estrangeiro, não é um laboratório grande mas tem produtos específicos para doenças peculiares e de pouca incidência, que estava há pouco tempo atrás realmente preocupado, e conseguiu com o CIP resolver alguns problemas de forma a não tirá-los do mercado. Existe, então essa preocupação do laboratório de não tirar, quando é um produto fundamental. Muitas vezes ele é obrigado. Às vezes o laboratório não consegue a matéria-prima, muitas vezes tem problemas momentâneos de produção, mas por livre e espontânea vontade, produtos que pesam pouco no faturamento e que são essenciais a doenças graves, ele não os tira do mercado. Mas poderia, se assim desejasse.

O SR. LEITE CHAVES — Quanto à qualidade — digamos — uma aspirina feita aqui no Brasil, tem a mesma composição e a mesma qualidade da americana ou da alemã?

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Tem existem normas técnicas internacionais que são obedecidas. É exatamente a mesma coisa.

O SR. LEITE CHAVES — Quem fiscaliza, no País, a qualidade de remédios?

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — É a Divisão de Medicamentos do Ministério da Saúde que deveria realmente fiscalizar, mas a Dimed tem um quadro de funcionários absolutamente incipiente. Agora, por incrível que pareça — tenho até um pouco de vergonha de comentar aqui — a nova diretora da Dimed conseguiu, se não me engano, 15 farmacologistas para lá trabalhar, com salário extremamente irrisório, há alguns meses atrás, de 90 mil cruzados. E foi obrigada a demitir esses 15 técnicos, porque as contratações foram irregulares quanto ao decreto do Presidente Sarney.

Então a Dimed, que está com 20 mil processos parados de mudança de bula, de novos produtos, de transferência de titularidade, não pode sequer dar prosseguimento ao estudo desses processos, quanto mais fiscalizar a qualidade dos medicamentos no mercado.

Com relação aos associados da Abifarma, é possível garantir que aquela relação as empresas satisficam em as condições básicas de qualidade.

O SR. LEITE CHAVES — A qualidade do nosso produto, nesse setor, é a mesma?

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — É a mesma. Tenho um amigo que compra um produto nos Estados Unidos, que custa 12 vezes o preço aqui. Ele diz que compra o americano porque é melhor. Já cansei de dizer a ele que é bobagem, que compre o daqui porque é a mesma coisa, mas não adianta. Ele encasquetou na cabeça que o americano é melhor e prefere pagar 12 vezes mais. Mas é exatamente a mesma coisa.

O SR. LEITE CHAVES — O Sr. disse que os laboratórios são empresas comerciais e que o lucro é o seu maior orientador. Por outro lado, a Nação, nesse setor —, e nós aqui trabalhamos também sob pressão social — tem o seu povo pobre e desassistido. É um setor muito delicado. Mesmo assim, o Sr. acha que o Brasil deve abrir a livre iniciativa, deixar na autonomia da vontade o fabrico e a produção? Como o Sr. concilia, então, esse interesse nacional, esse dever da Nação de fiscalizar e de vigiar e essa liberdade autônoma em que o lucro seria o determinante?

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Nobre Senador, acho que não é a liberdade, não é o *laissez faire*. Acho que o Brasil é um País que não pode prescindir da pujança do setor privado, assim como não pode prescindir do investimento governamental. Quando falo em controle do Governo, falo numa experiência que tive em dois anos de Abifarma, em muitos momentos, que se apresentamos alguma boa solução para um problema específico, toda vez que essa solução também é boa e fortaleça o setor privado, ela não é uma solução bem vista. Acho que existe um ranço em relação ao setor privado e o País não pode permitir que exista esse ranço. Acho que, assim como o setor privado tem que ser fortalecido, o seu lucro tem que ser estimulado para fornecer medicamento para a nossa Bélgica, da qual falei, acho que os lucros desses medi-

camentos e os lucros das outras atividades têm que ser utilizados para satisfazer as condições mínimas da Índia.

Na realidade, não é que o brasileiro não possa comprar remédio; o brasileiro não pode comprar alimento, não tem lazer, não pode comprar roupa, não pode fazer nada com o seu dinheiro, tem poder aquisitivo para nada.

Então, se estamos num sistema capitalista, temos que ajudar os menos favorecidos com os impostos. O que gera o imposto é o lucro. Uma parte dos impostos é o Imposto de Renda se o Sr. for requisitar o imposto de renda dos laboratórios não sei se CPI tem poder para isso — vai ver que é decrescente ou nulo. Os laboratórios não têm pago Imposto de Renda porque não têm lucro. Então, na realidade, existe, realmente, dois países aqui.

O SR. LEITE CHAVES — Quando antes do reatamento das relações, uma Comissão do Senado esteve em Cuba, e nós a encontramos, assim, um pouco saudável. Impressionou-nos, inclusive, a saudabilidade de não encontrar ninguém de dente careado. Leitões disponíveis nos hospitais, povo bem alimentado, é verdade. Não sei especificamente o problema de remédio, mas deve ser coisa muito razoável, porque eles devem ter encontrado uma solução. Então o Senhor acha que o preço que a gente terá que pagar para ter uma situação dessas para o povo, pois Cuba era mais miserável do que o Brasil, é tendo um regime socialista? E que num País subcapitalista como o nosso, õnus tem que ser esse, o povo tem que sofrer?

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Senador, vou dizer uma coisa. Primeiro, Cuba tem 10 milhões de habitantes ou 11, alguma coisa assim.

O SR. LEITE CHAVES — A China tem 1 bilhão e é mesma coisa.

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Não posso dizer. Mas se V. Ex.^a mencionar China e Cuba, falo na Alemanha. Fui à Alemanha e todo mundo é loiro, sorridente, tem 1 metro e 90, também não tem cárie. Quer dizer, a gente não é por aí. Acho que o padrão de vida nesses países capitalistas também é muito bom. Não gostaria de entrar nesse mérito da questão ideológica. Agora, pessoalmente, não acredito.

O SR. LEITE CHAVES — Eu, testemunho sobre fatos. O senhor disse, aqui, então o seguinte "que tem que ser dessa forma". O País é pobre, a que chamou de "Belíndia", quer dizer, uma Bélgica e uma Índia, e que a Índia tem que existir. Pelo que o senhor nos declara, é difícil. De que essa é uma atividade prejudicial, não há rentabilidade. O senhor disse mesmo que a sua empresa, que é nacional, é subsidiada por outras atividades que o senhor usa, enquanto que as estrangeiras são subsidiadas por fora, porque elas têm lucro fora para manter-se com prejuízo aqui dentro.

Então, quer dizer, é um quadro de permanência, é um quadro de durabilidade. Assim, digamos isso, enquanto o País for assim, nós não teríamos outra condição.

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — A situação do Brasil, senador, e V. Ex.^a sabe melhor do que eu, é muito difícil. No caso da indústria farmacêutica, se nós tivéssemos um lucro de 20% sobre a nossa venda, por exemplo, teríamos de imposto de renda cerca de 150 milhões de dólares, que poderiam ser utilizados para distribuir medicamentos para quem não pode comprar.

Na realidade, o problema do Brasil é um problema muito difícil. Cento e quarenta milhões de habitantes, e V. Ex.^a falou de Cuba, que tinha 10. Não sei, se V. Ex.^a me perguntar o que tem que ser feito, não sei. Agora, o que eu posso dizer é o seguinte, acredito na livre iniciativa, acho que um dos caminhos é o aparecimento da livre iniciativa, sem os investimentos governamentais e algumas empresas estatais sou contra essa política de privatizar tudo, acho que a empresa estatal tem que existir. Mas acho que o que não pode haver é a influência e a interferência de interesses políticos, de facções políticas, dentro das estatais. Na Itália resolveram esse problema e as empresas estatais são muito mais eficientes. Então, não sou contra a existência da empresa estatal, o que eu sou contra é o preconceito. Acho o seguinte, que o setor privado tem que ter liberdade para trabalhar e o Brasil não pode prescindir dos investimentos do governo. Não tenho o radicalismo de privatizar tudo, não sou um privatista completo, acho que a América Latina é uma situação peculiar, e o seu desenvolvimento não vai se dar nem da forma que os países capitalistas se desenvolveram, nem da forma adotada pelos países socialistas. Acho que isso aqui seria um desastre, um nivelamento por baixo, acho que nós vamos ter que encontrar o nosso próprio modelo. Agora, na minha opinião, esse modelo não pode, em hipótese alguma, prescindir de um setor privado muito forte.

O SR. LEITE CHAVES — O senhor disse que o seu laboratório foi fundado em 1882 pelo seu bisavô, não é? Antônio de Oliveira. E o senhor afirmou também que a despeito de ter sido fundado em 1882, hoje com 106 anos, o seu laboratório é deficitário e que o senhor tem que subsidiá-lo com atividades privadas, com as suas outras atividades. Então, não haveria uma incompatibilidade entre essa atividade laboratorial no País e o capitalismo, quer dizer, a iniciativa privada?

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Não, isso é uma fase. Hoje, o grande problema das indústrias nacionais pequenas é um negócio chamado despesa financeira. Hoje, o grande problema é esse. Hoje, se V. Ex.^a não tem um capital de giro próprio, que seja adequado, é obrigado a botar todo o seu suor e o seu sangue dentro de um banco. De cada 100 cruzados de uma duplicata que V. Ex.^a manda para o banco, de cada 30 dias de prazo o banco fica com 26, quer dizer, aquele 70 que é o preço de fábrica fica imediatamente reduzido e isto distorce completamente a situação.

No caso específico da minha empresa, eu não trabalhava lá, inclusive meu sócio e eu compramos as ações da família, que eram

de minha mãe, e tínhamos um laboratório extremamente pequeno, com 17 funcionários, e que na época do Plano Cruzado estava passando por uma situação difícil; porém, nós nos individualizamos para fazer alguns investimentos e fomos surpreendidos com o crescimento novamente do custo financeiro o que é uma coisa que não sai mais.

Agora, deixar o meu laboratório "quebrar" não vou deixar, vender, quem sabe, se alguém quiser comprá-lo confesso, senador, que o venderia, porque poderia ter uma vida muito mais tranquila? Porque se alguém pagasse o que o laboratório vale, garanto a V. Ex.^a que não precisaria trabalhar o resto da minha vida.

Isto é uma situação real que está ocorrendo no Brasil, este problema da descapitalização da empresa nacional e da despesa financeira, principalmente os empresários nacionais, realmente, sofrem muito com esse problema. Então acredito ainda no Brasil, acredito que o mercado vai crescer.

Vou lhe dizer uma coisa, acho que o empresário não é só empresário por interesse de lucro, existe uma dose de idealismo, porque se ela não existir também é impossível se agüentar. Tudo que a gente faz na vida é uma mistura, a gente não é uma coisa só, a gente tem um lado da gente, que é o lado que faz a gente lutar, é um lado muito importante porque sem idealismo a gente não toca a nossa empresa e, digo mais, senador, se eu vender minha empresa pela metade do que ela vale não preciso mais trabalhar.

Tenho 45 anos, estaria numa situação extremamente confortável, não estaria aqui depondo na CPI, estaria na praia. Então, para mim seria uma situação muito mais confortável se eu tivesse vendido a minha empresa pela metade do que ela vale, quer dizer, existe uma dose de idealismo que faz com que a gente realmente trabalhe também.

O SR. LEITE CHAVES — Qual foi o último laboratório que se instalou no País, diretamente ou por filiais, de que nacionalidade e em que ano?

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Não me lembro. O último entrou há muitos anos. Laboratório japonês, por exemplo, o Japão tem 21% do mercado mundial, já há laboratórios japoneses na lista dos maiores laboratórios do mundo e produtos japoneses na lista dos produtos mais vendidos. Não temos laboratórios japoneses ainda aqui, eles estão todos na Coreia do Sul. As empresas estrangeiras que não estavam aqui não têm vindo para cá.

O SR. LEITE CHAVES — Dr. Luiz, agradeço muito ao senhor. Se necessário, o convocaremos novamente e gostaríamos de saber se contaríamos com a sua boa vontade.

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Sempre que os Srs. Senadores precisarem.

O SR. LEITE CHAVES — Inclusive, para questão de acareação, de confronto isso é possível? Eu o agradeço muito.

Sr. Presidente, é a última pergunta que o relator tem a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Divaldo Suruagy) — O Senador Leite Chaves já traduziu os agradecimentos da CPI ao Dr. João Luiz. Gostaríamos apenas que o senhor ratificasse aquilo que já disse no decorrer dos debates, de que todo o depoimento que o senhor prestou é o pensamento da Abifarma.

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Divaldo Suruagy) — Então, foi um privilégio para nós recebermos esse volume de informação e tenho certeza que os senadores, que por obrigação da sua própria atividade são pessoas bem-informadas, mas, confesso da minha parte que desconhecia esses números que aqui foram apresentados, inclusive a inexistência do lucro da multinacional farmacêutica aqui no Brasil, porque são daquelas tais afirmações que são apregoadas e a população começa a aceitá-las, de que as empresas multinacionais têm lucros fabulosos aqui no Brasil.

O SR. JOÃO LUIZ FERREIRA SOARES — Isso é um mito.

O SR. PRESIDENTE (Divaldo Suruagy) — Até deixo uma sugestão, com a Abifarma que leve isto aos meios de comunicação para que toda a população tenha conhecimento dessa informação, porque acredito que é um dado que a grande maioria desconhece.

Foi um grande privilégio tê-lo conosco, o Senador Leite Chaves já traduziu a nossa gratidão, e esperamos que tenhamos outros encontros tão produtivos, para que o resultado desta CPI, que é fruto de uma angústia da sociedade brasileira, possa servir pelo menos como orientação do Senado para o governo, a fim de que ele não crie tantas dificuldades e não seja um elemento complicador e, sim, um ponto de apoio para o empresariado brasileiro, no que diz respeito à Abifarma, para a indústria farmacêutica.

Muito obrigado.

Esta encerrada a reunião.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O DEPOENTE EM SEU PRONUNCIAMENTO:

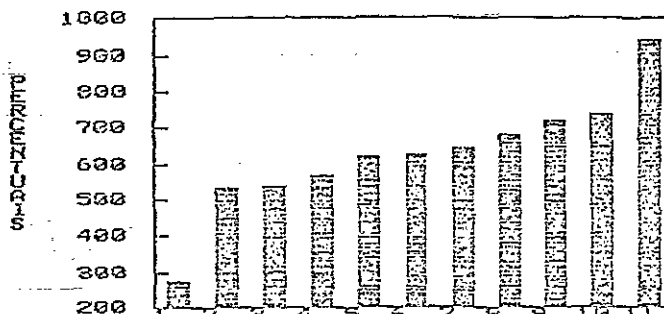
REAJUSTES DE PREÇO X INFLAÇÃO/88

Data	Setorial	Acumulado
1- 2-88	15,00	
8- 3-88	15,00	
19- 4-88	15,00	
27- 5-88	18,99	
4- 7-88	17,67	
3- 8-88	17,80	
5- 9-88	22,35	
7-10-88	22,55	
7-11-88	24,15	
Total		368,95
Infla. jan/Nov		699,91

Defasagem Perante a Inflação
= 799,91 = 71,30%
466,95

*Considerando inflação de novembro = 26,5%
Fonte: Assessoria Econômica/Abifarma

AUMENTO % JAN/SET - 1988



- | | |
|-----------------------------|---------------------|
| 1 - Medicamentos (Setorial) | 7 - Cigarro |
| 2 - Inflação (IPC) | 8 - Alcool Combust. |
| 3 - Açúcar | 9 - Pão |
| 4 - Tarifa Telef. | 10 - Energia Elétr. |
| 5 - Gasolina | 11 - Água |
| 6 - Óleo Diesel | |

Fonte: Assessoria Econômica/ABIFARMA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Destinada a "investigar indícios de fraude na importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos, por empresas multinacionais, e os possíveis desdobramentos da atuação dessas empresas no País, inclusive a desnacionalização do setor e a desmesurada elevação dos preços de medicamentos".

5ª Reunião, realizada em 22 de novembro de 1988

As quinze horas e vinte minutos do dia vinte e dois de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e oito, na sala da Comissão de Economia, presentes os Srs. Senadores Francisco Rollemberg, Leite Chaves, Relator, Afonso Sancho, Pompeu de Sousa, Divaldo Suruagy, Presidente, e José Paulo Bisol, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a "investigar indícios de fraude na importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos, por empresas multinacionais, e os possíveis desdobramentos da atuação dessas empresas no País, inclusive a desnacionalização do setor e a desmesurada elevação dos preços de medicamentos".

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que, em seguida é aprovada.

Havendo número regimental o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos.

O Sr. Presidente solicita ao depoente, Sr. Roberto Teixeira, Presidente da Abifarma, que proceda a leitura do juramento e, em seguida concedê-lhe a palavra. Após sua exposição, coloca-se à disposição dos Srs. Senadores para quaisquer esclarecimento.

Na fase interpelatória, usam da palavra pela ordem, os Srs. Senadores Afonso Sancho, Pompeu de Sousa e Leite Chaves, Relator.

O Sr. Presidente, solicita ao Sr. Senador José Paulo Bisol, Vice-Presidente, que assuma a Presidência, pois precisa dirigir-se a Plenário, porque está em exercício da liderança do seu partido.

Assumindo a Presidência, o Sr. Senador José Paulo Bisol, continua com a fase de indagações, retornando a palavra ao Sr. Senador Leite Chaves e, em seguida, ao Sr. Senador Francisco Rollemberg.

Finalmente, o Sr. Senador José Paulo Bisol, Vice-Presidente, em exercício da Presidência, agradece a presença do Sr. Roberto Teixeira e, determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 5ª REUNIÃO, DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A "INVESTIGAR INDÍCIOS DE FRAUDE NA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS, POR EMPRESAS MULTINACIONAIS, E OS POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS DA ATUAÇÃO DESSAS EMPRESAS NO PAÍS, INCLUSIVE A DESNACIONALIZAÇÃO DO SETOR E A DESMESURADA ELEVÇÃO DOS PREÇOS DE MEDICAMENTOS", REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 1988, A FIM DE OUVIR O DEPOIMENTO DO SR. ROBERTO TEIXEIRA, PRESIDENTE DA ABIFARMA QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE.

Presidente: Senador DIVALDO SURUAGY
Vice-Presidente: Senador JOSÉ PAULO BISOL
Relator: Senador LEITE CHAVES

O SR. PRESIDENTE (Divaldo Suruagy) — Solicitamos que o Dr. Roberto Teixeira proceda o juramento protocolar.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — "Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que dizer do meu conhecimento sob quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar indícios de fraude na importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos por empresas multinacionais e os possíveis desdobramentos, na atuação dessa empresa no País, inclusive a desnacionalização do setor e a desmesurada elevação dos preços de medicamentos."

O SR. LEITE CHAVES — Sr. Presidente, sugiro, a exemplo do que tem ocorrido, que o deponente faça um relato geral sobre o que conhece, o que pensa, qual a sua experiência, como é que a sua organização se tem posicionado a respeito e em seguida, que os Srs. Senadores formulem perguntas e nós, então, concluiremos, se houver ou não perguntas porque como o V. Ex.^a sabe, o seu depoimento será gravado, transcrito depois pela Taquígrafia e servirá de base ao nosso relatório.

O senhor se sinta inteiramente à vontade, não há constrangimento. Entretanto o senhor fica obrigado ao juramento, porque se houver divergência que possa prejudicar o interesse nacional isso pode ensejar um processo criminal. Mas o senhor sabe que jamais se terá qualquer suspeita a respeito de um homem do seu porte, representante de uma firma.

O SR. PRESIDENTE (Divaldo Suruagy) — Concedo a palavra ao Dr. Roberto Teixeira.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Quero iniciar o meu depoimento, colocando um pouco a evolução histórica do que aconteceu na indústria farmacêutica que, creio, que seria benéfico aos debates.

A história da produção farmacêutica no Brasil pode ser melhor compreendida se divida

em períodos baseados no conteúdo tecnológico. Dois períodos desses situaram-se antes da Segunda Guerra Mundial e um terceiro período após a Primeira Guerra Mundial.

O primeiro período era um período em que a tecnologia era artesanal. Até a virada do século, a produção farmacêutica no Brasil, consistia na manipulação de substâncias naturais de origem vegetal, animal ou mineral, com predominância da vegetal em pequenos estabelecimentos de cunho familiar. Isso era a tradicional farmácia — boticário.

No segundo período é o produto biológico. Os produtos de origem biológica caracterizam o segundo período evolutivo. A necessidade de combate a surtos epidêmicos motivou a implantação de laboratórios estatais capacitados para pesquisa e produção de vacinas e soros.

Estas instituições, das quais se podem citar, como exemplo, o Instituto Butantã, em 1889 e o Instituto Oswaldo Cruz, em 1902, exerceram papel destacado no desenvolvimento da tecnologia destes produtos.

Esses laboratórios foram o início do caráter industrial da produção farmacêutica nacional. Essa indústria farmacêutica nacional atingiu o seu auge em torno de 1930. Nesse período já se encontravam instaladas no País diversas casas representantes que importavam matéria-prima farmacêutica do exterior e as embalavam aqui.

O terceiro período, é a revolução terapêutica, o terceiro período da indústria farmacêutica no Brasil é fundamentalmente marcado pela defasagem tecnológica entre a indústria nacional e a dos países mais desenvolvidos. Ela pode ser dividida em duas fases iniciais na primeira fase, a radical mudança da base tecnológica que era sínteses químicas nos anos 30, e na segunda descoberta dos antibióticos nos anos 40 a que propiciou uma rápida e completa alteração do panorama internacional da indústria farmacêutica, o saldo qualitativo. O que produtos oriundos da nova tecnologia trouxeram é inquestionável.

O advento dos antibióticos, na Europa Ocidental, reduziu os percentuais de morte por doenças em níveis substanciais, como por exemplo, a pneumonia, foi reduzida de 31% para 7%, a febre tifóide que dava 20% de morte reduziu-se para 0,6%.

Esses dados demonstram que o acesso à tecnologia de novos produtos era absolutamente vital para quem pretendesse continuar no ramo. Esse é um fato que gostaria de ressaltar. Nesse momento o domínio tecnológico passou a ser um poder muito grande.

A Segunda Guerra Mundial teve papel destacado no desenvolvimento do setor farmacêutico a nível mundial, seja pela demanda inusitada causada pela guerra, seja pela necessidade de medicamentos mais eficazes, permitindo rápido crescimento das empresas existentes e a criação de novas, contribuindo, assim, para a incorporação de pesquisas e desenvolvimento, como atividade inerente à indústria farmacêutica.

Os países capitalistas avançados apoiaram decididamente o desenvolvimento e a consoli-

dação de suas empresas farmacêuticas nacionais, por entenderem o desdobramento estratégico que as novas drogas representavam.

O Brasil que, na época, reconhecia patentes para produtos farmacêuticos, teve o seu acesso à tecnologia bloqueado.

Em 1945, passou o País a não reconhecer as patentes para produtos, mas continuava a reconhecer as patentes para processo de produção.

A indústria farmacêutica nacional, sem ter volumes adequados de recursos para investir em pesquisa e desenvolvimento, somada ao fato da capacitação tecnológica do País como um todo não ser adequada, além de não receber, por parte do Governo, nenhum apoio, tornou-se presa fácil para as empresas estrangeiras. No momento mais crítico de sua história, enfrentando a competição de grupos multinacionais de invejável porte financeiro, não contaram as empresas nacionais com qualquer apoio econômico do Governo para modernização de suas instalações ou mesmo mecanismos que dificultassem a passagem de seu controle para as mãos de grupos nacionais.

Com efeito, o Governo brasileiro não só não cuidou da indústria farmacêutica nacional, como a prejudicou. Um exemplo deste contra-senso, com a Instrução nº 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito, da Sumoc, que implantou, em 1953, um sistema com cinco taxas cambiais, onde a importação de equipamentos para a indústria farmacêutica era onerada. As indústrias genuinamente brasileiras que, inclusive, tinham importações pendentes, tiveram seus planos de modernização inviabilizados.

O rentável mercado dos novos medicamentos foi, então, ocupado pelas empresas multinacionais, enquanto a indústria farmacêutica nacional restringia-se à produção de remédios tradicionais e populares. Esse processo de internacionalização não foi acompanhado de qualquer aporte significativo de capacitação tecnológica ao País, pois a produção de insumos era privilégio das matrizes das empresas estrangeiras no exterior.

A primeira transparência, que vou pedir que passe agora, aí mostra a evolução da participação das empresas estrangeiras no mercado brasileiro.

Como se pode ver, no início do século, a participação das empresas estrangeiras era secundária. Vemos que aqui, com esse novo desenvolvimento, com a base tecnológica, dá o seu primeiro salto nessa década e cresce substancialmente até a posição de hoje. De novo, a partir de 1960, o crescimento diminuiu o ritmo. Vamos ver mais tarde o que provocou esse crescimento.

A segunda fase é chamada de difusão tecnológica.

Nos anos 60 houve uma quebra no monopólio da produção de fármacos. Países com regime de patenteamento mais flexíveis passaram a ser fornecedores de produtos e processos fora das grandes corporações multinacionais que dominavam o setor. Dessa forma, várias empresas nacionais que subsistiam

com as linhas de remédios populares, adentraram no mercado ético e algumas empresas são formadas por profissionais brasileiros, que trabalhavam para empresas estrangeiras. As empresas nacionais que passaram a importar fármacos, tornaram-se competidoras das subsidiárias das empresas estrangeiras, operando com estratégias muito semelhantes, pois ambas formulavam e comercializavam produtos com matérias-primas importadas.

Um dos fatores que fazem com que o processo de desnacionalização continue até os nossos dias é, certamente, a necessidade de controle do mercado pela compra de concorrentes. Esse fator tornou-se muito mais importante, pois o Brasil, em 1969, passou a não reconhecer patentes para processos farmacêuticos, tomando possível a verticalização de diversas empresas nacionais pela produção de seus próprios fármacos.

Esse mecanismo, de ser um pouco mais indolente, é que diminuiu o ritmo do crescimento. Há uma nítida inflexão a partir de 1960: o ritmo de crescimento de desnacionalização é bem menor.

Quero agora fazer algumas considerações sobre o mercado brasileiro.

Favor passar a segunda transparência.

Segundo os dados da Alanac, Associação dos Laboratórios Nacionais, em 1987 as vendas às farmácias, drogarias, hospitais, casas de saúde e aos órgãos governamentais, exceto as vendas à Ceme, Central de Medicamentos, totalizaram cerca de 1,8 bilhão de dólares. A distribuição das vendas por origem do capital é a seguinte: 22 empresas americanas, que totalizam 35%, o que dá uma média, por empresa, de 1,6; 10 empresas alemãs, totalizando 18%, com média de 1,8; 6 empresas suíças com 15%, dando uma média de 2,5; 5 empresas francesas com 7,5%; 6 empresas inglesas com 5,5%; 4 empresas italianas com 2%; 1 austríaco-holandesa, com 2%, 1,3. A média geral daria em torno de 1,5%.

Ao mesmo tempo, isso totaliza 55 laboratórios. E temos 280 de origem nacional que têm apenas 16% das vendas, o que daria uma média de 0,05%. Obviamente, dentro desse universo de 280, existem empresas de porte maior, mas isso mostra que o porte de cada laboratório em si... há uma discrepância grande entre empresas nacionais. O fato de o maior laboratório em vendas só deter cerca de 4,8% do mercado total pode levar à impressão de que o setor está bastante pulverizado. Este argumento só é admissível como expediente caudatário ou desconhecimento de peculiaridades inerentes à indústria farmacêutica.

É mundialmente conhecido o fato de que a indústria farmacêutica é exemplo padrão do gênero industrial, onde os conceitos de indústria e de mercado são de pouca utilidade na avaliação de fenômenos como concentração. A existência de considerável diferenciação e diversificação de produtos e o grau de substituição praticamente inexistente entre os mesmos, evidencia a existência de muitos mercados, pois psicotrópicos não substituem hor-

mônios, que por sua vez não substituem antibióticos e assim sucessivamente.

O verdadeiro mercado é composto pelas diferentes classes terapêuticas e as empresas concorrem dentro de poucas e determinadas classes preferenciais e não homogeneamente distribuídas por todo o mercado.

Passamos ao quadro três por favor.

É a expressão do real grau de concentração do setor, o que é preocupantemente elevado como veremos a seguir. Na classe de antiácidos, antifébricos, a companhia líder detém 14% e as 4 maiores detêm 44%. Vitamina B1 pura associada à maior companhia, tem 41% e as 4 maiores, 85%; e assim vemos nesse quadro que a menor concentração é 4,3%, as quatro maiores. Isso mostra uma forte concentração dos mercados. É isso o que eu queria ressaltar. O mercado farmacêutico não pode ser olhado como um todo, mas, sim, deve ser olhado sob o ponto de vista de classes terapêuticas. A concentração é elevada, bastante elevada.

Quero mostrar agora qual é a posição dos laboratórios farmacêuticos. Segundo os novos dados Alanac, os 40 principais laboratórios farmacêuticos instalados no Brasil detêm a fatia de 80% do mercado. Entre os 40 primeiros, somente quatro são nacionais. O primeiro lugar é da Aché, que é um laboratório nacional, com 4,7% de participação; o segundo laboratório nacional vem em 30º lugar, que é o Dor-sai, com 1,28% de participação, o 32º é Cinto-farma, com 1,25%; e o 37º é a Farmasa, com 1,01%. A participação desses quatro laboratórios somada é 8,3%. Enquanto apenas quatro companhias nacionais estão entre as quarenta principais com 8,31% de participação, as outras 36, todas estrangeiras, participam com 72,12%. Isso reforça aquele quadro anterior que vimos, que mostra que o peso de cada empresa nacional é muito pequeno. Se em vez das 40 primeiras olharmos as 60 primeiras, que representam 91% das vendas, temos só 14 nacionais, além dessas quatro que já falei, o 45º lugar é do Instituto Médico Fontoura; a 46º é o Bio-Sintética; a 49º é a Lipis; a 50º é a Virtus; a 52º é o Instituto Campinas; a 53º é a Infabra; a 54º é a Alergan; a 56º é a Hosborn; a 58º é a União Química; e a 59º, é a NB. Dos 91% do total do mercado farmacêutico atendido pelas 60 maiores empresas — isso representa cerca de 1,6 bilhão de dólares em 1987 — a distribuição é a seguinte: há 46 empresas estrangeiras com 77,76% e 14 companhias nacionais, com 12,73%; os demais 9% do mercado são distribuídos entre mais dez companhias estrangeiras que detêm a maior parte, e o restante com quase 300 companhias nacionais, de porte muito pequeno, o que demonstra a grande dependência do País no setor farmacêutico e a dramaticidade da situação da indústria farmacêutica nacional.

Eu tinha falado que o mercado como um todo não deve ser analisado é, sim, casos terapêuticos. Vamos analisar um pouco como fica a situação quando se refere a produtos em coluna de venda. O mercado farmacêutico brasileiro é formado por cerca de seis mil pro-

duto, com aproximadamente treze mil e quatrocentas apresentações diferentes. Os 55 produtos farmacêuticos de maior venda no mercado farmacêutico brasileiro participam com 25% do total e foram responsáveis por cerca de 450 milhões de dólares, em 1987. De novo, esses dados são da Alanac. Entre esses 55 produtos, encontramos dois medicamentos fabricados por laboratórios nacionais. Em 21º lugar, temos o Fibrase com Clorefenicol, da Aché e, no 51º lugar, temos o Gelol, da Dor-sai. Temos que observar que o primeiro produto é de natureza ética, esse que é vendido com receita médica, enquanto o Gelol é um produto vendido sem prescrição, é um produto popular; há, inclusive, propaganda na televisão. Isso mostra a fragilidade da indústria nacional. Uma outra observação a ser feita é que os cinco produtos líderes participam com quase 5% do total de vendas no mercado brasileiro. Isso é bastante forte.

Vamos ver agora como o setor se comporta com relação a importações. No que tange ao comércio exterior, a balança comercial do setor é deficitária, sendo em 1987 o valor das importações de cerca de 400 milhões de dólares em matérias-primas. Esse valor é relativamente elevado, pois representa cerca de 20% do faturamento do setor como um todo, sendo mais de três vezes maior do que a média em outros segmentos industriais do País. Deve-se ressaltar o fato de que as importações efetuadas pela indústria farmacêutica constituem-se no mais importante mecanismo de remessa de divisas das subsidiárias das empresas multinacionais para suas matrizes, por meio de subfaturamento de insumo, isto é, o preço chamado "preço de transferência".

Os preços das matérias-primas são arbitrados pela matriz, segundo seus objetivos globais, e não de acordo com o mercado aberto. Na prática, a estratégia global das companhias internacionais contemplar o duplo lucro, um, obtido com a produção e a venda dos medicamentos no Brasil e, a de bem maior importância, o lucro oriundo das vendas de matérias-primas de matriz à filial.

Um outro elemento associado à questão das importações farmacêuticas é o caráter do seu controle, pois a fiscalização que poderia ser exercida pela Cacex e outros órgãos do Governo não poderia ser levada a cabo sem a atualização da legislação e fiscalização das especificações técnicas de fármacos e intermediários. Esse é um ponto que gostaria de ressaltar, porque fármacos são normalmente importantes com um nome genérico e não existe uma legislação que estabeleça a sua composição. Torna-se muito difícil comparar a importação de uma empresa com outra; eles são importados não baseados de sua composição química, mas no seu nome genérico.

Ressalto a situação do mercado mundial farmacêutico como isso se reflete no nosso mercado. Principal problema que a indústria farmacêutica nos países desenvolvidos enfrenta hoje é, paradoxalmente, a mesma razão do seu vertiginoso crescimento: a inovação.

Os anos 40, 50 e 60 foram extremamente pródigos em descoberta de novos produtos. Quase todo o arsenal terapêutico hoje disponível e o crescimento do mercado alcançou índices de cerca de 20% ao ano. As décadas de 70 e 80, no geral, apresentaram variantes de melhor eficácia ou tolerância para doenças cujos remédios já existiam, e não era uma inovação realmente.

A bem da verdade, as pesquisas originais das empresas transnacionais não são tão originais quanto essas tentam fazer crer e o aparte dos novos medicamentos são versões mais seguras ou efetivas de um produto-mãe.

São duas as razões para a diminuição do ritmo inovativo. A versão da grande indústria atribui ao rigor dos padrões de segurança e eficácia, impostos pelas autoridades reguladoras do Governo para aprovação de novos produtos, principalmente do Folding Drug Administration (FDA) dos Estados Unidos, que por sua credibilidade é considerado o padrão mundial. Essa regulamentação crescente tem suas raízes no acidente da talidomida, nos anos 60. A outra explicação fundamenta-se na exaustão do acervo de conhecimentos médico-científicos, que haviam suportado o desenvolvimento acelerado da quimioterapia. De fato, essa indústria ainda não assimilou a idéia de que a época de ouro passou e tenta compensar a queda na taxa de crescimento com aumentos de preços e *marketing* agressivos. Seus lucros, todavia, continuam elevados.

Em 1985, os lucros combinados das vinte principais indústrias farmacêuticas americanas exerciam os lucros da Exxon, mas para atingir a igualdade de faturamento era necessário arremeter toda a indústria farmacêutica mundial.

O que atormenta a indústria não é uma queda de lucratividade, e sim a redução da taxa de crescimento, o que é natural pela atualização dos principais mercados.

O crescimento do mercado de medicamentos, nota-se que a partir de 1980 nitidamente a taxa de crescimento está melhor, isso no mundo, não é no nosso mercado. Essa taxa de crescimento do mercado mundial, que mostrarei adiante, é um fator que aumenta a pressão sobre as indústrias nacionais que estão começando o seu caminho no mercado. São dados do Banco Mundial.

Com a taxa de crescimento anual do mercado caindo de 15% na década passada — que foi a taxa entre 70 e 80, que foi de 15% a.a. — para 5% dos anos 80 e a fronteira tecnológica praticamente estacionada, não há como sustentar a lucratividade a médio e longo prazos. O movimento no sentido de aumento de preços e do esforço de vendas são de fôlego curto, colidem com os projetos dos países desenvolvidos em reduzir os custos com a saúde pública. O perfil etário desses países com significativos contingentes de idosos têm elevados gastos públicos com a saúde, para além da capacidade governamental. Os governos da Europa Ocidental e do Japão têm tomado medidas para controlar os custos com medicamentos e o próprio governo dos Estados Unidos passou a permitir aos farma-

cêuticos a substituição de produtos com marca comercial por produtos genéricos mais baratos, salvo explícita recomendação médica.

A propósito, trava-se hoje uma verdadeira guerra no mercado americano de produtos éticos. As grandes corporações gastam milhões para promover em todo o planeta marca comercial de um produto que possui um nome clínico genérico. Por exemplo: um produto que todos conhecem, o Valium, cujo nome genérico é Diazepam. Quando a patente desse produto se expira — que já expirou nesse caso — outras companhias passam a fabricar sua própria versão do medicamento sob o nome genérico. A lealdade, a marca comercial criada pela propaganda, proporciona ao fabricante original um poder de monopólio que ultrapassa os prazos de vigência da patente e os consumidores continuam pagando elevados preços por produtos que possuem similares genéricos mais baratos.

É razoável supor que a estratégia de comercialização por marca comercial seja mais importante do que as patentes para a indústria farmacêutica. Estima-se que mais de 40% das marcas registradas em uso em todo o mundo referem-se a produtos farmacêuticos com nome genérico. A promoção do nome comercial consome entre 20% e 40% do faturamento das grandes companhias que representam, no mínimo, duas vezes os seus gastos com pesquisas e desenvolvimento.

A experiência dos países desenvolvidos tem demonstrado que essa indústria livre da interferência governamental e imune à competição é imune à competição por preços. O consumidor final fica à margem da escolha de medicamentos. A quase totalidade dos médicos desconhece o preço daquilo que receita e ao farmacêutico interessa vender o mais caro, pois a ele cabe um percentual das vendas.

Somente políticas governamentais explícitas como a dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, por exemplo, logram à indústria uma parcela do mercado, que nos Estados Unidos já atingem 35%. O nome genérico hoje representa 35%. Vou lhe dar um exemplo de diferenças no mercado americano entre dois tipos de medicamentos: esse é o nome comercial — e eu vou citar alguns que conhecemos, o Valium, por exemplo, esse é o nome genérico, esse é a dosagem de 25mg, esses preços são para 100 tabletes ou cápsulas, esse é o preço do medicamento vendido sob o nome Valium e também do Diazepam, que é exatamente o mesmo medicamento. Podemos escolher outros: Lasix, que é remédio de uso de 10,74 para 5,89 dólares. Esses dados são de uma associação americana que defende o uso do nome genérico. É isso daí a única diferença, é simplesmente o peso que tem a marca. Não tem nenhuma influência na propriedade terapêutica, simplesmente a população, como um todo, e a própria classe médica tende a receitar um Valium, com mais tranquilidade do que receitar um Diazepam.

Enfim, sem novos produtos que permitam a criação do mercado, assediados pelos produtos genéricos e com a virtual saturação dos mercados do mundo desenvolvido, as gran-

des corporações voltam as suas baterias para os mercados dos países periféricos, com ênfase para países com grande consumo potencial, onde o Brasil ocupa lugar de destaque. O Brasil, apesar do consumo *per capita* ser quase 10% do mercado americano, ainda é o 7º mercado do mundo capitalista. Nenhum outro país do mundo apresenta uma perspectiva tão favorável de crescimento do mercado, sendo, portanto, alvo prioritário na estratégia das corporações internacionais. O potencial está expresso apenas nisso aqui: consumo *per capita*. O Brasil é o 7º mercado, mas o consumo *per capita* é de apenas 14 dólares por habitante. Se fizermos um raciocínio matemático, só para exemplificar, temos, ao invés de 14, 28. O nosso mercado que era 1,9% passa a ser 3,8%, o que desloca a posição para o 5º lugar, simplesmente dobrando. Vemos que 28 ainda é, dentre os dez primeiros países, o mercado mais baixo em consumo *per capita*. Este dado mostra por que o mercado brasileiro é cobijado no exterior. É um potencial de crescimento. Não existe nenhum outro igual. Ai temos dados que nos envergonham — não considero um mérito desse mercado potencial. Países como a Argentina têm um mercado de 38 dólares por habitante, enquanto o nosso é de 14. Isso mostra, simplesmente, que uma parcela da nossa população não é que consuma 14, consome zero, o que é um motivo de vergonha. Por isso somos um atrativo, porque esse motivo de vergonha não pode restar para sempre. O País tem que fazer alguma coisa. Então, é inexorável que o País vai crescer e esse mercado vai ser um crescimento do mercado como não existe em todo o mundo. E essa é a explicação do porquê só recebemos pressões nesse setor.

Hoje, segundo estimativas do setor, cerca de 35 milhões de pessoas são atendidas no Brasil através da venda de medicamentos em farmácias ou drogarias. São pessoas que normalmente compram remédios; outras, cerca de 40 milhões, são atendidas através da Ceme e de outros órgãos governamentais, que simplesmente dão o produto farmacêutico. Só que faltam 35; mais 40 são 75. Faltam 65 milhões de habitantes que não compram e não recebem de graça. Este é o mercado potencial. Isso possibilita a ampliação da parcela nacional da indústria, sem prejuízo das empresas multinacionais aqui instaladas, dado que o atendimento à demanda reprimida far-se-ia em boa parte pelo aumento do consumo governamental junto às empresas nacionais. E apenas para estender a assistência farmacêutica às populações de baixa renda. Isso é algo que gostaria de reafirmar. É fundamental trazer assistência a essa parte da população, hoje cerca de 65 milhões, que não têm acesso a ela. Temos dois caminhos: ou aumentar a renda dessa população, o que se tenta fazer de alguma maneira, ou a Ceme ou órgãos do Governo estender a sua assistência médica, que é um papel também do Governo. Ai, esse mercado cresce em volumes inimagináveis. Hoje, se isso fosse direcionado às empresas nacionais, as empresas multinacionais conti-

nuariam com a sua posição grande, mas possibilitaria o fornecimento e o crescimento das empresas nacionais.

Gostaria agora de terminar apenas com os comentários finais. A indústria farmacêutica nacional vive hoje um momento de decisão, pois, se persistir a tendência passada e atual, a desnacionalização total do setor é inevitável. Na minha opinião três pontos são fundamentais para inverter essa tendência: o primeiro é a manutenção da atual legislação sobre patente; o segundo é a preferência no atendimento do mercado governamental pelas empresas nacionais, o que consta hoje da nossa Constituição; e o terceiro é uma política de preços coerente e realista. Não adianta vender quantidades se não tiver preços. Vamos analisar rapidamente cada uma dessas áreas, apenas como um fechamento.

Primeiro, sobre patente. No meu conceito, que não é só meu, patente, na verdade, é um privilégio legal que se constitui em um monopólio e que cria legalmente uma reserva de mercado. Qual é o resultado desse monopólio? Vamos dar um dado não daqui, do Chile — não temos dados daqui. O Governo do Chile encontrou, recentemente, divergências de preços em importações, após pesquisas feitas pelo Ministério da Saúde chileno. Vou reproduzir no quadro. Isto foi publicado numa revista britânica *script* no seu número 1289, de 9-3-88, página 22. Acho que quanto aos dados, não precisamos nem dizer nada. Isso é um fármaco de clorofenato. O primeiro dado é uma empresa que importou de uma firma que não detinha patente, de uma firma que fornecia o produto. Custou 111 dólares por quilo. Outra é importada da Ciba-Geigy. Custou 1648, a Pfizer, importou, da Irlanda a 12100 dólares e a Norgini, na Suíça, a 138. Trimetropim, 338-4348. Inclusive, aqui, é interessante, porque duas importações: Diazepam, 2.360,3; E na hora em que existe a patente, nós só podemos comprar do fabricante que detém a patente, vamos comprar a 12.100 dólares, não a 138. E nós não podemos produzir, porque se ele detém a patente e nós a reconhecemos, não temos outra alternativa a não ser comprar desse. Por isso, acho que a manutenção da legislação da patente é fundamental.

Um outro ponto de que falei é sobre o mercado governamental. Como vimos anteriormente, existe no Brasil uma grande parte da população que não é atendida pelo sistema de saúde. Esse mercado, que tem que ser considerado dentro de uma política de saúde pública, é grande o suficiente para expandir o mercado de fármacos em, pelo menos, duas vezes, num prazo curto, o que teria efeito de expansão para as indústrias nacionais, que estão contempladas por preferência de atendimento pela nova Constituição, capaz de torná-las mais fortes financeiramente. E na hora em que elas tiverem uma maior capacidade financeira, certamente serão mais fortes tecnologicamente. Para que o crescimento do mercado governamental seja preponderantemente absorvido pelas empresas nacionais, o que é imprescindível para o desejado fortalecimento

do segmento nacional da indústria farmacêutica, faz-se necessária a articulação de esforços na área do Governo, através da concentração de recursos Ceme, destinados à aquisição de medicamentos necessários para esse ambicioso programa de dispensação farmacêutica. O convênio Ceme/BNDES resume a solução para a garantia de assistência medicamentosa à população e ao aparelhamento do setor nacional para essa demanda, visto que é um mercado que não tem tido o interesse das empresas internacionais. Apenas como esclarecimento, esse convênio Ceme BNDES previa que seriam concedidos recursos para o desenvolvimento tecnológico a empresas nacionais, e que a Ceme compraria preferencialmente dessas empresas nacionais. Isso daria uma base de crescimento a essas empresas nacionais.

O outro item de que falei foi sobre a política de preços. Os preços dos medicamentos no País são, quando comparados aos do exterior, baixos. O preço médio dos medicamentos nos Estados Unidos situa-se em cerca de 7 dólares, enquanto no País, em cerca de 0,80 dólares, segundo fontes da Alanac.

O CIP, que é o Conselho Interministerial de Preços, é seriamente responsável por essa situação no setor farmacêutico pela falta de um plano de análise técnica que permita e reconheça o direito do retorno dos investimentos feitos. O CIP foi um dos instrumentos que colaboraram no processo de desnacionalização e a indústria nacional foi a que mais sofreu pela falta crônica de capital de giro.

Acreditamos firmemente que se esses três fatores patentes, mercado governamental e preços adequados forem atendidos, certamente a curto prazo teremos um novo panorama no mercado farmacêutico no que se refere às empresas nacionais. Era este o meu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Divaldo Suriaagey) — Está franqueado o debate aos Srs. Senadores que desejarem.

O SR. AFONSO SANCHO — Gostaria de fazer a seguinte indagação: a que o senhor atribui esse pouco interesse do empresário brasileiro em montar laboratórios, ou esse é um ramo que dá tanto lucro, tem um mercado relativamente grande, onde está esse pouco interesse, esse pouco apetite?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — O primeiro é que na situação de hoje aqui o lucro não é tão grande, tendo em vista que os mercados atendidos pelos laboratórios nacionais são muito pequenos, então, o volume de lucro é pequeno. Outro fator é que a inovação tecnológica, a evolução da tecnologia faz com que, enquanto as empresas multinacionais tenham de suas matrizes uma tecnologia mais atualizada, a empresa nacional tem tecnologias um pouco mais defasadas, o que faz com que a margem de lucratividade desses produtos seja menor.

Na minha opinião, senador, na hora em que for oferecida ao laboratório nacional possibilidade de expandir o seu mercado não haveria

nenhuma resistência de ninguém investir. O problema hoje é que o mercado está num dilema, está dividido 85% por empresas multinacionais, 15% por empresas nacionais e não há um crescimento porque uma parte grande desse mercado está à margem desse mercado. Vimos que aproximadamente 65 milhões de pessoas não têm medicamentos. Então, não há perspectivas se não houver uma medida governamental de um plano de saúde pública, não há possibilidade de expansão imediata, a curto prazo, desse mercado. Isso na minha opinião é o que tem feito uma certa timidez do empresário nacional. Mas, por outro lado, gostaria de ressaltar, senador, que os laboratórios nacionais têm investido em coisas de retorno muito menor, eles têm investido basicamente em desenvolvimento tecnológico, através de convênios com a Ceme têm sido desenvolvidos fármacos no País dentro da relação da Rename e tem sido basicamente de empresas nacionais. Então, a timidez é relativa, eles têm investido no setor. Existem hoje modernizações. O que está acontecendo — e quero citar um fato apenas — é que o mercado começa a ficar tão interessante potencialmente que grandes grupos como a Norquisa, que não são do ramo, estão investindo no setor. Então, estamos em um ponto de inflexão, senador.

O SR. AFONSO SANCHO — Essa condição da empresa nacional de desenvolver seria através de um privilégio em detrimento das empresas estrangeiras.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Não, em absoluto. O mercado das empresas estrangeiras, se for na expansão do produto para a saúde pública, esse mercado não tira nenhuma fatia da empresa multinacional estabelecida, ele cria um novo mercado, estamos criando. O que está sendo feito, se é que pode ser chamado de detrimento, é que estamos oferecendo um novo mercado para as empresas nacionais: o crescimento seria preferencialmente nacional mas isso não implica, não faz sentido, inclusive, dizer que vai se nacionalizar o setor todo; isso nunca ocorrerá, porque não existe em lugar nenhum a não ser nos regimes totalitários em que o estado assumiu esse papel. Acho que isso em nenhum momento — se passei essa impressão peço desculpas — mas em nenhum momento falei em retirar nenhuma fatia da multinacional.

O SR. AFONSO SANCHO — Ainda estou em dúvida aqui de como seria feito, proporcionado, este desenvolvimento. Se através de uma linha de crédito especial, através de privilégios de impostos fiscais?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Eu diria que não precisaria nenhum incentivo desse tipo, falando de incentivos fiscais ou privilégios. Eu diria que simplesmente se o Governo dissesse assim: "No próximo ano teremos um programa de saúde que necessitará da compra desses produtos, nessa linha e darei preferência às empresas nacionais..." e as empresas nacionais investiriam para atender o mercado.

Nas minhas três considerações não coloquei nenhum privilégio de natureza creditícia deste tipo, porque o que existe hoje, que é relativamente pouco, e eu diria que é adequado; que é basicamente voltado ao desenvolvimento tecnológico e não ao mercadológico, e eu diria que é adequado.

O SR. AFONSO SANCHO — Na sua opinião as empresas nacionais se sentem sojigadas pelas empresas estrangeiras?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Eu diria que sim, porque elas estão ocupando o espaço, a multinacional cresceu e ocupou o espaço, e ela tem este espaço, a empresa nacional não tem como crescer. Ela tem menor capacitação tecnológica, menor capacidade financeira, então, e detem em porte menor. Não é que a multinacional faça uma pressão contrária, ela simplesmente ocupou um espaço e mantém este espaço. Então, é por isso que sugeri expandir o mercado deixar a multinacional com o espaço dela, e expanda o mercado para a empresa nacional.

O SR. AFONSO SANCHO — Esta importação de 400 milhões de dólares, é só para produtos farmacêuticos ou para outros produtos?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Não, apenas para insumos farmacêuticos.

O SR. AFONSO SANCHO — Dois fatos interessantes. Um é que nós tivemos aqui o presidente da Abifarma, como o senhor deve saber, e nós concluímos que existe uma paz muito grande entre o mundo empresarial farmacêutico, tanto multinacional como nacional, e ele também nos falou, embora até tenha dado um número menor na importação, parece-me 340 milhões de dólares, e disse que esta importação não é só para produtos farmacêuticos, que tem outros produtos que não são farmacêuticos, mas que estão incluídos no rótulo de produtos farmacêuticos.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Senador, este dado que estou oferecendo, é um dado do Conselho de Desenvolvimento Industrial, que diz que é produto farmacêutico, realmente não analisei a pauta de importação. Neste momento só posso lhe dizer isto, estou dando um dado do Governo, o que realmente contém não sei.

O SR. AFONSO SANCHO — Outro assunto também, dizem que o nosso produto aqui é um dos mais baratos do mundo.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Não sei se é dos mais baratos do mundo, mas comparado com os países desenvolvidos, é barato. Isto é verdade.

O SR. AFONSO SANCHO — Tem país que atinge até 41 dólares a média.

Portugal 30 dólares, e aqui me parece que é 0,8.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Isso é verdade. Também tenho a mesma opinião.

O SR. AFONSO SANCHO — Inicialmente era isso, Sr. Presidente. No decorrer das inda-

gações acredito que precisarei falar novamente.

O SR. PRESIDENTE (Divaldo Suruagy) — Tem a palavra o Senador Pompeu de Sousa.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Verifico que pelo pequeno *quorum* da comissão, eu e o Senador Afonso Sancho estamos repetindo, hoje pela manhã, e agora à tarde. S. Ex.^a hoje pela manhã, declarou que iria fazer o papel de "Advogado do Diabo", e eu então, por contraposição, embora conterrâneo, colega, e amigo, disse que neste caso iria fazer o papel de "Advogado de Deus", porque ele fez uma declaração de princípios, que era diametralmente opostas às minhas. Depois verificamos que nas respostas hoje pela manhã, ele é quem fez o "Advogado de Deus" eu o "Advogado do Diabo". Agora, realmente, cumpre-me assumir o papel que é "Advogado de Deus".

Na verdade, a sessão vespertina da comissão está parecendo até uma resposta à sessão matutina. Nada melhor do que isso. Temos aqui o exemplo de como as comissões parlamentares de inquérito devem proceder, criando até um processo dialético: tese, antítese e quem sabe a comissão faz a síntese, se chegarmos à obtê-la — até a síntese farmacológica, se o caso.

Já estive visitando alguns empreendimentos na área da indústria farmacêutica deste País, no interior de São Paulo, a primeira vez, se não me engano, em Angatuba, quase na fronteira com o Paraná. Depois, estivemos na inauguração da Carbonor. Fiquei impressionadíssimo com o espírito de realização, de pioneirismo e de conquista de um território estrangeiro no Brasil, que é a produção autônoma de fármacos, que é o desenvolvimento da química fina, da tecnologia de ponta, sobre a qual, hoje de manhã, já falei abundantemente e não quero voltar a falar, pois seria repetitivo. Considero essa produção fundamental.

Verificamos que já não precisamos expulsar — como teme o meu colega Afonso Sancho — quer dizer, promover uma cruzada nacionalista, expulsando os invasores estrangeiros, fazendo uma nova Batalha dos Guararapes. Não precisamos fazer isso. Precisamos, apenas, conquistar o mercado brasileiro para a produção brasileira, para a indústria farmacêutica brasileira. E essa tem dado demonstração realmente de uma grande capacidade. O que é mais empolgante é que essa capacidade é nascida quase que ao desamparo, porque ela resulta evidentemente de pesquisa científica e tecnologia de ponta, e a pesquisa, neste País — hoje de manhã já falei nisso e não quero voltar a falar — é o elemento fundamental pelo qual se conquista o desenvolvimento e até a autonomia nacional.

Pergunto ao nosso depoente de hoje à tarde sobre o problema pesquisa. Fiz uma pergunta, hoje de manhã, e o depoente não respondeu a este primeiro ponto — talvez não tivesse dados sobre isso — mas respondeu à segunda parte. Perguntei se havia conhecimento, se havia dados estatísticos — se não estatísticos

rigorosos, porque sabemos que a estatística é algo muito enganoso, pelo menos aproximados — da pesquisa como componente de custo no produto, no fármaco. Esse me parece um elemento fundamental para a libertação e para o desenvolvimento da indústria farmacêutica brasileira.

Pergunto-lhe também o seguinte: qual é a participação da pesquisa na área da indústria e qual é a contribuição da pesquisa universitária, que me parece muito precária por falta de recursos? Isso me aflige muito. Não sou homem da área farmacológica: sou homem da Educação. Preocupa-me muito o problema universitário, o problema de pesquisa universitária neste País.

Pergunto: até onde a pesquisa universitária tem colaborado para os progressos da farmacologia brasileira e qual a participação, na composição dos custos, do fator pesquisa?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA - Sobre a primeira parte da sua pergunta, senador, quer dizer, qual seria, no preço de venda do medicamento, o componente de pesquisa, não tenho esse dado.

Mas posso lhe dar um dado: é que, hoje, as empresas, os laboratórios nacionais que estão tentando desenvolver seus próprios fármacos, com processos tecnológicos, têm gasto em pesquisa algo como 10% de seu faturamento. Este é o único dado que eu poderia lhe dar; da composição não tenho.

O SR. POMPEU DE SOUSA - Já é alguma coisa.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA - Sobre o esforço, realmente, do desenvolvimento tecnológico, houve, durante muito tempo, um processo na universidade que dissociou um pouco a universidade do resto do País. A universidade ficou um pouco autônoma.

O SR. POMPEU DE SOUSA - Ficou um pouco torre de marfim.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA - Isso. Então, a interface que deveria existir entre a indústria e a universidade tem tido alguns problemas, mas há esforços muito sérios por parte da universidade e da indústria de acabar essa barreira e se unirem. E já existem várias empresas que têm feito desenvolvimento em conjunto com a universidade.

Na verdade, na minha opinião, acho que essa é a única maneira de chegarmos a algum lugar, porque a universidade é onde começa a coisa, é a ciência pura.

Então, é importante isso.

Nós temos deficiência em áreas de pesquisa que são básicas para a indústria farmacêutica. Por exemplo, em farmacologia, que é uma parte da ciência fundamental para o desenvolvimento dos farmacêuticos, nós somos deficientes. Mas hoje já existe, dentro da comunidade científica, em alguns lugares, pelo menos, um claro sentimento da importância disso.

O SR. POMPEU DE SOUSA - Tenho impressão que na Unicamp existe esse trabalho e

também na Federal do Rio de Janeiro, antiga Universidade do Brasil, não é?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA - Exatamente.

O SR. POMPEU DE SOUSA - São os dois centros mais desenvolvidos nesse terreno.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA - Eu acrescentaria a essas a USP, também.

O SR. POMPEU DE SOUSA - A USP também.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA - Essas três: a USP, a Unicamp e a Federal do Rio de Janeiro são universidades que já têm esse sentimento e têm trabalhado nisso, e os resultados estão começando a ser colhidos agora.

Eu fugi um pouquinho do nosso tema, mas V. Ex.^a perguntou...

O SR. POMPEU DE SOUSA - Em meio a uma grande aflição por verbas das universidades.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA - Exatamente, e isso daí é muito sério, porque nesse momento em que a universidade começa a expandir as suas atividades, ela sofre um corte nas suas verbas. Então, isso pode comprometer o desenvolvimento.

O SR. POMPEU DE SOUSA - As operações "desmonte", que estão desmontando este País.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA - "Desmonte", exatamente. Isso aí é uma preocupação nossa. Inclusive, hoje de manhã, eu passei só um pouco aqui na reunião porque fui a uma reunião tentando levar o meu protesto contra o desmonte no orçamento de Ciência e Tecnologia, porque é algo que é fundamental para a indústria.

Eu não sou um homem de universidade, eu sou um homem de indústria. É fundamental para a indústria. É para a universidade como decorrência para a indústria.

Então, eu acho que esse esforço tecnológico... eu diria que nos últimos três anos fizemos um esforço maior do que nos últimos cinqüenta anos. Mas acho que estamos indo lá.

Existe, hoje, um volume muito grande. Existem cerca de cem fármacos que estão sendo desenvolvidos por empresas nacionais, de novo sob o guarda-chuva do não reconhecimento das patentes. Algumas, a maior parte, para ser honesto, a maior parte. Mas existe esse esforço.

Então, algo que V. Ex.^a me perguntou, se as empresas estão investindo nesse setor, estão investindo. Estão investindo timidamente mas estão investindo.

O SR. POMPEU DE SOUSA - Mas esse não reconhecimento de patentes não exonera a obrigação de manter uma tecnologia avançada até para copiar.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA - O senhor está perfeitamente certo.

O SR. POMPEU DE SOUSA - Não se copia na ignorância.

Dizia mestre Luís de Camões: "Não se aprende, Senhor, na fantasia, sonhando, imaginando ou estudando, senão vendo, sentindo e praticando". Quer dizer, praticando mesmo.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA - Mesmo.

Senador, infelizmente, se era para copiarmos a patente, a patente não é uma receita de bolo. É um indicativo e tem um esforço de tecnologia muito grande.

O que faz, simplesmente, é que encurta esse tempo de esforço, não elimina. Não elimina de maneira alguma.

E, na verdade, nós não reconhecemos patentes há algum tempo e não fizemos nada, não porque não quiséssemos fazer nada, nós não tínhamos a capacidade nem de copiar. Eu acho que isso é fundamental.

Hoje nós temos, e é por isso que, hoje, as pressões para mudarem a legislação são fortes.

Hoje, e não há cinco anos, porque há cinco anos nós não tínhamos capacidade de copiar. Então, reconhecer ou não reconhecer não fazia nenhuma diferença, nós não tínhamos capacidade. Isso resulta não só do esforço da indústria como do esforço da universidade e acima de tudo da união das duas. Acho que esse é o grande enfoque, e o que é fundamental.

O SR. POMPEU DE SOUSA - Um esforço meio heróico.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA - Heróico, mas acho que o resultado compensa os heroísmos.

O SR. POMPEU DE SOUSA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Divaldo Suruagy) - Senador José Paulo Bisol deseja fazer alguma pergunta?

Senador Afonso Sancho deseja fazer alguma pergunta?

O SR. AFONSO SANCHO - V. Ex.^a é daqueles que acreditam que essas empresas internacionais do setor farmacêutico, com sede no Brasil, exportam os seus produtos, a matéria-prima para o Brasil majorados, para que a empresa que não dê lucro ou por outra conveniência qualquer?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA - Senador, de novo, eu não conheço a composição do custo de uma matéria-prima no exterior. Filosoficamente eu poderia colocar para V. Ex.^a algo em que ficaria clara a minha posição; trata-se do seguinte: o desenvolvimento de um fármaco demanda um certo esforço e obviamente determinados custos.

A empresa que desenvolve esse fármaco tem que recuperar esses custos dentro da regra do regime capitalista no menor prazo possível. E para isto ela quer botar o maior preço possível e atender o maior mercado possível. É esse é o fundamento porque ela quer patente, porque a patente lhe garante não ter nenhum outro preço referencial para se poder comparar e ter o mercado do mundo a sua disposição.

Então, essa é uma posição que, até sob o enfoque da multinacional, acho válida. Ela está tentando recuperar o seu investimento. O outro lado, acho que compete a nós, como País, aceitar ou não aceitar isso. Assim, temos que procurar um termo de referência. De novo, acho que é natural que ela tente vender por um preço maior possível.

Nós vimos que ela vende por um preço maior naquele quadro que eu comparei com produtos de marca e produtos genéricos e a razão dela estar com o preço maior é que ela está tentando amortizar gastos. Ela já tem uma fatia grande no mercado e está tentando amortizar gastos e vai fazer isso sempre.

Agora, como País, não podemos ficar na dependência disto; nós temos que ter é um referencial. O produto feito aqui tem um custo tanto, então esse custo é excessivo. Essa é a única maneira de dizer se o custo é excessivo ou não. A outra maneira seria entrar na intimidade da empresa e fazer uma análise da composição dos custos e isto é impossível.

O SR. AFONSO SANCHO - Ou então o órgão controlador, que no caso é a Cacex devia ter um preço referencial genérico e quando o laboratório disser: quero importar tantas toneladas do artigo tal com aquele preço, a Cacex pode dizer: não, o preço é este aqui.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA - Exatamente, concordo plenamente.

O SR. AFONSO SANCHO - V. Ex.^a acredita que empresas brasileiras e estrangeiras têm prejuízos contínuos ou pressão do Governo por essa burocracia que existe no CIP e outras coisas?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA - Nobre Senador, não sou de laboratório, minha empresa é uma empresa química, faço fármaco, não faço laboratório. Essa pressão do CIP foi basicamente sobre o preço do laboratório. Se eles têm perdas contínuas ou não, de novo, não posso lhe afirmar. O que posso lhe afirmar é o seguinte, o CIP não dá um tratamento, sob o ponto de vista igualitário. Ele trata de uma determinada maneira as matérias-primas, que são produtos químicos dos quais ele consegue analisar a composição dos custos, e outros são os fármacos. Muitas vezes ele não tem feito o repasse desse custo e certamente isso provoca prejuízo; se é muito ou pouco; não tenho como aferir.

Outro fato é esse que aí como V. Ex.^a disse pela manhã e o presidente da Abifarma falou e confirmo, o preço médio do nosso medicamento é muito baixo. Se é muito baixo tem alguma coisa errada em algum lugar. Se é muito baixo, certamente, a margem de lucratividade é muito maior do que nos países desenvolvidos.

O SR. AFONSO SANCHO - Realmente, o preço, fazendo essa comparação internacional, é baixo mas é muito alto para o brasileiro.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA - De novo, aí, estamos num problema - se V. Ex.^a me

permite — muito mais sério. Nós somos um País pobre e, aí, de novo — foi aquilo que eu disse — a única maneira de se agregar um mercado farmacêutico é através da assistência da saúde pública, porque, infelizmente, não temos renda. O problema, aí, é diferente. Não é que o preço do medicamento seja alto. Nós é que não temos recursos para comprá-lo. Nós temos uma parte da nossa população à margem da sociedade de consumo. Então, este é um impasse que nós não podemos — se, por outro lado, se tentar baixar o preço do produto farmacêutico, o único resultado que vai acontecer disto, Sr. Senador, é que caberá ao Estado a produção de todos os produtos farmacêuticos. É inevitável. Só o Estado é que pode bancar, porque a contabilidade do Estado não é feita em termos econômicos e sociais — este é o papel do Estado. Então, concordo com V. Ex.^a A nossa população como um todo não tem capacidade para comprar medicamentos, mas não porque os nossos preços sejam altos mas porque a nossa população é muito pobre.

O SR. AFONSO SANCHO — Eu, ainda, faço a última indagação — mesmo V. S.^a não sendo dono do laboratório, como já disse. Pergunto: numa visão geral, o Sr. não vê que esse excesso de amostras grátis — porque, muitas vezes, se vê pilhas dessas amostras em consultório médico, sem nenhuma utilização e, também, as embalagens, às vezes, muito sofisticadas — não contribuem para encarecer um pouco o produto?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Certamente e, novamente, isto faz parte da estratégia de manter a marca e não o nome genérico. Então, é preciso fazer um esforço exagerado para manter a marca e eles precisam manter a marca, porque é mais resistente do que a própria patente. Então, quando expira a patente que lhe garantiu o mercado, a marca, ainda, tem um período que lhe garante o mercado. Então, o investimento é feito naquele sentido: de ter o retorno maior possível e é isto, a embalagem também. Uma prova disto é que a Central de Medicamentos, que atende essa farmácia básica, tem as suas embalagens padronizadas certamente para baixar os custos. Não tenho como aferir o percentual que afeta mas, certamente, afeta o preço.

O SR. AFONSO SANCHO — Obrigado. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Nobre Senador Pompeu de Sousa, V. Ex.^a deseja falar?

O SR. POMPEU DE SOUSA — Na verdade, não quero monopolizar, com o Sr. Senador Afonso Sancho, as atividades da comissão. Apenas uma conclusão de toda a nossa reunião hoje, pela manhã, e da nossa reunião, hoje, à tarde; nós chegamos à conclusão de que o problema da indústria farmacêutica, afóra todas as outras implicações que ela tem —, há um componente fundamental desse problema que é o componente social do Brasil. Temos cerca de 60% da nossa população com uma demanda reprimida — e aqui falou

o presidente da Abifarma — que não têm nenhum socorro médico e nem farmacêutico e que vivem em condições subumanas. Enquanto este País não libertar os escravos da subumanidade, que são cerca de 60% dos seus habitantes, não haverá indústria farmacológica e nem indústria farmacêutica. Não haverá coisa alguma que não seja, realmente, problemática. Este País tem que resolver os seus problemas pela base e o problema básico deste País são as condições de subumanidade em que vive a maioria da sua população. Esta é a conclusão que tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Antes de conceder a palavra ao nobre Senador Leite Chaves que é o relator da comissão, gostaríamos apenas de frisar que um país que tem 30 ou 40 milhões de habitantes, com uma renda *per capita* muito acima da média, poucos países da Europa têm população acima de 30 ou 40 milhões de habitantes, se não me engano, apenas três: Alemanha, França e Itália e se isto representa um dos maiores mercados do mundo, então este país, é de uma potencialidade incrível. O que é preciso é que não só o governo, porque o governo é bom que a gente sempre repita, não é a figura isolada de um homem num palácio ou de um grupo de homens que compõe o ministério. Governo são as forças vivas da sociedade, são os sindicatos, são as associações de classe, são os empresários, enfim, aquilo que pressiona as decisões do governo. E nós sabemos que um presidente da República, tem um poder de decidir muito limitado. Aparentemente ele é todo-poderoso mas, na verdade, a sua capacidade de decidir é muito pequena, diante das pressões da sociedade. Mas a verdade é que se impõe a abertura de mercado através de uma maior oferta para uma população carente de recursos, carente de tudo. Se a Alefima, atuando em toda a indústria farmacêutica, ao lado do poder político, representado por esta Casa e, particularmente, por esta comissão, se nós fizermos um esforço para a abertura do mercado e melhoria das condições de vida dessa população, eu acho que será, realmente, uma grande contribuição. Agora, o que não pode ficar nunca limitado a uma ação do governo, a classe empresarial, não somente através do pagamento de impostos mas assim, também, de algo mais, porque não é possível um país que atingiu um estado de capitalização como o nosso ainda conviver com a figura do miserável. A pobreza sempre existirá — em qualquer lugar do mundo — mas a figura do miserável que, eufemisticamente falando, nós chamamos de quarto estrato da sociedade, não tem sentido. Hoje existe uma consciência da classe empresarial, juntamente com aqueles que compõem essa estrutura do governo, para que reajamos a isso. Mas o Senador Leite Chaves, que é realmente o espírito desta comissão pois ela partiu da sua inteligência, da sua sensibilidade — é quem vai interrogar por último V. Ex.^a.

O SR. LEITE CHAVES — Dr. Roberto, V. S. poderia deixar essa conferência e essa

transparência conosco, para facilitar nosso trabalho?

O Presidente da Abifarma, aqui presente, chegou a dizer que éramos um dos países de menor capacidade de consumo do mundo no setor de remédios, e mais ou menos isso foi dito pela V. Sa. Disse que as firmas estrangeiras aqui se mantêm porque seu faturamento é mínimo, quer dizer, em relação ao que eles faturam fora, e por faturarem fora eles têm condições de se manter aqui por duas razões. Primeiro, porque facilmente não conseguem vender os seus estoques, os seus artigos, ninguém os compraria. E depois, porque eles mantêm essa expectativa de que essa potencialidade do mercado brasileiro venha a efetivar-se. V. Sa. em outras palavras, também, disse isso. Mas quando é que se efetivaria? Que causa poderiam concorrer para esse mercado, essa potencialidade ser efetivamente no seu entender?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Senador, esse mercado potencial que existe é o que o deputado acabou de definir como "miséria absoluta", o que é verdade. Na verdade, o nosso mercado é hoje cerca, de trinta e poucos milhões de habitantes, que consomem uma média de 13 dólares *per capita* de medicamentos. Mas é 13 dólares sobre os 140 milhões. Se eu fizer isso, só sobre 35, temos um mercado comparável ao da Argentina, que é o décimo mercado *per capita*. Na verdade o nosso País tem apenas pelo censo, 140 milhões de habitantes, e a atividade econômica por pessoa restringe-se à metade disso. Estou sendo bastante generoso, metade disso e a única maneira de expandir isso no setor farmacêutico é, simplesmente — não há outro jeito, a não ser expandir o serviço de assistência de saúde pública, porque essa população está tão marginalizada que não há esforço, a curto prazo, do Governo, que faça com que ela adquira poder aquisitivo suficiente para poder comprar medicamentos. Na verdade, hoje ela é carente de tudo, é miserável, mesmo, o termo é "miserável", ela é miserável, mesmo. Então, a única maneira de atender isso é um programa coerente de saúde pública. De novo, gostaria de ressaltar a importância que foi a criação da Central de Medicamentos, que é um órgão do Governo que tem como atividade exatamente o fornecimento de medicamento às classes menos favorecidas. Esse programa está hoje muito reduzido pelos desmontes e cortes. Mas essa é a única maneira de expandir esse mercado, porque não há como fazer, a curto prazo, infelizmente, nenhum de nós aqui tem uma fórmula de fazer com que todo esse pessoal marginalizado passe, a curto prazo, a se juntar à sociedade de consumo. A única maneira, o primeiro estágio, é a fase assistencial e paternalista. Agora, concordo com o Senador Suruagy quando disse que realmente...

O SR. PRESIDENTE (Divaldo Suruagy) — Eu me sinto honrado, porque fui deputado tão jovem e é como se fosse uma homenagem ainda permanecer jovem.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — É porque conheço V. Ex^a ao tempo em que era deputado. Fiz um esforço para não chamá-lo de governador.

De novo é importante, porque trata-se de uma ação de governo. Também será transitório, será enquanto o Governo der essa assistência, e quando por um motivo qualquer não a puder dar, ele volta à posição anterior. É preciso haver um esforço da sociedade como um todo, porque realmente não mudou nada, simplesmente houve um movimento pontual que num determinado momento o Governo decidiu dar assistência médica, o mercado cresceu; no ano seguinte, por motivo de orçamento, ele teve que diminuir a assistência à metade e o mercado sumiu.

É um esforço que não pode ser isolado, nem dentro da sociedade nem dentro do Governo, isso, na minha opinião, tem que ser um enfoque de governo, que precisa tomar as medidas necessárias para trazer essa população para o País, porque hoje ela simplesmente o habita. Então, esse é um ponto. Concorde com o senador, quando disse que se não houver um esforço de todos nós não teremos como resolver.

O SR. PRESIDENTE (Divaldo Suruagy) — Senador Leite Chaves, se V. Ex^a me permitir, eu estou no exercício da liderança do meu partido, lá em plenário: Eu solicitaria que o Senador José Paulo Bisol presidisse os trabalhos. O Senador Paulo Bisol é o presidente de fato, o de direito sou eu, mas é S. Ex^a que tem sido o grande condutor desses encontros.

O SR. LEITE CHAVES — V. Ex^a fez uma sinopse, um resumo da atividade de que tratamos aqui desde a sua formação primitiva até aos tempos de hoje, desde a farcopia, que vai da farmácia de família até os dias atuais dos grandes conglomerados internacionais. Mas, de 1970 para cá, houve um avanço imediato, houve um salto imediato no volume dessa produção e no valor dessa produção. Que causas teriam concorrido para isso?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Foi basicamente nisso quando começaram a surgir grandes inovações terapêuticas que, apesar de serem produtos que o efeito era muito benéfico, o seu custo era muito mais alto. Então nós passamos de produtos artesanais para produtos industrializados, com grande componente de custo tecnológico embutido no seu preço, que inevitavelmente, tem um efeito como remédio muito mais eficaz e, por outro lado, tem um custo muito mais alto. Isso daí explica por que de repente houve uma inflexão do custo, o resultado foi melhor, mais nós pagamos um preço por isso: não só no Brasil como em todo o mundo houve um salto. E certamente isso daí se encaixa no setor farmacêutico com uma nova perspectiva de uma revolução, que são os produtos de origem via biotecnologia. Certamente nós vamos ter outros produtos, talvez mais ativos, mas certamente o custo será mais alto.

O SR. LEITE CHAVES — Quer dizer que a causa desse aumento de consumo não foi o aumento do poder aquisitivo no País? Quer dizer que é elástica a capacidade do povo de absorver remédio ou medicação, se ele for melhor ou cientificamente mais elaborado o consumo aumenta?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — É elástico porque nós estamos falando simplesmente dos 35 milhões de habitantes que têm poder aquisitivo, comparados aos países da Europa. É o único mercado que temos, nós só temos 35 milhões de habitantes. Então, esse mercado é elástico, o País como um todo é totalmente inelástico, mas os 35 milhões tem um poder, uma renda *per capita* bastante razoável, obviamente não muito elástica, mas bastante razoável.

O SR. LEITE CHAVES — Quais são as matérias-primas nesse setor de que nós somos totalmente dependentes?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Cada fármaco em si se origina de um determinado composto. Então, nós temos uma infinidade de matérias-primas. No momento, eu não poderia listar quais matérias-primas.

Certamente, com relação à parte de hormônio, dentro daquelas classes terapêuticas, somos totalmente dependentes.

O SR. LEITE CHAVES — No Brasil já se faz alguma coisa nesse sentido, para que possamos ser autônomos ou menos dependentes?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Existe, Sr. Senador, um esforço que foi feito nesse sentido, que se chama Rename: é a Relação Nacional de Medicamentos. É uma lista de medicamentos que são considerados essenciais. O conceito dessa lista é que ela cubria uma relação de medicamentos que seriam indispensáveis, que cobriria exatamente essa preocupação que V. Ex^a está levantando. Quais os medicamentos essenciais que devemos ter no País para qualquer eventualidades? Isso é a Rename.

Elaborada essa lista, foi feito um esforço, através da Central de Medicamentos, para incentivar que empresas passassem a produzir no Brasil os fármacos necessários a essa Rename e isso sendo feito.

Hoje, eu diria que dois terços da Rename já existem em produção nacional. Esse esforço foi feito, mas são medicamentos meramente essenciais. A maior parte deles se destina exatamente àqueles sessenta e cinco milhões que não conta. Temos vermífugos, de uma maneira geral, temos vitaminas, temos realmente o básico. Nós não temos nenhum medicamento sofisticado. Então, a Rename é isto, uma tentativa de o Governo, sob o ponto de vista de segurança em saúde, dizer o que é indispensável no País.

Existem produtos da Rename feitos por empresas nacionais e por empresas internacionais. Apenas, de uma maneira geral, as empresas Nacionais é que têm feito a maior parte do desenvolvimento.

O SR. LEITE CHAVES — As universidades brasileiras são solicitadas na pesquisa pelos laboratórios estrangeiros ou nacionais?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Com relação aos estrangeiros eu não tenho informações, mas os nacionais certamente. Eu lhe diria que no eixo Rio-São Paulo-Minas Gerais, nesse triângulo, existem poucos grupos lidando com síntese de fármacos, ou com farmacologia que não tenham um convênio com uma empresa nacional, desenvolvendo algum processo inteiro ou um determinado estágio de processo ou um estudo específico. Existe hoje esses esforços bastante grande. Agora, isso é uma coisa bastante recente. Eu diria que há três anos essa interface entre a universidade e a empresa nacional era desprezível. Hoje não, hoje é algo preponderante.

O SR. LEITE CHAVES — É possível, digamos, fazer uma avaliação do que se investe em pesquisa no Brasil nesse setor, o percentual sobre faturamento...

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — É possível. Já tenho dito em outros lugares, que nós investimos cerca de 0,6% do PIB em pesquisa, como um todo, não em fármacos. Mas esse número, na minha opinião, é enganoso. É enganoso pelo seguinte: no setor farmacêutico, especificamente no setor de química fina, normalmente são empresas pequenas cujas ações são normalmente pessoas com capacidade tecnológica. Eles dispõem de um esforço muito grande, dentro da empresa, em desenvolvimento. Apenas, esse gasto não é explicitado. Porque até recentemente não havia nenhuma vantagem em explicitar esse gasto. O gasto em desenvolvimento tecnológico era tratado, sobre o ponto de vista fiscal, como um gasto de compra de um telefone. Então, não está explicitado isso. Alguns casos, acredito — se V. Ex^a trouxer algumas empresas aqui elas lhe dirão o quanto investem em pesquisa, e esse número, posso lhe dizer, em se tratando de laboratórios nacionais, eles têm investido, às vezes, quantidade superior a 10% do seu faturamento em pesquisa e desenvolvimento.

Gostaria que ficasse claro a V. Ex^a da minha parte, que para quem está no setor da farmácia o conhecimento tecnológico é tão ou mais importante do que o equipamento necessário para se produzir o fármaco. O domínio da tecnologia é uma peça fundamental para a sobrevivência da própria empresa, porque ela tem de acompanhar a mudança do setor como um todo no mundo, e ela só vai poder fazer isso se tiver uma capacitação tecnológica adequada. Caso contrário, ela crescerá agora, mas se houver uma mudança no contexto tecnológico mundial no setor de fármacos ela não poderá acompanhar e morrerá. Voltaríamos de novo ao período anterior. Para as empresas isso é muito claro e elas têm investido maciçamente nisso. É por isso que esse intercâmbio com a universidade se acelerou muito nos últimos anos, porque eles sentiram que o caminho mais fácil de se fazer isso é junto a universidade.

O SR. LEITE CHAVES — Há produtos farmacêuticos que são de boa rentabilidade para quem produz, mas há outros que não têm qualquer rentabilidade mas são essenciais à vida. Quando um produto dessa natureza é essencial mas não rentável, os laboratórios fazem acordo para que eles sejam mantidos ainda que não dêem rentabilidade satisfatória?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Desde logo, para esclarecer gostaria de informar que não sou do setor de laboratório. Sou do setor de química, mas o que tenho escutado é que, muitas vezes, não é rentável um produto, mas também não é danosamente prejudicial. Então, dentro da linha farmacêutica interessa para ele manter o produto. Se, por outro lado, esse produto pesa substancialmente e seu faturamento passa a ser não-rentável, aí, na minha opinião — não posso citar dados porque não sou do setor —, como empresário eu pensaria duas vezes em continuar produzindo, porque na verdade não posso vender nada por um preço inferior ao que me custa. Essa é a regra do jogo capitalista, pelo menos. Na melhor das hipóteses, tenho que empatar. Empatar é o limite, perder nunca!

Fica muito difícil... Aliás, isso é uma das coisas que na minha apresentação inicial eu disse: que preço é um negócio importante, porque só o preço é que vai possibilitar que o empresário invista sabendo que vai ter um retorno do investimento. O empresário não pode investir sem uma perspectiva de retorno. Ele não vai investir.

O SR. LEITE CHAVES — O senhor tem alguma vivência, algum relacionamento com o mundo da homeopatia? Que expressão ela tem no País e qual o futuro que ela pode exercer? Como é que tem sido tratada nesses países mais civilizados?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Nobre Senador, neste setor da homeopatia eu sou apenas usuário, infelizmente. É algo bastante afastado. Dentro da necessidade de atendimento de saúde pública, meu enfoque pessoal que temos do contingente de miseráveis, como o Senador Suruagy definiu, é que precisamos atacar esse contingente com todas as armas que tivermos e se a homeopatia é uma delas, vamos atender a homeopatia. Acho que é isso.

O SR. LEITE CHAVES — Como é que se constroem aqui no Brasil os índices, os valores decorrentes de patentes? Como é que os laboratórios cobram? É um caráter permanente? Há um percentual sobre o remédio? Se a pessoa é titular de uma patente, ela produz ou é produzido sob forma de... ou qualquer outra forma, como isso é cobrado: é por unidade, por volume ou por tempo?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Veja, o grosso das patentes do mercado farmacêutico em vigor, na verdade não é cobrado. Elas são produzidas aqui pelas filiais de seus detentores no exterior.

De modo geral, há duas maneiras de se fazer acordos de patentes. Se é que existem nesse setor, a existência é muito pequena. É

pequena dentro de algo a que eu já havia me referido: é que a patente é usada para garantir o retorno do investimento feito no seu desenvolvimento.

Na hora em que ele cede a patente a alguém, ele está perdendo uma fatia do mercado. Inclusive, dentro da nossa legislação, ele não pode ceder uma patente para nós que tenha restrições de áreas geográficas. No momento em que ele vende uma patente para mim, eu tenho direito de exportar o produto para todo o mundo.

O Governo brasileiro, no seu regulamento de propriedade industrial, proíbe cláusulas de exclusão comercial.

Então, no momento em que se vende uma patente, ela abre um concorrente, o que tumultua.

Agora, há duas maneiras de fazer isso. Existem algumas patentes: uma é um valor global pela patente; a outra é um *royalty* sobre faturamento.

O SR. LEITE CHAVES — Na sua exposição, que o senhor apresentou com transparências, mostrou que, digamos, em determinado medicamento — e o senhor usou o Chile — há a matéria-prima que em quantidade na natureza, às vezes, excede outra em cem vezes. Uma custa dois milhões, outra vinte e três milhões... Isso no Chile.

Aqui, no Brasil, ocorre a mesma coisa?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Eu diria a V. Ex.ª que há chance de ocorrer, simplesmente por causa disto, existem matérias-primas que vêm dos detentores das suas patentes e que têm o seu preço estabelecido, e há matérias-primas que vêm de empresas que estão produzindo esse produto mas que a patente já caducou, normalmente, e a composição do custo dele é diferente do outro. Então, o preço é diferenciado.

Esse levantamento não existe tendo em vista que não foi feito... A única maneira de se fazer isso é levantar as importações da CACEX, dia por dia.

Acredito que o panorama será o mesmo, não tenho nenhuma dúvida. Os números, certamente, serão diferentes, mas o panorama será o mesmo.

O SR. LEITE CHAVES — O que o Brasil, o que nós, aqui, a partir do Congresso Nacional, poderíamos fazer para incentivar e dar credibilidade e mais expressão técnico-científica, inclusive comercial, à indústria brasileira?

É verdade que o senhor já falou nas suas conclusões de que a Constituição já dá preferência... O senhor acha que aquilo que está nessas determinações, nessas orientações, nessas posições tomadas, agora, na Constituição é suficiente, ou seria necessário mais algum comportamento?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Acho que seria necessária uma política industrial clara. Acho que seria necessário isso, e não é só para a indústria nacional, mas necessário inclusive para a indústria internacional.

Seria uma posição clara da política industrial e esta, então, deixaria claro o que o País

pretende. E o Governo em si pretende que o País tenha, para o empresário pode seguir isso.

Hoje, o que acontece é que todos os investimentos das empresas são feitos num clima de incerteza muito grande, porque não há uma política clara. Nós sofremos continuamente mudanças resultantes de políticas. No passado tivemos pacotes, pacotinhos e pacotões que mudam o retorno do seu investimento.

O investimento de um setor desses não é um investimento instantâneo. O investimento demanda um certo tempo e o tempo de retorno é de dois ou três anos, não menos do que isso.

É preciso garantir ao empresário que dentro de um horizonte razoável a política do Governo como um todo não vai mudar.

Claro, pequenos ajustes existirão sempre e não poder ser de outra maneira. Isso, combinado com preferência de compra para a empresa nacional nesse setor, que é fundamental para a expansão do setor nacional, e combinado com a manutenção do esforço de capacitação tecnológica do País como um todo, e aí não é simplesmente do setor, é do País como um todo, e vai desde a universidade até a indústria, dará ao Governo uma base bastante sólida para o empresário investir com uma segurança muito maior. E, certamente, o resultado seria acolhido a curto prazo.

O SR. LEITE CHAVES — O Presidente da Abifarma, presente e ouvido hoje pela manhã, dirige também um laboratório que vem de fundação de remotos parentes, de 1883, no século XIX, e diz que o laboratório sobrevive, em parte porque freqüentemente aporta recursos de outras atividades para isso. Disse que nessa atividade mantém também uma identificação sentimental, porque se vendesse poderia viver o resto da vida com esse resultado, mas mesmo assim corre o risco. Admitiu até a possibilidade de venda, se algum laboratório externo comprasse. Muitos houve que foram vendidos. Qual a posição desta indústria brasileira? Se houver oferta valiosa a maiorla vende?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — V. Ex.ª me coloca numa posição de tentar prever a posição dos outros. Não sei.

O SR. LEITE CHAVES — Mas V. Ex.ª representa uma entidade.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Talvez ficasse claro para V. ex.ª. A Abifarma representa basicamente os produtores de fármacos, não os laboratórios finais, temos associados laboratórios, mas esses laboratórios também produzem fármacos. A Alanac é que seria a Associação dos laboratórios nacionais, efetivamente, aí só tem laboratório. Esses laboratórios nacionais, que estão aí, estão investindo em desenvolvimento. Isso para mim é uma indicação que seria difícil para eles pensarem em venda do laboratório. Por outro lado, sei que, neste momento, existe uma nova onda de ofertas para laboratórios nacionais por grupos multinacionais. Até agora parece que as indústrias têm resistido, na verdade houve até uma inversão porque a Norquisa se associou e comprou

um laboratório da Monsanto. Mas essa pressão de tentar comprar de novo laboratórios nacionais, minha opinião, prende-se ao fato de controlar a possibilidade daquele crescimento do mercado potencial que temos. O perigo desse mercado se expandir e fazer crescer o laboratório nacional faz com que ele tente eliminar a concorrência pela compra. De novo tem "n" motivos para não vender seus negócios, desde os motivos econômicos até os motivos sentimentais, certas pessoas nem consideram, não fazem conta se a proposta é boa ou ruim. Um dado interessante: mesmo no passado, quando normalmente o mercado era muito menor, as ofertas de compra dos laboratórios nacionais foram feitas por valores que levaram os detentores a passar o seu controle para empresa multinacional, o que mostra que o raciocínio também não era meramente econômico sob o ponto de vista do retorno daquele investimento, era um posicionamento estratégico que os elevou a dominar o mercado.

O SR. LEITE CHAVES — Essa disposição de compras poderia ser a possibilidade de conversão dessa potencialidade em efetividade, ou seria a conversão da dívida? Muitos setores estão sendo solicitados à compra em razão dessa conversão, não podendo levar o dólar. O que o Sr. pensa?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Eu também acho, juntam-se as duas coisas, uma possibilidade de reforçar a posição estratégica junto ao fato de ser um bom negócio como conversão.

O SR. LEITE CHAVES — Temos aqui, como o Sr. vê, fazendo um levantamento sem parti-pris. A iniciativa é do senador Nelson Wedekin. Já houve no passado uma comissão similar, na Câmara, que apurou muita verdade, mas não chegou a um resultado legal. Ouvimos aqui, antes, um professor, homem de empresa e de universidade; um depoimento claro, mas reticente, onde não esclareceu muito. Entre a posição do Sr. e a da Abifarma, não houve grandes diferenças, os Srs. parecem pertencer à mesma empresa. Não estamos encontrando contrastes para nosso posicionamento. Em todo caso, o depoimento do professor e de V. Sr. nos impressionou bem, houve um esforço em cooperar com o Senado, mas esta é uma Casa política, não estamos atrás só da coisa técnica, em busca de fatos que possam determinar um posicionamento. É um mercado difícil, com participação expressiva de setores externos; o Brasil hoje quer se afirmar, não quer ficar nessa dependência, as duas grandes dependências nacionais são o petróleo e da indústria farmacêutica, sendo aqui é mais difícil, porque não é só a dependência do remédio, mas, também, da tecnologia. O sr. tendo uma longa vivência em esse setor, que pessoas acha que poderiam ser úteis ao Senado com seus depoimentos, que poderíamos expressar diferenças para não cometermos erros em que não baseásemos e pudéssemos assumir uma posição política no Senado. Quer dizer, não

uma política xenófoba, que diga respeito à política brasileira ou estrangeira, mas para definir daqui uma política nacional, uma política brasileira ou estrangeira, mas para definir daqui uma política nacional, uma política brasileira conveniente ao País.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — senador, diria que os dirigentes dos laboratórios nacionais daquela lista dos maiores, que são exatamente aqueles que têm uma expressão pequena, mas têm uma expressão no mercado, e que são empresas que têm uma capacidade de ter contratos, os conheço e podem trazer dados específicos por problemas pessoais da sua empresa.

O SR. LEITE CHAVES — Digamos, é uma questão de conveniência econômica, conveniência científica, interesses nacionais, a segurança do País neste setor.

Vejam o Senhor, o Cerqueira Leite, numa revista que é de produção dos Senhores, mostra que um país da África saiu dessa área de influência e de patentes e fez economias terríveis. Ele afirma também que há uma evasão terrível de reservas nossas nesse setor, no que diz respeito a patentes. O Senhor concorda com essas afirmações? Este artigo está na sua revista.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Na verdade, isto é uma separata da *Gazeta Mercantil*.

O SR. LEITE CHAVES — Mas os Senhores divulgaram esse artigo, e certamente estão embandando essa afirmação.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — De novo, disse de uma outra maneira, quando lhe mostrei aqueles dados do Chile estava dizendo isso, a fuga de patentes faz com que o preço do produto caia, acredito que o Cerqueira Leite esteja se referindo a esse tipo de coisa.

De novo, acredito que se o Senhor trouxe um laboratório nacional que seja um produtor de fármaco, ele poderia lhe dar um comparativo quanto custava um insumo que ele produz, antes, e quanto ele está vendendo hoje. Seria um dado concreto que poderia ser uma prova.

O SR. LEITE CHAVES — Nessa questão de mercado, o Presidente Reagan, que é muito prático, criou quase que uma guerra em relação a essa questão de patentes nos laboratórios. Então, não ia fazer uma coisa romanticamente, a não ser que houvesse interesse, ou o senhor acha que essa preocupação com o setor visava outro posicionamento político?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Não, Senador, na minha opinião o que visa é dominar o único mercado potencial de porte que existe no mundo, que é o nosso. Acho que não há outro setor não, é esse mesmo.

O SR. LEITE CHAVES — E nessa posição, ao contrário os interesses do Brasil e os dos Estados Unidos?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Não sei se o sentimento de dominar o mercado é dos Estados Unidos ou se é o das empresas multi-

nacionais de remédios, que não são necessariamente — os Estados Unidos. Simplesmente, o que ocorre lá é que as empresas fazem com que o governo defenda seus interesses.

Não acredito que os Estados Unidos tenham algum interesse em dominar coisa nenhuma, porque não é por aí, apesar de termos os nossos problemas, somos uma dimensão, porque não somos mais um quintal. Agora, certamente, é de empresas e, na verdade, todo o problema das patentes surgiu, não de uma medida do governo, mas a partir de uma associação de fabricantes de produtos farmacêuticos americana.

O motivo da retaliação em patentes não foi uma medida do governo, foi da associação, MPA, que apresentou uma moção ao governo dentro dos termos da lei e pediu que fosse investigado. A iniciativa foi da empresa privada, não do governo.

O SR. LEITE CHAVES — Mas o governo americano acobertou?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Sim, claro.

O SR. LEITE CHAVES — O Senhor tem conhecimento de que os Estados Unidos têm uma lei que diz se uma firma americana no exterior for desapropriada e o pagamento não for efetivado em dólar ao custo efetivo, os Estados Unidos tomam iniciativa de represálias, inclusive a invasão. O Senhor tem conhecimento disso?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Tenho.

O SR. LEITE CHAVES — Diante de um fato dessa natureza, sendo grande parte os laboratórios de origem americana, o Senhor não acha conveniente que nós tentássemos para esta singularidade da lei e tivéssemos os nossos laboratórios?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Acho que sim, temos que perder um pouco a vergonha de defender o que é nosso. Temos que defender. O Governo americano tem um a posição clara de defesa dos seus interesses, como um todo. Então, há particularidades da lei, esse *trade off* recente, que sobrepõe se acordos internacionais tipo o GATT. Ele diz assim: "Não reconheço o GATT porque a minha lei interna tem mais poder do que o acordo que eu assinei." De forma que esse tipo de posicionamento faz com que as empresas se sintam protegidas.

Tivemos aqui, ao longo desse tempo, vergonha de dizer que nós vamos defender a empresa nacional, temos que defendê-la! Não há aí nenhuma xenofobia. O setor do qual sou Presidente na Associação é um setor que não importa qual medida seja tomada, necessariamente conviverão empresas nacionais e internacionais, sem nenhum atrito. Simplesmente, está havendo — no momento — o domínio do espaço. Eles estão querendo dar menor espaço e nós temos que defender o nosso espaço. Só que certamente vão conviver conosco. Não é uma posição xenófoba, repito, mas sim de real defesa dos interesses do País, que às vezes para nós pode parecer extrema, entretanto, é o que ele tem feito: de-

fendido dentro do puro sentido que a empresa americana é um patrimônio do País. Ele defende o mercado americano como parte do patrimônio do País, o que nós não fazemos.

O SR. LEITE CHAVES — Então, a partir daí, já existe o diferencial entre o seu depoimento e o que foi prestado pelo Presidente da Abifarma. Ele disse, como já lembrei aqui, que esses laboratórios vivem nessa perspectiva imaginária de que essa potencialidade se converta em realidade. Esses laboratórios se matêm aqui porque, em grande parte, têm aqui um faturamento de 1%, quando grande parte desse faturamento é extraído dos países com maior retribuição.

O Senhor, por outro lado, disse que o preço das inversões nesse setor de pesquisa é muito grande e que os laboratórios nacionais não podem pesquisar. O representante do Abifarma, diz umas firmas não vendem porque dificilmente alguém compraria; se não fecham é porque seria antieconômico. Então, como seria essa proteção efetiva internacional? Elas comprariam esses laboratórios externos?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Elas não precisam comprar os laboratórios externos. De novo, Senador ou polemizar um pouco, apesar de não estar como Presidente da Abifarma, mas para mim, como empresário, se eu tivesse uma empresa com 1% do seu faturamento no Brasil e que isso tivesse me dando prejuízo, dor de cabeça, não pensava em vender, não; fechava. Fechava, porque 1% não faz nenhuma diferença.

Eles estão no País porque é interessante para eles, não é porque estão esperando... O País é interessante para eles.

O SR. LEITE CHAVES — Quer dizer, que é lucrativa a atividade no País?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Pode ser pouco lucrativa, mas eles não raciocinam a curto prazo e nem precisam fazê-lo. Eles têm duas coisas: vendem medicamento aqui e vendem insumos farmacêuticos para eles e empresas nacionais, muitas vezes. Ele tem dois lucros - nós só temos um lucro, que é o mercado aqui - ele tem o mercado interno e o produto exportado. Não acredito que seria tal mal negócio assim, senão eles teriam fechado.

O SR. LEITE CHAVES — Isso é apenas uma questão hipotética. Digamos, se os laboratórios nacionais tivessem condições financeiras, inclusive, para encampar e comprar toda essa aparelhagem e instrumental de capital externo, o senhor com sua experiência, aconselharia que fosse comprado? Que o Brasil passasse a explorar?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Certamente, isso é um mercado de dois bilhões de dólares; é o sétimo mercado do mundo, no estágio em que está hoje. É claro que é interessante se houver a venda e eu tiver recurso, eu compro, apesar de não ser do ramo. É um mercado. O dado é esse: dois bilhões de dólares, e nós o sétimo no mercado. Então, isso é

suficientemente atrativo para todo mundo querer comprar, só que não está à venda.

O SR. LEITE CHAVES — E se em razão de outro interesse o Brasil tivesse condições e resolvesse, por qualquer motivo, fazer uma desapropriação e nacionalização, o que senhor acha?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — A desapropriação implica necessariamente no fato dessa indústria ser gerida pelo Estado. Ai eu diria que o Estado não tem capacidade, de formação específica, de gerir esse volume.

Por outro lado, deve-se lembrar que a indústria farmacêutica em si, a composição do remédio, fazer o remédio, a pílula, a gota, o xarope, essa tecnologia a nossa indústria tem no mesmo nível da internacional. Esse setor nós dominamos. Não dominamos é a tecnologia da produção do fármaco. A dos medicamentos nós dominamos no mesmo nível. Então, temos capacidade de, se sair a multinacional, manter o mesmo nível. Eu me questiono sobre se o Estado teria gente suficiente e com capacidade para tocar uma indústria de 1,6 bilhões de dólares, que é, na verdade, o ponto. Hoje, o mercado de medicamentos, que é atendido por laboratórios oficiais, é cerca de 3% do total. Seria uma expansão muito grande. Não sei se haveria condições.

O SR. LEITE CHAVES — Existe medicação para todas as doenças conhecidas, à exceção de AIDS e de câncer. Quer dizer, para essas doenças comuns, não há necessidade dessa pesquisa. Não se está dando assim uma ênfase exagerada a essa questão de pesquisa para monopólio e domínio de determinados setores, inclusive este?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Em alguns setores, está, mas o que ocorre no setor farmacêutico é que a evolução da pesquisa faz com que exista uma obsolescência dos produtos farmacêuticos, não necessariamente porque são ineficazes. Os outros talvez tenham alguma melhoria, mas não necessariamente são ineficazes.

Essa preocupação diz respeito ao que eu comentei antes sobre a RENAME. Ela tenta fazer com que esse produto tenha uma vida mais longa, a obsolescência não seja provocada simplesmente como um domínio do mercado; seja provocada quando realmente surgir um fármaco de substancial melhoria. Ai, sim, é inevitável. Mas pequenas modificações, não.

O SR. LEITE CHAVES — Há diversos países que eram capitalistas ou subcapitalistas como o nosso, que passaram para o regime socialista, e não há queixas alguma a respeito do nível da medicação de laboratórios que eles têm. O senhor sabe me dizer como houve esse comportamento? Como eles passaram para um outro regime, rompendo as relações com o regime capitalista sem que houvesse consequência fundamental nesse setor?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — De uma maneira geral, o que ocorreu foi que eles fizeram uma relação, tipo uma RENAME, e tiveram sim-

plesmente produtos essenciais. Então, eles atendem num regime de política de saúde pública. Eles atendem basicamente o essencial.

O SR. LEITE CHAVES — Como, assim, se Cuba, inclusive, está fornecendo para o mundo cura para o viltigo, que é de uma pesquisa difícil?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — É exatamente porque ele existe em todos os lugares, existe em Cuba. Há uma comunidade que pensa na pesquisa científica. Então, ela desenvolveu isso, mas é um caso isolado. É resultado da existência de esforço em pesquisa.

O SR. LEITE CHAVES — Nós somos gratos. O Relator é muito grato ao senhor pela atenção, por ter vindo aqui, por ter elaborado o seu trabalho, por ter mostrado esforço em cooperar com o País, como ao Congresso Nacional. Recolhi a impressão de que o senhor foi muito sincero e que o seu juramento foi cumprido. Gostaríamos de saber se o senhor ficaria à nossa disposição para uma eventual acareação, um outro eventual contato, ser chamado com antecedência para vir ao Senado.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Certamente, Senador.

O SR. LEITE CHAVES — Somos muito grato ao senhor. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — A palavra está à disposição dos Srs. Senadores.

O SR. — O meu companheiro Pompeu de Sousa disse que eu tenho procurado açambarcar toda a Comissão, mas eu ainda gostaria de fazer uma indagação.

Há determinadas orientações no sentido de jungir a empresa internacional. Não sei qual é a razão. Para um país subdesenvolvido, isso está muito bem, mas para o Brasil, que está produzindo quase tudo, e que exporta tudo, eu perguntaria ao nosso visitante: se houvesse um problema com a empresa brasileira lá na Bolívia no Chile, em Angola, em qualquer outro país, o Brasil não entraria da mesma maneira como estão entrando os Estados Unidos para defender o seus empresários. Vamos exemplificar:

O Brasil tinha um empréstimo para fazer à Bolívia no total de dez milhões de dólares. Porém, a Bolívia está prejudicando o empresário grande do Brasil, o empreiteiro, algo assim. O Brasil não defenderia a sua empresa brasileira da mesma maneira que as nações estrangeiras, seja o americano, seja o inglês, o alemão...qualquer um defenderia. Não vejo razão de se encaminhar nada para se jungir a empresa internacional. O Brasil é um país que só tem possibilidade de se desenvolver muito como outros países, se receber capitais, tecnologia do exterior. O Brasil não está sujeito a ser invadido pela Rússia, pelos Estados Unidos, pela Inglaterra, por nenhum outro país. O nosso País não está sujeito nem brigar com

os seus países de fronteiras, então porque esse fechamento do País, a título de se proteger a empresa nacional, quando se sabe que no comércio ganha aquele que tem mais competência. Perguntaria ao nobre palestrante, neste momento:

V. Ex.^a não pensa que nós iríamos com a mesma garra à Bolívia ou a outro país que estivesse prejudicando a empresa nacional?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Gostaria que fôssemos, mas nós não vamos.

O SR. — Por que não?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — V. Ex.^a me perdoe, mas, no meu entender, a empresa multinacional está dentro do seu papel. Ela tenta ocupar o maior espaço possível, bem como obter a maior lucratividade dentro do seu plano global. Isso é inerente ao sistema capitalista. Para mim, é a essência do sistema capitalista. A empresa multinacional está perfeitamente dentro do seu papel.

O SR. — O cartel é da essência do capitalismo?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Penso que é. O nosso papel, como País, é exatamente dizer que dentro de determinados limites não poderemos aceitar certas coisas. E temos que fortalecer a nossa empresa. No caso, o Governo tem que tomar uma medida de apoio. Acho válida essa sua posição. O que ocorre hoje, é que se escuta defesa da multinacional e não da nacional. Nada tenho contra a multinacional, a meu ver, ela está no seu papel, e nós estamos no papel de abrir o nosso espaço. Para isso, precisamos ter o mesmo apoio que elas têm dos seus governos. V. Ex.^a citou um exemplo claro. Eles fazem isso mesmo. Eu não critico. Isso é inerente ao jogo. Acontece que temos que fazer isso também. Estamos oferecendo o único mercado fármaco que tem potencial de crescimento no mundo. Vamos dar isso de graça? Não vamos fazê-lo. Se vamos dar, vamos fazê-lo para a empresa nacional. Temos que defender isso para a empresa nacional.

Na minha opinião, recuso-me a acreditar que eu, como empresa nacional, estou fadado a ser menos preparado, menos eficiente e com menor formação tecnológica. No dia que eu aceitar isso, fecharei as portas. Compete ao Governo acreditar nisso e defender essa posição.

O SR. — Penso que o Governo defende essa posição, porque, no ano passado ou no ano de 1986 as relações do Brasil com o Iraque esfriaram muito, porque aquele país não cumpriu o contrato com a grande empresa e empreiteira brasileira. Sabemos que na África, não estou lembrado se em Angola, aconteceu o mesmo. O Brasil esfriou relações com aquele país, porque o contrato não foi cumprido. Trata-se de autodefesa de todo o país. Acredito que o caminho seja esse. Conforme disse V. Ex.^a, o caminho somos nós.

Dão-se os meios, os caminhos para que a empresa nacional possa se desenvolver o máximo possível e deixar que a empresa es-

trangeira trabalhe dentro das suas condições, dentro do espírito mais livre possível. Quero ressaltar que não conheço nenhum diretor de empresa nacional, não tenho nenhum relacionamento com empresa nacional. Porém, vejo, observo, acompanho a economia e essa tendência de querer fechar o Brasil contra o capitalismo internacional, sinto que não é por aí que se chegará ao grande desenvolvimento.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Senador, se, de novo, passei essa mensagem, eu não estou querendo fechar e não estou querendo nacionalizar nenhuma empresa estrangeira, nem estou querendo expulsar nenhuma empresa estrangeira, eu simplesmente estou querendo abrir espaço para a empresa nacional, porque tem espaço para as duas. O que eu quero, simplesmente, é que dentro disso, para se ter uma convivência leal que seja benéfica para todo mundo, tem que ser dada, pelo menos, uma posição que fale de pessoas do mesmo tamanho, empresas do mesmo tamanho. O que ocorre, hoje, é que o mercado está desigualmente dividido, e quando está desigualmente dividido, fica difícil esse relacionamento. Esse é que é o ponto.

Não quero tirar empresa multinacional, não faz sentido tirar empresa multinacional. Empresa multinacional está aqui há muito tempo e está em todos os lugares e vai ficar em todos os lugares. Não é isso. Não tenho uma posição xenófoba para dizer assim: Vamos acabar com a empresa multinacional. A minha posição é a seguinte: vamos dar todas as condições à empresa nacional. Primeiro vamos dar condições à empresa nacional; na hora em que dermos as condições à empresa nacional ela resolverá os seus problemas com a empresa internacional, mas ela tem que dar condições à empresa nacional. Porque se ela não der condições à empresa nacional, ela morrerá porque é fraca, simplesmente porque o mercado está numa divisão tal de forças que tende para outro lado, é inevitável. Mesmo porque a empresa internacional já tem quem a favoreça, tem quem lhe proporcione os meios precisos para desenvolver, mas não ir por um caminho de querer isolar, jungir uma empresa que vem para cá desenvolver-se.

O SR. AFONSO SANCHO — O Sr. me permite fazer um pequeno comentário? É que a diferença básica, que eu vejo, em relação à empresa nacional, é que nos Estados Unidos, por exemplo, a legislação exprime claramente esse apoio do Governo à empresa nacional. Esse tipo de problema que o Sr. mencionou como exemplo, é claro, na lei americana, que os Estados Unidos têm poder — como o Senador Leite Chaves comentou — de tomar os bens. Então está claro na lei. Na nossa lei isso depende do momento do Governo, porque não está claro na lei, esse é que é o ponto. Num determinado momento ocorre, porque uma conjuntura de pessoas envolvidas faz com que ocorra, só que a lei não proíbe, mas não especifica também, eu gostaria que fosse especificada. Esse é o ponto.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — A propósito disso, acredito que a maior parte das pessoas que têm razoável conhecimento do assunto, elas não são pelo fechamento das portas do País, com relação às empresas multinacionais. O problema todo é saber até onde nós temos condições de controlar o que se passa nas relações das empresas internacionais com suas origens. Então, eu faço aqui uma pergunta para o Senhor, um pouco acadiana, mas baseada na palavra do Cerqueira Leite, ele diz: "O que ocorre frequentemente é que a mesma empresa multinacional compra o fármaco de sua matriz por um preço extorsivo, estabelecido este preço pelo cartel."

Aqui é que está o problema. Se nós controlássemos isso abriríamos as portas assim, até gritaríamos — venham! Mas, o problema é que não temos o controle até hoje. Segue: "Estabelecido pelo cartel, e exporta o seu produto", quer dizer, disso aí ela elabora o seu produto e exporta, por um preço muito baixo, a pretexto da diluição. Isto é ou não é normalmente o que acontece no País?

O SR. AFONSO SANCHO — Isto é o que acontece!

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — É ou não é o núcleo do problema? Ninguém está contra a empresa multinacional. Porque isso aqui, Senador, significa remessa de lucro para o estrangeiro sem nenhum controle meu ou seu, sem nenhum controle do Senado, do Presidente da República, de ninguém; superfaturamento, remessa de lucro e... de um dinheiro que não foi produzido pelo trabalho, foi produzido pela esperteza, em termos até, assim, penais, produzida pela fraude. Isso é fraude. É um delito tipificado no Código Penal. Então, se as empresas nacionais se caracterizarem por essa fraude, por esse estelionato, eu lhe digo, não posso gostar dela, porque são estelionatárias. Queremos empresas multinacionais que não sejam estelionatárias, que não façam este tipo de remessa de lucros, e que não façam superfaturamento.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Senador, antes de V. Ex.^a chegar tínhamos comentado este assunto, inclusive, quando ele veio, e fez ali o mapa em que um produto, do Chile, era importado pela marca, por, vamos dizer, 1,600 dólares, e pelo genérico seria importado por 400 dólares. Então, eu disse: quanto a isso aí é preciso que a Cacex tivesse um referencial e não permitisse. Porque quem degrada isto são as nossas próprias autoridades, compreendeu? Eu estou plenamente de acordo, eu acho que nós não devemos manter isso.

O SR. AFONSO SANCHO — O problema não é das multinacionais, o problema é nosso. Nós temos de ajeitar esta situação.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — O Senador há de compreender que, no comércio, a pessoa procura fazer toda a espécie de manobras possíveis, quando não é fiscalizado. Por exemplo, se não fosse fiscalizado o Imposto de Renda, ninguém o pagaria.

O SR. AFONSO SANCHO — Não exatamente. É por isso que nós estamos muito preocupados com a nossa Pátria, porque a nossa Pátria tem de controlar o seu comércio, sobretudo o seu comércio com o exterior. Esta é a questão.

Aliás, há uma colocação do Cerqueira Leite, aqui, que é aciana da minha pergunta, mas eu formularia: o preço de um fármaco não tem conexão com seu custo de produção. É fantástico isto. O preço de um fármaco não tem conexão com seu custo de produção, e sim com aquilo que o consumidor pode pagar por sua vida. É certo, isto?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Isso é certo.

O SR. AFONSO SANCHO — Quer dizer que se feita uma análise do jogo dos preços no mercado, preços de fármacos no mercado, o Sr. vai verificar que quem tem condições compra, quem não tem ... Isto, aí, é uma sobre-determinante do preço.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Senador, isto é favorecido exatamente pela existência de patentes. Na hora que eu tenho um fármaco, cumpro uma determinada função, eu vendo esse produto para cumprir aquela função, no limite do que o mercado absorve. Como eu tenho a patente, não pode haver nenhuma outra produção que sirva como referencial. Porque, se houvesse uma outra que servisse como referencial, poderia dizer assim: bom, ele está botando uma margem grande, deixe-me diminuir um pouco a margem e baixava o preço. E, aí, haveria um equilíbrio numa hora qualquer. Como ele tem uma patente, e é por isso que a patente é que é a real reserva de mercado. É neste aspecto. Por isso que é difícil o referencial. Porque há determinados produtos que são feitos por um fabricante. Então, qual é o referencial? Não sei. Não sei. E não há como ter. É aquele, o referencial é ele. E esse é, realmente, a essência disso. E é por isso que nós temos de ter uma indústria nacional para servir de referencial. Essa é a razão. Por isso que eu não sou contra a multinacional. Eu acho que ela tem o lugar dela. Inclusive, ela tem o lugar dela, porque tendo uma capacitação tecnológica mais avançada que a nacional, ela tende a modernizar o setor. Mas, desde que nós tenhamos um controle, e o controle é ter um referencial; e para ter um referencial a única maneira é ter uma empresa nacional que sirva de referencial.

O SR. AFONSO SANCHO — A RENAME, que o Sr. mencionou tantas vezes, tem importância capital na estratégia de defesa dessas idéias?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Certamente, porque a RENAME faz com que a empresa nacional possa investir em pesquisa de um determinado fármaco, sabendo que este fármaco vai ser usado pelo Governo durante um período suficiente para amortizar seus próprios custos. E que não vai estar sujeito, amanhã, a este produto ser substituído, no mercado, por um novo produto de uma empresa multinacional.

O SR. AFONSO SANCHO — Então, por favor, um nome decisivo da RENAME, que pudesse vir aqui e prestar um depoimento esclarecedor destas coisas.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — O Presidente da Cerme seria a pessoa que, talvez, fosse adequada a isso.

O SR. AFONSO SANCHO — O Sr. sabe o nome?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Ronei Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Senador Pompeu de Sousa, V. Exª tem a palavra.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, eu me congratulo com V. Exª, porque eu, lhe havendo pedido, mudamente, a palavra, quer dizer, não para travar um duelo verbal com meu colega e conterrâneo, meu caro amigo Afonso Sancho, foi um lapso, foi uma traição georgiana. Realmente, uma traição, pois V. Exª não tem nem o físico, nem as características. Que coisa curiosa! O que eu ia dizer V. Exª até com mais brilho e até mais veemência do que eu, que o sou muito, já o disse a respeito de que não temos nenhum propósito de jungir — e S. Exª, Senador Afonso Sancho, abusou do verbo jungir, — as "pobrezinhas" das multinacionais, das transnacionais tão exploradas por nós. Não queremos isso não. Queremos, apenas, que elas não nos explorem demais.

V. Exª respondeu esse ponto de maneira admirável e eu felicito V. Exª, congratulando-me pela sua atuação nesse ponto. Quero assinalar a importância, à margem do diálogo que V. Exª travou com o depoente de hoje, da observação do não xenofobismo dessa área. Aliás, realmente, não sou um xenófobo. Acho que não se deve adotar uma vacina tão violenta contra a xenofobia que acabe matando o País, compreendeu? A vacinação não pode ser tão grande! Parece-me que nosso amigo Afonso Sancho está exagerando na dose da vacina. S. Exª tem uma prevenção contra a xenofobia...

O que foi dito pelo Presidente da Abissínia é a importância da presença da multinacional, pela importância da tecnologia mais avançada, do progresso da tecnologia de ponta — isso é que é fundamental —, como fator de provocação, de esporeamento da tecnologia nacional e da indústria nacional.

Isso é fundamental. Nesse ponto, até faço uma observação ao nosso querido Relator da Comissão, que tem interrogado muito bem todos os depoentes e estou certo de que fará um brilhantíssimo relatório final, quando S. Exª fez uma consideração a propósito, talvez, da conveniência de não se exagerar muito no sentido de requintar sempre, estar sempre procurando novas descobertas, porque isso onera.

O que onera, em termos de investimento atual, desonera em termos de frutos e rendimentos futuros. Na tecnologia, quanto mais

pesquisa houver... o que há de perigoso, realmente, é o conformismo, quer dizer, é parar e achar que já atingimos um grau de desenvolvimento que não precisa caminhar mais, já sabemos demais. Não! Nunca sabemos demais! Sabemos sempre de menos. E eu me lembro com que emoção, em plena 2ª guerra mundial, — e nós a sofremos aqui, não em tiros de canhão, nem de metralhadora, mas em aflição, pela maneira, por que parecia que a Alemanha nazista iria dominar o mundo, nos primeiros momentos — quando surgiu uma figura, realmente, importante do mundo moderno, que chamou Winston Churchill, apesar de ser um conservador. Não sou conservador, muito pelo contrário, tenho, pela memória de Winston Churchill, o maior culto.

Lembro-me quando Winston Churchill foi objeto de um episódio em que ele serviu de cobaia, quando surgiram os antibióticos e salvaram-no de uma pneumonia. Isso é fundamental! É preciso salvar, não só Winston Churchill, como — sobretudo — o homem das pneumonias futuras, de todas as monias e todas as imunodeficiências adquiridas, de todos os cânceres. É preciso salvar.

Fiz essa consideração apenas marginal, mas o que eu gostaria, já que S. Exª, o nosso Presidente, fez consultas sobre a futuras convocações e eu já, na sessão inaugural, fiz algumas sugestões nesse sentido...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — V. Exª fez a sugestão de ouvirmos o Heider de Araújo Rangel, da Carbonoc, não é isso?

O SR. POMPEU DE SOUSA — É. Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — O outro, o Roberto Teixeira.

O SR. POMPEU DE SOUSA — É José Corrêa da Silva, Presidente da Sulfabrás. Não tenho nenhuma vinculação com empresários, não sou homem de empresas, até pelo contrário, até defendendo os trabalhadores contra os empresários. Não posso ser, de maneira alguma, suspeito de qualquer ligação escusa com o empresariado. Mas, eu tenho, realmente, um grande empenho em que o empresariado nacional, que tem a condição pioneira de puxar para cima e para frente este País, seja beneficiado pelo dispositivo constitucional de dar preferência à empresa brasileira de capital nacional. Isso é fundamental. Na ocasião, não me lembrei do nome, mas agora já o apanhei: além do Sr. dr. Heider de Araújo Rangel, o Dr. Nelson Brasil, da Carbonoc, empresa que está instalada no Pólo Petroquímico da Bahia, ao Dr. José Correia da Silva, que é o Presidente da Sulfabrás. Eu tenho a impressão de que devo ter, na primeira e na segunda reuniões os mencionados, porque são justamente representativos desse tipo de atividade, que eu considero fundamental, vital e essencial para o País.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Acredito que chegamos ao final desta audiência.

O SR. LEITE CHAVES — Estabelecemos uma estratégia. Ouvimos primeiro um empre-

sário professor, depois ilustres presidentes de duas entidades e eu gostaria de que V. Ex.^a determinasse à nossa secretária para contactar as universidades de São Paulo e do Paraná, através de suas faculdades de farmácia, para que possam indicar pessoas qualificadas, para que nós ouçamos aqui, ainda que possamos na próxima reunião ouvir essas pessoas e, logo depois, aquelas que foram referidas.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Está deferido o pedido do nobre Relator. E eu vou designar a próxima reunião para terça-feira da semana que vem, se houver a concordância dos nobres Senadores. É dia 30, se não me engano, às 10h da manhã, na qual nós ouviríamos duas personalidades mencionadas pelo depoente, que me pareceram relevantes. Na seguinte, ouviríamos as que o Senador Pompeu acaba de indicar. Para a próxima ouviríamos o Sr. Volnei Ribeiro e o Sr. Adilson Xavier. Na hipótese de um deles tiver alguma dificuldade, substituí-los-emos pelo indicado pelo Senador Pompeu. O pedido do nobre Senador está deferido.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Acaba de me ser sugerida uma idéia muito interessante, resultante das observações tanto do Presidente da Abissínia, como do nosso colega Afonso Sancho, que é o problema da Cacex, o controle do superfaturamento dos farmos estrangeiros. Poderíamos, então, chamar o responsável, o superintendente, o diretor da Cacex, para ser interrogado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Namir Salec, já está relacionado. Pois não, Senador Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Sr. Presidente, eu agradeço a V. Ex.^a me conceder a palavra depois de, praticamente, ter encerrado a reunião. Serei breve. Eu quero dizer, tão-somente, que para a minha surpresa ouvi, com muito cuidado, a palestra do Dr. Roberto Teixeira, que nos veio trazer as notícias da Abissínia. Mas, a sua palestra, na prática, repete uma palestra que o Dr. David Zaruc, em 1980, nos fez também numa CPI, na Câmara. S. S.^a era Presidente da Abifarma. Isso me deixou um tanto flutuante em dúvidas, porque eu esperava encontrar notícias da indústria de química fina sobre farmos e medicamentos no Brasil. Uma das coisas que eu queria dizer era só essa manifestação de surpresa. A segunda era dizer da minha preocupação, porque, naquela época, já havia, entre nós Parlamentares, uma preocupação de que o Brasil desenvolvesse uma tecnologia própria na área de farmos, para que não tivéssemos problemas como os que denunciados naquela CPI, tais como — eu vou ler como foi feita a denúncia:

"Denúncia feita pelo Presidente da Ceme, Sr. Leonil Inter, que alertou para as consequências imprevisíveis que a falta dessa matéria-prima trará para os programas governamentais, como o problema das doenças infecciosas, além de graves problemas, como a elevação dos preços de determinados medicamentos."

Segundo Leonil Inter, a penicilina G, utilizada na fabricação de penicilina sintética, largamente consumida, era fornecida aos laboratórios nacionais pelos Laboratórios Fontoura — White. Este laboratório, depois de aceitar várias encomendas, no final do ano passado, 1987, em 79, em fevereiro deste ano, em 80, comunicou aos compradores que não mais teria condições de atender ao mercado devido aos altos custos operacionais da produção, tendo anunciado que continuaria a produzir apenas para o consumo próprio. Isto significou que o Fontoura — White açambarcou o mercado, não entregou aos laboratórios nacionais o fármaco, e ele sozinho participou dessa fatia do mercado. E ele alertava para dizer que o Presidente dizia que para montar sua unidade — produto no estrangeiro — o Fontoura — White obteve do governo uma série de incentivos fiscais com a proteção da Cacex e a elevação da alíquota fixada pelo Conselho da Política Aduaneira, para importação de produto que passou de 15 para 45%. Quer dizer, era uma coisa muito séria, àquela época, o não desenvolvimento da nossa química fina e da fabricação de fármacos, porque ficávamos submetidos a coisas desses tipo. O Brasil não disporia, naquele ano, de penicilina G se não a comprasse ao Fontoura — White.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — O Sr. também nos falou que foram detectados no Chile empresas que vendiam por preços diferentes os mesmos fármacos. Em 1980, foi dito o seguinte: "Temos estatísticas inúmeras fornecidas pela Interbrás que nos mostram que a Interbrás importou matéria-prima 319% mais barato do que certas matérias-primas importadas pelos laboratórios do País." Então, veja, Sr. Dr. Roberto Teixeira, o motivo das nossas preocupações.

Quando o mercado era comandado — como ainda hoje o é — pelas empresas multinacionais, entendo que não somos xenófobos, creio que elas têm também o seu lugar — ficávamos submetidos a esse tipo de coisas: simplesmente não querer entregar o produto. Depois, elas ficavam comprando as suas matrizes por preços sobretaxados, como o Sr. bem frisou, que era uma espécie de transferência de capital para o exterior. Quando a Interbrás entrou no mercado adquiriu os mesmos produtos com 319%. Algumas empresas vieram dizer que o problema era de confiabilidade, quando os laboratórios vendiam com essa diferença, porque geralmente eram produtos com um prazo de validade a se exaurir, eles, então, entregavam por qualquer preço para salvar o capital investido, mas também não comprovaram isso.

Aliás, eu não deveria ter feito nenhuma interferência, porque fui um participante quase que eventual. Por forças das circunstâncias, tive de me retirar a todo instante, mas gostaria que V. S.^a, se não já teve algum comentário a respeito dessas duas denúncias, dissesse alguma coisa a respeito.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Nobre Senador, quanto a isso que V. Ex.^a men-

cionou a respeito de ter ficado preocupado quando viu que a situação que relato é a mesma de 1980, é motivo de minha preocupação, também, porque isto mostra exatamente, durante esse período, apesar do fortalecimento inegável das empresas nacionais, que passaram a produzir uma gama muito maior de produtos, o panorama continua exatamente o mesmo que o de 1980. Então, isso simplesmente me fornece um certo suporte quando digo que se não forem tomadas medidas urgentes, o setor nacional vai desaparecer, é inegável.

Sobre o assunto específico, creio ser um pouco mais preocupante. Hoje a Fontoura — White ainda domina o mercado da penicilina G. O que ocorra hoje é que se passou a usar o que se chama penicilina semi-sintética, que é um derivado da penicilina G, volume maior e mais cara. Hoje, o mercado é esse. O que tem ocorrido é que existem laboratórios nacionais que fazem penicilina semi-sintética. Na hora em que a Fontoura — White nega o fornecimento da penicilina G, ela tem possibilidade de importar, e aí certamente importa a preço mais baixo do que da Fontoura-White. Então, ela continua dominando o mercado por ser o grande produtor a penicilina G. De novo, o Sr. sentia a importância disso, é que a penicilina G é um produto bastante velho, cuja tecnologia já caducou todas as patentes possíveis e imagináveis. É um produto antigo, e mesmo assim, é difícil a um laboratório nacional entrar nesse mercado tendo em vista que ela domina o mercado. Então, a única maneira de surgir um produtor nacional de peso, é dar-lhe um mercado. O problema aí não é tecnológico. Agora, o preocupante, essa é a situação, é que apesar do esforço que foi feito, não foi um esforço realmente unificado, planejado dentro de uma política industrial, foram esforços esporádicos. Então, hoje existe maior capacitação tecnológica, mas isso não está se refletindo num maior domínio do mercado, infelizmente.

Essa sua intervenção é perfeita, mostra que a situação hoje é tão grave quanto lá — eu acredito que hoje é mais grave ainda, porque nós estamos 8 anos depois e continuamos dizendo as mesmas coisas. Eu acho que daqui a 8 anos não terá empresa nacional para poder dizer as mesmas coisas, se nós não tomarmos alguma medida nesse momento. E também não para tomar daqui a 8 anos, porque vai ser tarde demais. Eu acho que esse é o ponto, e esse dado que o Sr. falou, certamente. Porque eu não tenho acesso às informações da Cacex, é por isso que eu citei exemplos do Chile, em que tenho acesso. É um dado que é irrefutável porque está publicado numa revista *Vogelman*. Mas certamente, no caso aí, é a Interbrás, porque a Interbrás era o comprador dos fármacos para Ceme, então ele tinha acesso ao preço que ele comprou e a cotação para as outras empresas, então ele tinha o dado completo. Mas esse dado, a mim não é disponível porque a Cacex não o revela. Mas o panorama é igual, Senador, infelizmente é igual. Eu faria então a última interpelação.

O Sr. como Presidente da Abifina, o que o Sr. nos trouxe assim de novo da indústria química fina, na área de medicamentos? Quais os produtos que já dominaram o ciclo? Já estão no mercado, que estão em fase de prelançamento, que podem concorrer a preço de mercado como o mercado exterior?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Existe hoje, dentro da Rename que foi onde a indústria nacional concentrou seus esforços de desenvolver tecnologia, pela simples razão de ter um mercado garantido que seria o da Ceme, e na verdade, como muitos das coisas que ocorrem nesse País era garantido pela vontade das pessoas e não pela legislação, em determinados momentos esse mercado não apareceu, dentro do mercado da Rename, hoje eu diria que 80% da Rename está sendo produzido no País, ou existem processos de desenvolvimento de tecnologias para produzi-las no País. Eu acho que esse é o dado mais importante, e diria também o que, com uma análise da Rename, não é produzido no País. Normalmente não é produzido no País, ainda, produtos cujo consumo é tão pequeno que o mercado jamais remunerará o esforço de desenvolver uma tecnologia para isso, mesmo sendo produtos muitas vezes urgentes.

O SR. AFONSO SANCHO — Ia se instalar no Pólo Petroquímico da Bahia uma fábrica de Fenol, matéria-prima para industrialização e preparo do ácido acetilsalicílico, e eu li qualquer coisa nos jornais, nos últimos dias, que houve uma reviravolta, e não seria mais instalada essa fábrica de Fenol. O senhor teria alguma coisa a dizer sobre isso?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — O plano petroquímico nacional aprovado, alocou essa fábrica de Fenol, para o Rio Grande do Sul, e mais uma em lugar não definido que, possivelmente, na minha opinião, será no Rio de Janeiro. Então, hoje realmente o Fenol é o início de uma cadeia, é uma matéria-prima fundamental, e isso se chama de uma árvore que tem ramificações que vão longe. O ácido acetilsalicílico está bem longe do Fenol, mas é fundamental, o domínio do Fenol é fundamental. Apenas quando se fala em Fenol é uma coisa diferente em fármaco, porque existem vários produtores no mundo, existem preços de referência no mundo inteiro, não há superfaturamento do produto porque, todo mundo sabe, publica-se no jornal a sua cotação. Então, o fato de sair da Bahia e ir para outro lugar tem outras implicações que não o de atendimento; eu acredito que irá dificultar o consumidor que está localizado na Bahia e preferiria trazer Fenol do outro lado da cerca; ele vai ter que trazer de São Paulo ou do Rio Grande do Sul, mas tem esse custo adicional. O problema não está tão grande que possa inviabilizar a produção dele, vai onerá-lo, mas não inviabilizá-lo, porque o preço, certamente o preço será o do mercado; existe um preço de mercado.

O SR. AFONSO SANCHO — A minha preocupação não é de que ela saísse da Bahia, mas que ela saísse do País, que não fosse instalada no Brasil...

O SR. ROBERTO TEIXEIRA — Será instalada no País; já saiu da Bahia e foi mais ao Sul.

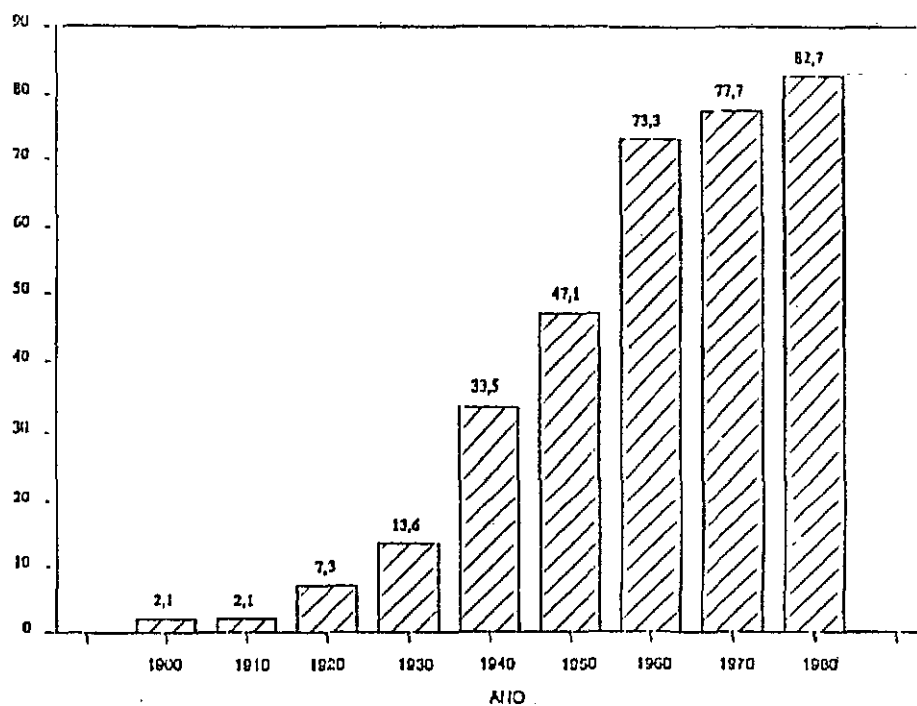
O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, permita-me um brevíssimo comentário; realmente muito breve, pois estou de olho no relógio, como V. Ex^a, uma vez que temos uma reunião no Congresso Nacional dentro de pouquíssimos minutos. Aliás, estamos praticamente em sessão permanente e até simultânea, desde às 9 horas e 30 minutos, mais as Comissões. O que eu quero é apenas fazer uma observação à margem da oportuna intervenção do nosso colega Francisco Rollemberg, quando ele mostra a identidade de situação ali dentro de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que funcionou há 8 anos e a que está funcionando hoje, nesse terreno. Então, o comentário que eu faria é que se não faz diferença a situação existente há 8 anos, é porque esse fenômeno da colonização dos subdesenvolvidos em relação, ou dos países em desenvolvimento — vá lá o eufemismo — essa colonização em relação a nós, acima de quaisquer Comissões Parlamentares de Inquérito, tem 488 anos, desde quando a metrópole colonizadora era, "coitadinha", em Lisboa.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) — Agradeço ao Dr. Roberto Teixeira, pelo comparecimento e pelos esclarecimentos prestados. Já foi dito pelo nobre Senador Pompeu de Sousa, mas reitero que temos uma convocação para o Congresso às 18:30. Assim, faço a convocação desta Comissão para a próxima 3^a-feira, dia 29, quando prosseguiremos os nossos trabalhos. Está encerrada a reunião.

DEPOIMENTO:

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. ROBERTO TEIXEIRA EM SEU DEPOIMENTO:

QUADRO 1

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS
ESTRANGEIRAS NO MERCADO NACIONAL

QUADRO 3

.18.

Quadro D.: Concentração de Algumas Classes Terapêuticas, no ano de 1986

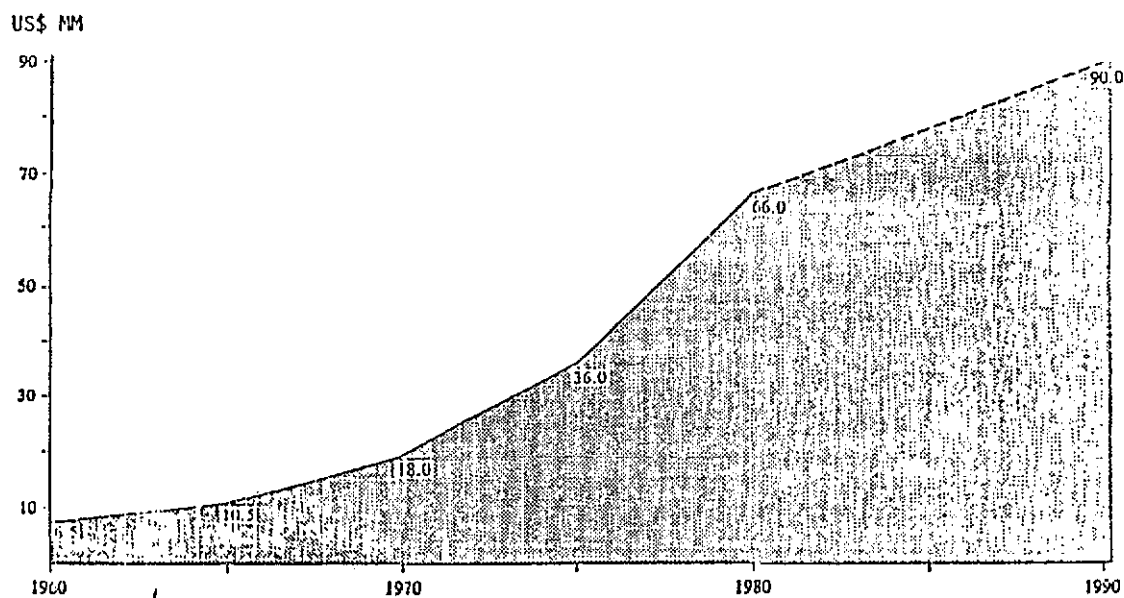
Classe	Companhia Líder	4 Maiores
Antiácidos/Antifiséticos	14,0	44,0
Vitamina B ₁ pura e associada	41,3	85,0
Antiulcerosos	33,7	70,2
Polivitamínicos com minerais	13,7	43,6
Vitamina C pura e associada	45,7	93,9
Terapia coronariana *	23,9	66,4
Vasoterapia cerebral e periférica	27,4	66,0
Fenicilinas de amplo espectro	20,4	56,1
Macrolídeos e similares	38,1	85,7
Anti-reumáticos sem esteróides	35,8	60,9
Analgésicos não narcóticos e antipiréticos	18,5	53,4
Tranquilizantes	28,8	68,9
Expectorantes com anti-infecciosos	17,0	50,0
Anti-tussígenos puros	42,3	80,8

* Exceto antagonista do cálcio e nitrito

Fonte: IMS/FMB, Dezembro de 1986

FIGURA 1

MERCADO MUNDIAL DE MEDICAMENTOS (ECONOMIAS CAPITALISTAS)
1960-1990



Fonte: OECD/World Bank, apud Tucker, D., "The World Health Market", Euromonitor Ltd., 1984

QUADRO 4

COMPARAÇÃO DE PREÇO

Marca Comercial	Nome Genérico	Dosagem	Preço no Varejo*	
			Marca	Genérico
Amoxil	amoxilina	250 mg	\$21.46	\$15.29
Ativan	lorazepam	1	31.99	17.99
Darvocet-N 100	propoxifeno acetaminofen	100 650	28.01	17.89
Dilantil	fenitoína	100	7.49	5.79
EES 400	eritromicina ES	400	17.99	14.97
Inderal	propanolol HCL	40	19.56	10.49
Keflex	cefalexina	250	77.34	48.99
Lasix	furosemida	40	10.74	5.89
Motrin	ibuprofeno	600	18.23	9.93
Tylenol nº 3	acetaminofen codeína	300 30	14.89	6.88
Valium	diazepam	5	27.47	8.49

* Para 100 tabletes ou cápsulas

Fonte: Consumer Reports August 1987

QUADRO 5

MERCADO FARMACÊUTICO DO MUNDO CAPITALISTA (1984/1985)

Colo- cação	País	Mercado Farmacêutico US\$ BB	População Milhões Habitantes	Consumo Per Capita/ Ano US\$	Participação no Mercado Mundial - %	Participação Acumulada %
1	E.U.A.	22,0	234	94	31,4	31,4
2	Japão	13,4	120	111	19,1	50,5
3	Alemanha Ocidental	5,6	62	90	8,0	58,5
4	França	4,4	55	80	6,3	64,8
5	Itália	3,2	58	55	4,6	69,4
6	Grã-Bretanha	2,8	56	50	4,0	73,4
7	Brasil	1,9	135	14	2,7	76,1
8	Espanha -	1,7	38	44	2,4	78,5
9	Canadá	1,4	25	56	2,0	80,5
10	Argentina	1,1	30	38	1,6	82,1

Nota: Existem divergências de 10% entre as várias fontes.

Fonte: Companhia de Desenvolvimento Tecnológico - Cadernos CODETEC nº 1 - 1987